



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Cesar Pessoa Côrtes

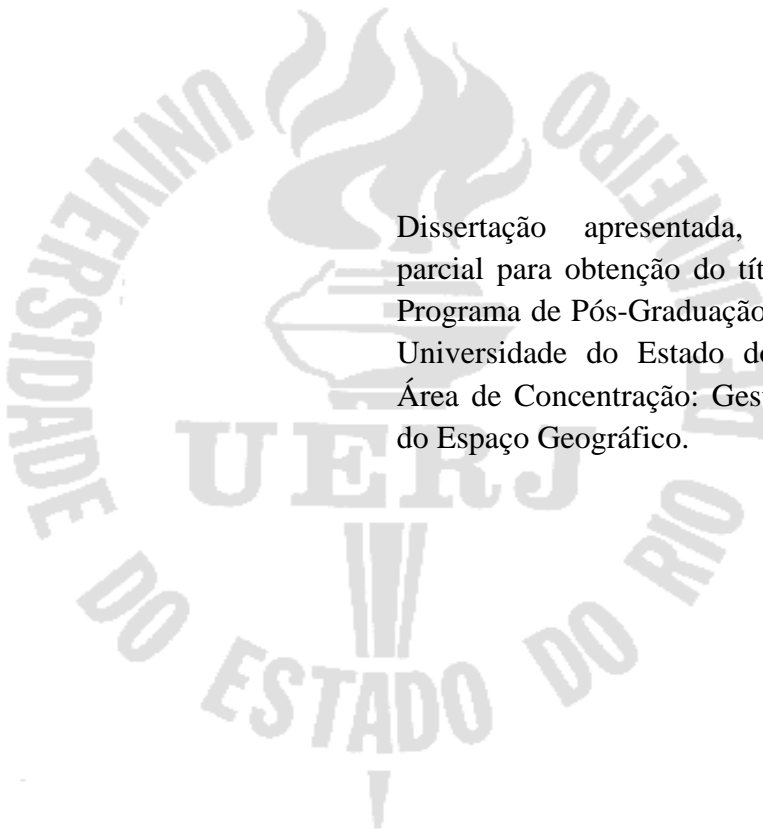
**Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ**

Rio de Janeiro

2008

Cesar Pessoa Côrtes

**Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Área de Concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Glaucio José Marafon

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

C818 Côrtes, Cesar Pessôa.  
Análise da agricultura familiar no município de  
Sumidouro/RJ / Cesar Pessôa Côrtes. – 2008.  
154 f. : il..

Orientador: Gláucio José Marafon.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Geografia.  
Bibliografia.

1. Agricultura familiar – Sumidouro (RJ) - Teses. 2.  
Urbanização – Sumidouro (RJ) - Teses. 3. Território - Teses. I.  
Marafon, Gláucio José. II. Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 631.115.1(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

---

Assinatura

---

Data

Cesar Pessoa Côrtes

**Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Área de Concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovado em 03 de outubro de 2008.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Gláucio José Marafon  
Instituto de Geografia da UERJ

---

Prof. Dr. João Rua  
Instituto de Geografia da UERJ

---

Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro  
Instituto de Geografia da UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Célia de Mattos  
Departamento de Geografia da PUC-RIO

Rio de Janeiro

2008

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a mais  
nova componente da minha família.

Minha irmãzinha Yasmin.

## AGRADECIMENTOS

Chega ao fim mais uma etapa de minha vida acadêmica. A defesa desta dissertação representa mais uma árdua conquista. Entretanto, não conseguiria chegar até aqui sozinho. Muitas pessoas contribuíram para que este trabalho pudesse ser concluído e merecem ser lembradas neste espaço.

Mais uma vez agradeço em primeiro lugar a Deus por me iluminar nesta longa caminhada.

Obrigado Professor Dr. Gláucio, por mais essa oportunidade de trabalharmos juntos. Espero não tê-lo decepcionado. Desta vez, o atraso foi pequeno.

Agradeço a todos os meus familiares, em especial ao meu pai, grande culpado pela escolha do recorte espacial. Mãe, tios, avós, irmãos, todos são muito especiais.

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos que ajudaram diretamente na confecção deste trabalho: Claudinha, obrigado pela ajuda nos trabalhos de campo; Rodrigo (do mapa), obrigado por me ajudar na confecção do mapa 2.

Aos amigos das horas boas e ruins, profundo agradecimento.

Ana Lúcia, obrigado por tudo! Sua força, apoio, compreensão e amor são inesquecíveis e impagáveis. Muito obrigado.

Agradecimento especial aos professores que compõem a banca. Obrigado João Rua e Miguel Ângelo Ribeiro, pela presença em mais esse importante passo. Obrigado também a Professora Regina Célia de Mattos, por ter aceitado o convite para participar desta defesa. Espero que goste do trabalho.

Tenho que agradecer aos produtores familiares de Sumidouro, sempre educados e prontos para responder qualquer pergunta, além de todos os meus amigos sumidourenses. Agradeço, também, ao professor Altamiro do IBELGA.

Sei que não citei muita gente importante para a minha vida e para meu trabalho, porém, não esqueci e agradeço apenas pelo fato de existirem e me darem a honra do convívio.

CÔRTEZ, César Pessôa. *Análise da agricultura familiar do município de Sumidouro/RJ*. 2008. 154 f. Dissertação ( Mestrado em Geografia ) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O campo brasileiro tem passado por importantes transformações geradoras de consequências para o funcionamento das atividades desenvolvidas. No primeiro capítulo, discutimos a possibilidade de um irreversível processo de urbanização do campo devido à chegada de atividades não agrícolas e à pluriatividade, além das teorias que defendem a manutenção do rural e divergem apenas sobre o protagonista destas transformações, o ambiente rural ou o urbano. No segundo capítulo, recuperamos o uso do termo agricultura familiar na academia e discutimos sua atual importância no estudo acadêmico e principal foco de políticas públicas na década de 1990, com destaque para o PRONAF. Mesmo sendo alvo principal das políticas públicas e de estudos acadêmicos, a agricultura familiar experimenta profundas variações de acordo com a realidade na qual se insere, justificando as análises numa escala local, como a que realizamos no terceiro capítulo. No município de Sumidouro/RJ, as características da Agricultura familiar e do campo em geral expressam heterogeneidade, pois distintas Territorialidades atuam, sendo o pequeno produtor familiar o elo mais vulnerável nesse processo. A possibilidade de diminuir a sujeição destes trabalhadores ao jogo de poder em que estão inseridos surge na necessidade de se ampliar seus leques de oportunidades e liberdades a partir de uma abordagem territorial.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Ruralidade. Urbanidade. Agricultura familiar. Liberdades.

## ABSTRACT

The Brazilian countryside has passed for important transformations which generate consequences to the functioning of the activities until developed in it. In the first chapter the paper argues the possibility of a irreversible process of urbanization of the Countryside because activities not agriculturists and the pluriactivity, beyond the theories that defend the maintenance of the rural areas and disagree only on the protagonist of these transformations, the agriculture environment or the urban one. In chapter two this research made a recovery to the use of the term familiar agriculture in the academy and argue its current importance in the academic study and as main focus of public politics in the decade of 1990, with prominence for the PRONAF. However, besides being main target of the public politics and academic studies, family agriculture tries deep variations in accordance with the reality in which it inserts, justifying the analyses in a local scale, as the one that the research does in the third chapter. In the city of Sumidouro/RJ, the characteristics of familiar agriculture and the Countryside in general express this heterogeneity, therefore distinct territorialities act in this territory and the the small familiar producer is the most vulnerable link of these disputes. The possibility to minimize the subjection of these workers to the power game where they are inserted appears in the necessity of extending its fans of chances and freedoms from a territorial boarding.

Keywords: Territory. Territoriality. Rurality. Urbanity. Family agriculture. Liberts



## LISTA DE MAPAS

|  |    |
|--|----|
| Mapa 1: Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Região Serrana e o município de Sumidouro..... | 16 |
| Mapa 2: Município de Sumidouro – Sedes Distritais e Pontos de aplicação dos questionários.....       | 81 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1: estrutura fundiária do município de Sumidouro (1996).....  | 15  |
| Quadro 2: Síntese dos principais temas voltados para agricultura trabalhados da década de 1950 até 1990..... | 63  |
| Quadro 3: percentual de fluxos de pessoas em direção ao Centro.....  | 106 |
| Quadro 4: fluxos de pessoas externos ao município.....   | 107 |
| Quadro 5: destino da produção primária de Sumidouro (fluxos de mercadorias).....                             | 107 |
| Quadro 6: localidades produtoras e produção agropecuária.....  | 113 |
| Quadro 7: produtos por localidade.....   | 119 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1: Pluriatividade no município de Sumidouro.....  | 77  |
| Gráfico 2: Destino dos empréstimos.....                   | 78  |
| Gráfico 3: Nível de escolaridade das famílias rurais..... | 127 |
| Gráfico 4: Costuma receber apoio técnico?.....            | 130 |
| Gráfico 5: Motivos para não pegar empréstimos.....        | 131 |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Ilustração 1: Haras localizado no distrito de Soledade, município de Sumidouro/RJ.....                                       | 76  |
| Ilustração 2: Envazadora de água mineral localizada no distrito de Campinas.....   | 77  |
| Ilustração 3: Cultivo ao lado do haras.....  | 103 |
| Ilustração 4: Acesso principal do Haras Moinho.....  | 104 |
| Ilustração 5: Valorização turística do espaço pela prefeitura.....   | 105 |
| Ilustração 6: Alface e couve-flor plantadas lado a lado em Soledade.....   | 116 |
| Ilustração 7: Cultivo de tomate no distrito Centro (localidade Grota Funda).....   | 117 |
| Ilustração 8: Cultivo de brócolis na localidade Grota Funda (Centro), aumento da altitude favorece variação de culturas..... | 118 |
| Ilustração 9: Gado mestiço criado solto, exemplo de baixa produtividade e grande ocupação do solo.....                       | 119 |
| Ilustração 10: Cultivo de agrião em Soledade.....  | 121 |
| Ilustração 11: O exemplo da produção de flores.....  | 122 |
| Ilustração 12: O exemplo da hidroponia.....  | 124 |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
|          | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>1</b> | <b>SUMIDOURO/RJ: “NOVO RURAL”, “NOVAS RURALIDADES” OU “URBANIDADES NO RURAL”?.....</b>  | <b>22</b> |
| 1.1      | “O novo rural” brasileiro e o uso do conceito de território na análise do rural.....  | 27        |
| 1.2      | “Novas ruralidades” no campo e o papel dos “neo-rurais” na construção de um ideário bucólico.....                                   | 33        |
| 1.3      | “Urbanidades no rural”: a importância do urbano como transformador do campo e difusor de urbanidades.....                           | 39        |
| <b>2</b> | <b>A UTILIZAÇÃO DO TERMO AGRICULTURA FAMILIAR NA ACADEMIA E O SURGIMENTO DE UM CONCEITO COMPLEXO... 47</b>                          | <b>47</b> |
| 2.1      | Os estudos sobre o campo no Brasil no período 1950/1960.....  | 47        |
| 2.1.1    | A visão do campo como entrave ao desenvolvimento.....   | 50        |
| 2.1.2    | <u>A visão funcionalista.....</u>   | 51        |
| 2.1.3    | <u>A visão descritiva.....</u>  | 52        |
| 2.2      | A década de 1970 e a produção acadêmica sobre a pequena produção.....   | 53        |
| 2.2.1    | <u>Análise da pequena produção como relação não-capitalista.....</u>  | 54        |
| 2.2.2    | <u>A integração agroindustrial: subordinação da pequena produção ao capital.....</u>  | 55        |
| 2.3      | A década de 1980 e a perda da importância da pequena produção.....  | 56        |
| 2.4      | A década de 1990 e a emergência da agricultura familiar como foco de análise.....   | 59        |
| 2.5      | A década de 2000: A manutenção da agricultura familiar como foco de políticas públicas e as transformações no campo brasileiro..... | 65        |
| 2.6      | Afinal, o que é agricultura familiar? A importância deste segmento para o município de Sumidouro/RJ.....                            | 66        |
| <b>3</b> | <b>A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO/RJ.....</b>   | <b>80</b> |
| 3.1      | Da evolução da discussão sobre território à formação de um conceito complexo.....   | 83        |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 3.2     | <b>A complexa territorialização da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ</b> .....             | 101 |
| 3.2.1   | <u>A identidade e a territorialização na imobilidade: os poderes que atuam no campo sumidourense</u> ..... | 102 |
| 3.2.2   | <u>Análise das condições produtivas no município de Sumidouro/RJ</u> .....                                 | 113 |
| 3.2.2.1 | O exemplo da produção de flores.....   | 122 |
| 3.2.2.2 | O exemplo da hidroponia.....   | 124 |
| 3.3     | <b>Principais problemas identificados e a territorialização de alternativas...</b>                         | 126 |
|         | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 137 |
|         | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 147 |
|         | <b>ANEXOS</b> .....  | 155 |

## **Introdução**

Nas últimas décadas, o campo brasileiro atravessa um processo intenso de transformações que vão desde o aumento da mecanização, mudanças nas políticas de crédito rural, até o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Essas transformações são fundamentais para que possamos concluir, ainda no início desta dissertação, que a complexidade da realidade do campo aumentou significativamente, demandando novas formas de abordar as temáticas tradicionais e as novas que se apresentam.

Em meio a tantas transformações no ambiente rural e na própria sociedade brasileira, cada vez mais urbana, a agricultura familiar merece destaque no cenário contemporâneo de análise das relações e problemáticas existentes no campo. Nos últimos anos, a agricultura familiar vem recebendo atenção especial por parte da academia e das políticas públicas voltadas para o meio rural. Todavia, o segmento denominado agricultura familiar compreende uma vasta gama de trabalhadores, repleta de particularidades, que dificultam consideravelmente a análise das transformações do/no campo.

Neste contexto, a discussão sobre o que entendemos e definimos como agricultura familiar torna-se de extrema relevância. A idéia de agricultura familiar e os componentes obrigatórios que devem estar presentes na análise deste grupo de trabalhadores e produtores rurais devem ficar claras, não no sentido de estabelecer uma conceituação fechada do termo, mas abranger características que devem estar presentes em qualquer definição deste complexo e heterogeneo grupo.

Não podemos negligenciar, entretanto, o papel do espaço na formação dos diversos grupos que compõem a agricultura familiar; cada comunidade traduz de maneira diferenciada os resultados das relações de poder a que estão submetidas, mesmo que as características gerais sejam semelhantes, formando mosaicos diversos impressos no espaço. Além disso, a manutenção ou não das identidades tradicionais, potencializadas ou enfraquecidas pelas relações globalizantes que atingem não apenas o campo, mas a sociedade em geral com poder de transformação nunca antes verificado, também contribuem para enriquecer a análise espacial/geográfica.

Desta maneira, o espaço na forma de território, o grupo de trabalhadores que formam o segmento agricultura familiar, as políticas públicas voltadas para o campo e as

transformações verificadas neste mesmo campo são o foco desta pesquisa. O município de Sumidouro/RJ como espaço/território foi escolhido para demarcar o grupo de trabalhadores familiares sujeitos da pesquisa.

No município de Sumidouro as estratégias de manutenção e reprodução das atividades agropecuárias e a manutenção identitária com o campo foram analisadas. Devemos destacar que a importância da escala de análise é fundamental para que possamos desenvolver um trabalho com a necessária coerência. Antes mesmo de começarmos a trabalhar com a temática proposta, temos a consciência de que a realidade retratada no município de Sumidouro não pode ser expandida para escalas mais abrangentes sem o devido cuidado, assim como não podemos transpor discussões realizadas em outras escalas para o âmbito municipal ou regional<sup>1</sup>. Essa diferenciação pode ser observada até mesmo em escalas ainda menos abrangentes que a municipal, a divisão distrital é um exemplo.

Assim, o complexo estudo da agricultura familiar, pois esse tema compreende grupos de trabalhadores rurais que não necessariamente apresentam um padrão, será a base da análise desta dissertação. Apesar da dificuldade de conceituação, acreditamos ser a noção de agricultura familiar muito importante para o estudo do município de Sumidouro, uma vez que parcela majoritária da população do município é residente em área rural e sobrevive desempenhando atividades agropecuárias.

Além desta distribuição populacional específica, que compõe uma realidade bastante diferente da maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, outros motivos levaram-me a escolher o recorte espacial (município de Sumidouro) para esta pesquisa. A minha relação com o município de Sumidouro vem de muito antes, tanto em termos afetivos, como acadêmicos. A afetividade é derivada do fato de meu pai ter para lá se mudado há quase vinte anos. Neste município, tenho amigos e experiências afetivas, nele passei grande parte da vida. É sempre um prazer voltar a Sumidouro, até mesmo para levantar dados para minhas pesquisas acadêmicas. Posso considerar que devido à familiaridade e à afetividade pelo local, o município faz parte da minha territorialidade.

---

<sup>1</sup> Não é nosso objetivo nesta dissertação desenvolver a discussão sobre o conceito de região, um dos conceitos-chave para a Geografia. Por isso, quando a palavra região for mencionada na pesquisa nos referimos a regionalizações administrativas pré-existentes, sem que tenhamos a preocupação de discutir o conceito de região propriamente.

Por isso, o presente trabalho não é o primeiro que desenvolvemos tendo o município de Sumidouro como recorte espacial. Antes deste, realizamos duas pesquisas de conclusão de curso, na monografia de graduação, intitulada “Interações espaciais no município de Sumidouro/RJ” (Côrtes, 2004) e a monografia da Pós-graduação (lato sensu), intitulada “Periodização geohistórica no município de Sumidouro/RJ” (Côrtes, 2006), ambas defendidas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Instituto de Geografia, na época, Departamento de Geografia pertencente ao Instituto de Geociências. Destas duas monografias de conclusão de curso derivaram ainda diversos artigos publicados em congressos. Conforme pude demonstrar, a história de minha relação com o município de Sumidouro se confunde com minha própria trajetória acadêmica e agora, com o trabalho atual, concluo mais um passo desta caminhada.

Como afirmamos, o estudo da agricultura familiar e as demais transformações que ocorrem no campo devem ser contextualizados com as condições espaciais em que se encontram. Entretanto, o espaço não é formado apenas pela conjuntura atual, pois representa a configuração e transformação de geografias passadas traduzidas no presente sob a forma de tradições, identidade e fixos. As próprias transformações contemporâneas apresentam um contexto geohistórico que não podemos negligenciar. Por este motivo, alguns esclarecimentos sobre a formação territorial do que hoje compreende o município de Sumidouro se faz necessária.

Existem controvérsias sobre a origem da ocupação do município. A formação de um pequeno arraial que servia de apoio ao tráfico de ouro extraído das minas de Cantagalo, por constituir rota alternativa à estrada Real, é a teoria mais aceita. A construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição às margens do rio Paquequer, principal canal de drenagem do município, seria outra versão para o início da ocupação da área<sup>2</sup>.

Acreditamos que a versão que defende a ocupação original como decorrente da atividade ilegal de extração e tráfico de ouro de Cantagalo como mais pertinente, porém, não cabe discutirmos esta temática no presente trabalho. Com o fim da atividade de exploração aurífera em Cantagalo, o pequeno arraial não teria mais a função de rota

---

<sup>2</sup> Estudos mais aprofundados sobre a evolução histórica do município de Sumidouro consultar Côrtes (2004 e 2006), Silva (1990), Lamego (1963) e IBGE (1959).

clandestina, constituindo apenas um pequeno povoado produtor agrícola, relativamente autárquico, pois sua produção não era voltada especificamente para a comercialização.

A área conservou a pequena importância econômica até a expansão da atividade cafeeira pelo interior do Estado do Rio de Janeiro, em meados do século XIX. A partir daí, passou a constituir-se num dos principais produtores de café do país. Entretanto, como fazia parte do território de outros municípios (Nova Friburgo, depois Carmo), não há grande destaque para sua produção. Apenas quando a grande onda emancipatória, ocorrida no estado no final do século XIX, atingiu a área, houve a formação do município de Sumidouro. Porém, o ganho da autonomia não aconteceu de forma definitiva, pois foi emancipado de Nova Friburgo e anexado, logo depois, ao município de Carmo, apenas em 1890 sua emancipação foi definitiva.

A atividade cafeeira destacou-se no município até a crise da bolsa de Nova Iorque, no ano de 1929, quando foi praticamente abandonada na área. A partir daí, as atividades agrícolas no sistema de roças<sup>3</sup> foram retomadas e o município voltou à condição de pouca relevância no cenário estadual. De certa maneira, o município de Sumidouro, desde quando era apenas um pequeno arraial, apresentou o desenvolvimento de atividades agropecuárias como suas principais atividades. Além disso, depois do declínio da atividade cafeeira no estado do Rio de Janeiro, o município não mais obteve destaque econômico, embora esse destaque seja bastante relativo, mesmo no período áureo do café, pois apenas uma pequena parcela da população se beneficiava dos dividendos gerados por essa atividade.

A atividade agropecuária corresponde até os dias atuais à principal fonte de recursos de Sumidouro. Porém, o objetivo da produção mudou consideravelmente, pois agora é voltada, principalmente, para abastecer a Região Metropolitana fluminense e continua desempenhando papel fundamental para a economia local. Na atualidade, o município de Sumidouro é formado por quatro distritos, sendo o Centro, o único distrito majoritariamente urbano, os demais distritos são Dona Mariana, Soledade e Campinas, onde as atividades agrícolas baseadas no trabalho familiar desempenham papel fundamental. Estas localidades apresentam predomínio de pequenas e médias propriedades e caracterizam-se pelo cultivo de olerícolas e hortaliças, voltadas para o abastecimento da

---

<sup>3</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o sistema de roças existente no Brasil consultar Furtado (2003), especificamente o caso de Sumidouro/RJ, consultar Lamego (1963) e Côrtes (2006).



Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além destes cultivos, podemos destacar, também, a fruticultura (principalmente o caqui) e outras atividades menos tradicionais como a floricultura e alguns cultivos hidropônicos.

O município se diferencia da realidade fluminense à medida que apresenta maioria da população vivendo em áreas consideradas rurais, 84% de acordo com CIDE (2003), sendo a maior proporção de população rural do Estado do Rio de Janeiro. Sua estrutura fundiária segue um padrão similar ao encontrado no restante da Região Serrana Fluminense, baseada também em pequenas e médias propriedades, e com produção destinada ao abastecimento da metrópole, conforme quadro 1.

**QUADRO 01: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO(1996)**

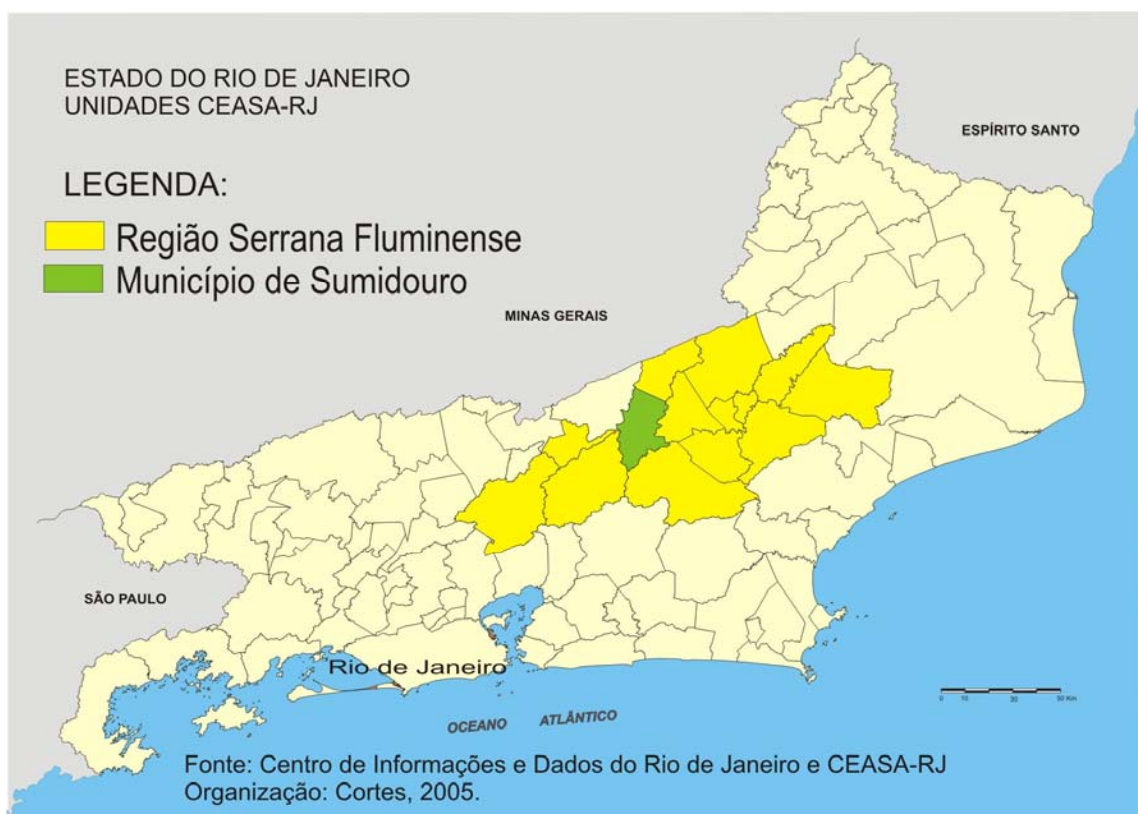
| Total de estabelecimentos | Menos de 10 ha   |           | 10 ha a menos de 100 ha |           | 100 ha a menos de 1.000 ha |           | 1.000 ha e mais  |           |
|---------------------------|------------------|-----------|-------------------------|-----------|----------------------------|-----------|------------------|-----------|
|                           | Estabelecimentos | Área (há) | Estabelecimentos        | Área (ha) | Estabelecimentos           | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (há) |
| 1507                      | 1039             | 3543      | 421                     | 11977     | 47                         | 8715      | -                | -         |

Adaptado de CIDE (2003).

Embora o quantitativo de estabelecimentos menores que 10 ha corresponda à maioria dos estabelecimentos do município, os que variam de 10 a 100 ha ocupam área mais de três vezes superior, enquanto os que variam entre 100 e 1000 ha, mesmo representando apenas 47 estabelecimentos, ocupam área mais de duas vezes superior à ocupada pelos estabelecimentos até 10 ha. Podemos considerar, assim, que apesar de possuir predomínio de pequenas e médias propriedades em sua composição fundiária, a maioria das famílias que desenvolvem atividades agropecuárias as realizam em propriedades inferiores a 10 ha, enquanto um número reduzido ocupa a maior parte do território destinado à agropecuária. Se a realidade não é tão desigual como a enfrentada em outras regiões do país, tampouco pode ser considerada igualitária. A posse da terra, ainda hoje, representa forte fator de diferenciação entre os produtores.

Com objetivo de explicitar a localização do município em relação ao estado do Rio de Janeiro e a Região Serrana fluminense destacamos o mapa 1 a seguir.

**MAPA 1: Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Região Serrana e o município de Sumidouro.**



Mesmo representando uma parcela significativa na escala estadual da produção de alguns itens como alface, caqui, tomate e pepino, devido à declividade dos terrenos, à baixa capitalização do agricultor, os tipos de cultivo, entre outros fatores que serão vistos no decorrer da pesquisa, a produção agropecuária do município é marcada por uma modernização incompleta, assim como o restante da Região Serrana em que se insere.

Mesmo apresentando algumas semelhanças com as características observadas na Região Serrana, principalmente em relação à estrutura fundiária e o destaque para a produção familiar, não podemos considerar que a dinâmica existente no município de Sumidouro seja a mesma dos três principais municípios (Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis), em termos econômicos.

Porém, tanto em Sumidouro, quanto nos demais municípios da Região Serrana, a agricultura familiar e suas estratégias de sobrevivência merecem destaque. Nosso desafio neste trabalho é perceber, no recorte espacial referente ao município de Sumidouro, as características mais importantes e as estratégias de reprodução social deste segmento. Além disso, realizaremos esforço no sentido de desdobrar conceitualmente alguns temas pertinentes relacionados à agricultura familiar.

Expandindo a escala de análise com intuito de garantir um olhar mais abrangente para as questões referentes ao município de Sumidouro, acreditamos poder incorporar as discussões sobre os processos globalizantes presentes em todo o território, mas que diferenciam sua atuação de acordo com as características de cada área. Neste sentido, elementos importantes para a análise das áreas rurais da atualidade, como a noção de pluriatividade associada às estratégias das famílias dos agricultores para manter as atividades e a influência externa para o desenvolvimento da agropecuária serão destacados. Esses temas possuem relevância em relação às recentes transformações difundidas no campo brasileiro, pois além da influência de aspectos do processo de globalização refletidos no ambiente rural, serão consideradas as transformações das atividades nele desenvolvidas e no cotidiano dos que lá residem. Isto posto, a própria dinâmica de atuação destas atividades, por muitos vista como nova e por outros como reinventada, contribui decisivamente para mudar a realidade, até então, observada no campo brasileiro de maneira geral, com níveis de interferência variando de acordo com a proximidade ou não de grandes centros urbanos, entre outros aspectos.

Visto isso, o objetivo central deste trabalho é analisar a agricultura familiar no município de Sumidouro, levando em consideração as recentes transformações que ocorrem no campo brasileiro. Com intuito de possibilitar uma melhor análise do tema proposto, traçamos alguns objetivos secundários:

- » Analisar as teorias contemporâneas que abordam as transformações no campo brasileiro.

- » Analisar a relação entre valorização do termo agricultura familiar e aumento do papel do segmento nas políticas públicas.

- » Buscar uma definição apropriada para o termo agricultura familiar, relacionando-o com aspectos relevantes como as questões políticas.

» Analisar a capacidade de territorialização do trabalhador familiar.

» Elaborar alternativas, baseadas em nossas análises, que busquem melhorar essa capacidade de territorialização e, conseqüentemente, seu nível de vida e de liberdades.

Desta forma, nosso questionamento central consiste em confirmar se o campo sumidourense realmente atravessa processo de transformação semelhante ao verificado no campo brasileiro de maneira geral. Além do questionamento central, apresentamos ainda alguns questionamentos secundários que compreendem:

- questionar se as transformações no campo brasileiro ocorrem de maneira homogênea no espaço, ou se outros fatores podem interferir nestas mudanças, potencializando-as ou inibindo-as.

- verificar qual a relação entre a valorização do termo agricultura familiar na atualidade e as políticas públicas voltadas para o campo.

- e verificar se o trabalhador familiar residente no município de Sumidouro realmente é capaz de se territorializar efetivamente através de seu trabalho, cultura, relação afetiva entre outras.

Acreditamos que estes objetivos e questionamentos contribuirão para entendermos como as estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares presentes no município garantem a manutenção de suas atividades e territorialidade.

Depois de definirmos os principais objetivos e questionamentos desta dissertação, devemos atentar para sua composição. Assim, elaboramos o presente trabalho em três capítulos visando atender satisfatoriamente todos os objetivos propostos. Para isso, o primeiro capítulo, intitulado: *Sumidouro/RJ: “Novo rural”, “novas ruralidades” ou “urbanidades no rural”?*, possui como foco as principais correntes de pensamento que analisam as recentes transformações ocorridas no campo brasileiro, motivadoras de diferentes visões sobre os mesmos fenômenos. O destaque principal destas abordagens reflete-se na associação de atividades não agrícolas com atividades agrícolas no campo e com os diversos fatores que influenciam significativas transformações no cotidiano dos moradores.

Desta forma, três correntes principais foram trabalhadas. Num primeiro momento, a discussão sobre a formação de um “novo rural” urbanizado no campo brasileiro recebe destaque. Após a apresentação das principais idéias e críticas a esta corrente, outra que

defende um viés de análise mais voltado para a cultura será abordada, com a discussão sobre a manutenção e renovação da “ruralidade”. Encerrando este capítulo, trabalhamos com a corrente que defende que o campo se transforma, porém, sem ser considerado urbano, mas recebendo sua influência, chamada de “urbanidade”. No decorrer da discussão teórica, as condições encontradas no município serão levadas em consideração com intuito de apresentar/introduzir elementos importantes da realidade vivida pela agricultura familiar no município.

Após a análise das transformações contemporâneas presentes no campo brasileiro, no segundo capítulo, intitulado *A utilização do termo agricultura familiar na academia e o surgimento de um conceito complexo*, houve necessidade de aprofundamento conceitual relativo à agricultura familiar, principal protagonista das políticas voltadas para a agricultura na atualidade. Assim, com intuito de definir o conceito de agricultura familiar da maneira mais apropriada possível, apresentamos uma recuperação do uso do termo nos trabalhos acadêmicos, relacionando-o com a situação das políticas desenvolvidas para o campo nos períodos trabalhados, com destaque para o financiamento da produção. Abordamos, também, as principais teses discutidas sobre o rural brasileiro desde a década de 1950. Posteriormente, definimos o conceito de agricultura familiar, aproveitando o ganho no contexto político conseguido.

Aliada à análise do uso do termo agricultura familiar nos estudos acadêmicos, consideramos fundamental inserir na discussão as políticas públicas voltadas para a agricultura e seus principais favorecidos. O objetivo é comprovar a relevância do apoio governamental para o desenvolvimento de distintos setores da agricultura brasileira, refletindo, inclusive, sobre os rumos das discussões acadêmicas.

No terceiro e último capítulo, intitulado *A territorialização da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ*, aproveitando os ganhos conceituais adquiridos nas discussões sobre as transformações no campo brasileiro e na recuperação do uso do termo agricultura familiar na academia e nas políticas públicas, analisamos a territorialização da agricultura familiar no município de Sumidouro. Neste segmento, aproveitamos o conhecimento acumulado nos capítulos anteriores para enriquecer e ampliar as discussões com o acréscimo empírico. Além disso, devemos destacar a questão da manutenção ou não de uma identidade rural (ruralidade) com a chegada de urbanidades no campo. Este

entendimento será fundamental para basear a idéia de territorialização numa visão não apenas voltada para o viés econômico, mas destacando questões culturais. É no terceiro capítulo que as informações geradas nos trabalhos de campo foram utilizadas de maneira mais efetiva. Acreditamos assim, analisar a complexidade da territorialização da agricultura familiar e as estratégias dos produtores para se manterem nas atividades agropecuárias.

Como forma de esclarecer a operacionalização do trabalho, realizamos extensa pesquisa bibliográfica sobre as discussões aqui abordadas. Os principais temas pesquisados, relativos à agricultura familiar tiveram como objetivo principal elucidar a realidade deste segmento do campo brasileiro, além de embasar a necessária discussão teórica. Além da agricultura familiar, o conceito de território merece ser destacado, principalmente, nas discussões específicas realizadas no terceiro capítulo.

Além das pesquisas bibliográficas, aplicamos 30 questionários em todos os distritos do recorte espacial. É importante ressaltar que foram realizados três trabalhos de campo no município de Sumidouro. O primeiro no dia 26 de julho de 2007; o segundo, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2007 e o terceiro nos dias 29 e 30 de março de 2008. Estes questionários<sup>4</sup> não tiveram como objetivo principal a obtenção de dados estatísticos sobre a área, sua formatação básica tinha como pressuposto a apreensão de informações mais qualitativas do que quantitativas. Durante a aplicação dos questionamentos, as declarações dos agricultores familiares foram valorizadas. O objetivo principal era ouvir o que tinham para dizer, suas aflições e esperanças, elogios e reclamações, visando mergulhar a fundo na realidade vivenciada por eles e entender (pelo menos em parte) seus pontos de vista. Por isso, consideramos que, mesmo aplicando um quantitativo reduzido se compararmos com o número efetivo de produtores rurais do município, o objetivo de gerar conhecimento sobre a agricultura familiar de Sumidouro foi alcançado.

---

<sup>4</sup> Cópia do questionário aplicado em anexo.

## **I- Sumidouro/RJ: “Novo rural”, “novas ruralidades” ou “urbanidades no rural”?**

Neste capítulo, discutimos os problemas encontrados na classificação dicotômica tradicional dos termos rural e urbano, relacionando-os com as mudanças paradigmáticas experimentadas a partir da década de 1990. Posteriormente, apresentamos as três novas correntes utilizadas para defini-los, a fim de buscar avanços na análise destes dois ambientes, mediante as transformações experimentadas, principalmente, pelo ambiente rural.

Tradicionalmente, a dicotomia rural-urbano ou campo-cidade coloca o conceito de rural numa posição contrária ao urbano. Este último é visto como símbolo do desenvolvimento e dinamismo, pois as atividades baseadas nos setores industriais e de serviços comandam a economia e garantem níveis de renda superiores aos conseguidos pelas populações rurais. Ao contrário disso, o campo é visto como atrasado, com fortes raízes tradicionais.

Porém, o campo nem sempre foi visto como atrasado e como locus de atividades primárias. Nos primórdios da Revolução Industrial, foi onde se instalaram as primeiras indústrias, como destacam Siqueira e Osório (1999). Com o avanço tecnológico, que permitiu o controle efetivo da força motriz, houve a possibilidade da “urbanização da industrialização”. A partir daí, a própria industrialização atraiu trabalhadores para os centros urbanos, contribuindo para acelerar o processo de urbanização. Siqueira e Osório (1999) afirmam que a possibilidade de implantação do aparato industrial nas cidades consumou a separação entre cidade e campo, fato primordial para basear os discursos dicotômicos que classificam o progresso como urbano e a estagnação como camponesa.

Neste contexto, o campo, locus das atividades primárias, era comumente classificado como arcaico, atrasado e conservador. O rural era facilmente delimitado devido às características específicas e rudimentares das atividades nele desenvolvidas. Esta delimitação, de certa maneira, correspondia à realidade, pois a imensa maioria das atividades voltadas para os setores secundários e terciários localizava-se nas cidades.

Em contrapartida, o urbano estava ligado à idéia de desenvolvimento e modernidade, local de oportunidade de ganhos materiais e oferta de infra-estrutura. Entretanto, a realidade atual não nos permite esta classificação, até mesmo devido à queda

acentuada da lógica produtivista de análise do espaço. “Em termos de discurso, o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar. Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida”(LIMA, 2005, p. 45).

Considerando as palavras do autor, podemos considerar que a diminuição da importância da lógica produtivista como paradigma soberano pode ser apontada como consequência das mudanças observadas no início da década de 1990. Muitas vezes, a questão econômica, além de não representar o único elemento de análise, passa a não ser considerada o principal foco das discussões, perdendo espaço para as questões relacionadas à qualidade de vida, ambiental, entre outras.

De acordo com esta nova visão paradigmática, a qualidade de vida merece destaque, porém, não deve ser confundida com a infra-estrutura das localidades, sendo esta apenas um indicador. As áreas urbanas, por apresentarem maiores níveis de infra-estrutura, costumam ser apontadas como superiores em relação à qualidade de vida, pois oferecem melhores opções de serviços em geral. Contudo, as áreas rurais têm sido cada vez mais utilizadas, por moradores dos grandes centros, principalmente, como áreas de refúgio da agitada vida urbana. Esta simples constatação contribui para importantes mudanças nos ambientes rurais que despertam interesse cada vez maior de freqüentadores e diversas possibilidades de análise.

De maneira geral, as áreas urbanas apresentam infra-estrutura superior às rurais, entretanto, em alguns casos, a oferta de serviços de áreas rurais supera o que é oferecido para grande parte das populações metropolitanas, contribuindo para diminuir a ênfase dicotômica entre rural/urbano, ou seja, se a oferta de infra-estrutura for o critério para diferenciar áreas urbanas e rurais, em alguns casos, os papéis se invertem. Assim,

os destinatários dos serviços de bem-estar social, sejam eles camponeses pobres, trabalhadores rurais ou pobres das cidades, estão submetidos a jogos e processos políticos em que tanto a dicotomia urbano/rural como a divisão entre os diferentes sectores econômicos se diluem para dar lugar a outras lógicas. A distribuição geográfica de serviços de bem-estar social relativamente eficientes não coincide com o mapa representativo da dicotomia urbano/rural. Contrariamente a um preconceito bastante difundido, nem sempre as áreas rurais são esquecidas e prejudicadas nos sistemas de bem-estar, como nem sempre as áreas urbanas são eficientes e privilegiadas (MINGIONE e PUGLIESE, 1987, p.89).

Todavia, a melhora da infra-estrutura não é o único fator relevante para avaliar a qualidade de vida de seus moradores. Para possibilitar esta análise, diversos fatores devem



ser levados em consideração. Sen (2000, p. 20) aborda o assunto quando relaciona a qualidade de vida com a liberdade da população. Porém, para se chegar a uma sociedade desenvolvida, é necessária a combinação de uma série de liberdades. O autor destaca que existe uma grande ligação entre liberdade individual e melhoria social, e as liberdades, também, contribuem para o desenvolvimento econômico.

Por isso, destaca o papel de cada um na escolha de seus destinos, além do papel do Estado e demais instituições para garantir a base da liberdade, com fornecimento de educação e saúde de qualidade, por exemplo. O desenvolvimento não pode ser confundido com o crescimento econômico, pois

como liberdade diz respeito aos processos de tomada de decisão e às oportunidades de obter resultados considerados valiosos, não podemos restringir a esfera de nosso interesse apenas aos resultados na forma da promoção de produção ou renda elevada ou de geração de consumo elevado (ou outras variáveis às quais se relaciona o conceito de crescimento econômico). Não podemos conceber processos como a participação em decisões políticas e escolha social como sendo – na melhor das hipóteses – alguns dos meios de desenvolvimento (mediante, digamos, sua contribuição para o crescimento econômico); esses processos têm de ser entendidos como sendo, em si, partes constitutivas dos fins do desenvolvimento. (Sen, 2000, p. 329)

Desta forma, até mesmo as análises sobre a qualidade de vida no campo e cidade podem ser mais complexas do que parecem. Apesar da deflagrada queda da lógica produtivista, diversos aspectos da dicotomia entre a cidade e o campo continuam atuais, até mesmo nos órgãos oficiais de pesquisa. Os dados fornecidos pelo IBGE, por exemplo, mantêm a dicotomia, trabalhando com rural e urbano. A própria delimitação oficial entre os dois ambientes é bastante contestada, devido aos critérios utilizados pelas prefeituras municipais para esta diferenciação. Eles estão mais voltados à arrecadação do que ao cumprimento do propósito de encontrar uma sólida aliança entre a conceituação de rural e urbano e a prática administrativa. Neste caso, o campo continua com um sentido residual.

Mesmo apresentando sinais de esgotamento, a dicotomia entre campo e cidade ainda se mantém e, apesar de parecer um contra-senso, a manutenção deste tipo de análise não deve ser ignorada. Como a realidade do campo é bastante diferenciada, principalmente nos países considerados em desenvolvimento ou “atrasados”, a abordagem dicotômica ainda pode contribuir para o entendimento das relações entre campo e cidade em determinadas áreas, pois

o conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da

existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou de senso comum. Para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas (SIQUEIRA e OSÓRIO, 1999, p.77).

Reforçando a idéia de que as teorias devem se adaptar à realidade e não ao contrário, Carneiro (1998, p.60) destaca a importância da constante reelaboração dos conceitos, para que estes respondam de maneira satisfatória à realidade proposta. Neste sentido,

as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas.

Hoje, a razão cede espaço para o relativismo, dificultando a elaboração de modelos pré-definidos e imutáveis. Apesar da existência de vários modelos para representar a realidade, um modelo hegemônico domina a maioria das representações, até que seu uso se torne inviável, sendo substituído por outro ou reelaborado. Para Moreira (2002, p. 26)

o relativismo científico retira esse fundamento do sentido de realidade da ciência e da razão, desreificando a Ciência e a Razão. Coloca o sentido de realidade na cultura. A vida passa a ter sentido só em nós mesmos e os diversos fundamentos que apóiam essas realidades estão sujeitos à dúvida. Todos eles. Toda representação é discutível. As realidades estão sujeitas ao consenso social, na falta de consenso temos as disputas por legitimações e a co-existência de várias verdades, uma hegemônica.

Ainda sobre a dificuldade de seguir modelos pré-definidos, Reis (2002, p. 7) acrescenta a necessidade de contar com o inesperado nas análises. Isso significa dizer que não existem planos infalíveis traçados pelo homem, já que o aparecimento de novos fatores na realidade pode ser crucial para mudança de perspectiva e escolha de novos caminhos, deixando claro que só há uma certeza, a da incerteza. Segundo ele,

as sociedades não percorrem trajetórias pré-definidas. A única trajetória certa é a do inesperado. É dessa incerteza certa que nascem o experimentalismo, a riqueza da evolução, as vantagens da diversidade. E por esta razão que têm razão os que não confiam em modelos obrigatórios ou soluções técnicas incontornáveis.

Embora a dicotomia entre campo e cidade, como teoria explicativa, ainda consiga abranger a realidade em alguns casos, não pode mais ser usada em toda parte, principalmente, para áreas consideradas rurais próximas de grandes centros urbanos, com características distantes de corresponder à inversão das encontradas em áreas urbanas. Os próprios critérios de avaliação devem ser revistos, pois, “utilizar a agricultura como único critério de definição dos espaços rurais e da ruralidade representa um grande equívoco” (LOCATEL, 2004, p. 5).

Apesar das transformações no ambiente rural terem ocorrido primeiramente em países da Europa, podemos observar características semelhantes no campo brasileiro, mesmo que não em toda parte. Molinero (1990) destaca as mudanças como típicas de países desenvolvidos afirmando que

sin embargo, no se puede olvidar que la competencia por los nuevos usos del suelo rural, generados por las actividades residenciales, industriales y de ocio, frente a las agrarias, es un fenómeno típico de los países desarrollados y de espacios densificados, cuya importancia es tanto mayor cuanto más alto es el nivel de vida; un fenómeno basado precisamente en las malas condiciones de la ciudad (deseconomías de escala, dificultades de circulación, contaminación atmosférica y acústica, escasez de espacios verdes, etc.), en la disponibilidad generalizada de automóviles familiares y personales, en la expansión de las infraestructuras viarias, sobre todo autopistas y vías rápidas, etc., que, en conjunto, favorecen la expansión y proyección de las áreas urbanas hacia el campo, principalmente en las coronas periurbanas inmediatas a la ciudad, pero también, aunque con menos fuerza, en áreas más alejadas, y tanto más lejanas cuanto con más facilidades de acceso se cuenta (MOLINERO, 1990, p. 322).

No campo brasileiro da atualidade, há atividades relacionadas à indústria e à prestação de serviços, além das já bastante difundidas atividades turísticas e de segunda residência. O rural, definitivamente, não é mais palco apenas de atividades primárias e nem pode ser definido apenas por sua presença, apesar destas atividades continuarem a deter grande importância,

hoje quando falamos de rural e das transformações que ele registra estamos, em grande medida, a falar de urbanização (das ocupações profissionais, dos modos de vida e de consumo, das formas de locomoção...); estamos, em grande medida, a falar de espaços da indústria; estamos, em grande medida, a falar de espaços de lazer; estamos, em grande medida, a falar de processos de produção de valores simbólicos (REIS, 2002, P. 7).

Neste sentido, a abordagem dicotômica tem perdido força em decorrência das inegáveis mudanças atravessadas pelo rural, possíveis pelo crescente avanço da tecnologia e da integração entre o rural e o urbano. Analisando essas transformações, três correntes ganham destaque. Em primeiro lugar, a que defende a urbanização invariável do campo; a segunda, destaca a presença de “novas ruralidades”, que preservam algumas das características tradicionais, inventam-se outras, mas elas não transformam o ambiente rural em urbano invariavelmente. Uma terceira corrente considera a possibilidade de transformação do campo sem que este se urbanize. A principal diferença em relação a proposta anterior se traduz na origem desta transformação, ao invés de valorizar o campo como ator principal destas mudanças, enfatiza o ambiente urbano como tal, daí o destaque para as “urbanidades”.

As três correntes brevemente apresentadas expressam visões diferentes sobre o mesmo processo: as recentes transformações do campo brasileiro. Cada uma delas enfatiza elementos diferenciados nas abordagens realizadas, contribuindo para significativas divergências de enfoque e resultados obtidos. Embora o ambiente analisado supostamente seja o mesmo, no campo brasileiro, as suas próprias características variam significativamente de acordo com diversos fatores. Com objetivo de entender melhor estas variações e apresentar de maneira mais consistente as teorias que analisam as recentes transformações no campo, trabalharemos com cada uma delas nos próximos segmentos deste trabalho.

### **1.1- “O novo rural” brasileiro e o uso do conceito de território na análise do rural.**

O processo de difusão de infra-estrutura e características tipicamente urbanas para áreas até então consideradas rurais têm levado a interpretações em que a urbanização do campo é vista como conseqüência destas transformações, inclusive no Brasil. Decerto que novas atividades e consideráveis mudanças ocorreram e continuam ocorrendo no campo brasileiro, principalmente em decorrência das novas atividades nele desenvolvidas, relacionadas principalmente ao aumento de ocupações não-agrícolas. Para Silva (1997, p. 43), a modernização do campo, o aparecimento de trabalhadores ‘part-time’ e a pluriatividade destes trabalhadores e suas famílias configuram um novo rural. Essas mudanças são traduzidas num irreversível processo de urbanização do campo, pois as atividades agrícolas não se encontram mais solitárias, sendo até mesmo suplantadas por outras. Analisando a realidade atual,

pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (SILVA, 1997, p. 43).

O autor defende ainda que o crescimento das atividades não-agrícolas tem aliviado as conseqüências da mecanização do campo e impedido que uma grande massa de desempregados se dirija às cidades em busca de emprego. A criação de empregos não-agrícolas no campo é vista por ele como uma forma não só de garantir a permanência digna dos trabalhadores no campo, como aumentar sua renda. Assim, “a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de,

simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda” (DA SILVA, 1997, p.75).

O fato de ocorrerem mudanças na realidade do campo brasileiro é inegável, porém, o autor destaca a criação de empregos não-agrícolas no campo como única estratégia para manter os trabalhadores nas áreas rurais, ignorando outros aspectos como a reforma agrária, um sistema de crédito rural amplo, melhoria de infra-estrutura, formação de cooperativas entre outros. De acordo com Rua (2005, p. 9), a pluriatividade também pode ser vista como uma estratégia de não-fragmentação da propriedade. Para o autor

procura-se, cada vez mais, trabalhar fora da unidade produtiva, e membros da família dedicam-se à prestação de serviços externos (tratorista, turmeiro, frentista, comerciário, bancário, veterinário, piloto agrícola etc); estabelece-se uma estratégia de não-fragmentação.

A idéia de que a pluriatividade, ou desenvolvimento de atividades não-agrícolas é a única estratégia possível para garantir uma solução viável para os problemas do campo é sujeita a críticas. A pluriatividade tanto pode representar melhora na renda dos trabalhadores rurais, como pode ser uma estratégia de sobrevivência e garantia da posse da terra, porém, em ambos os casos, refletem uma superexploração da mão-de-obra.

Além disso, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas associadas às agrícolas não pode ser considerado uma característica recente, mesmo que a massificação deste processo o seja. Este processo, inclusive, já foi foco de análises e conotações bastante diferenciadas das atuais. Esta mudança de abordagem em relação à pluriatividade pode ser observada por Mingione e Pugliese (1987, p.91) quando afirmam que

os sistemas analíticos marxistas interpretaram a actividade a tempo parcial como indício duma situação precária do mercado de trabalho (...) por outras palavras, a actividade a tempo parcial era considerada como uma fase do processo de proletarianização, ou seja, do processo de perda da propriedade dos meios de produção. Assim a actividade a tempo parcial passou a significar um estatuto temporário que viria por fim a acabar na proletarianização definitiva e no êxodo rural e agrícola. Mas mesmo este conceito da actividade agrícola a tempo parcial parece não condizer com a realidade actual.<sup>5</sup>

Desta forma, fica claro que a atividade em tempo parcial, possibilitadora da pluriatividade, não representou uma completa proletarianização do campo, mesmo que esse fato não possa ser ignorado em alguns casos. Porém, devemos destacar que esses fenômenos não são recentes e, inclusive, já receberam tratamento teórico anterior.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, preferimos trabalhar com a idéia de pluriatividade, por considerá-la uma abordagem mais completa e flexível, ideal para o conceito de agricultura familiar, em detrimento da noção de trabalhador ‘part-time’ ou atividade a tempo parcial.

Em relação ao espaço, o consideramos um elemento mutável, palco das lutas sociais, refletindo também as necessidades e estratégias encontradas para garantir a manutenção ou mudança da realidade vivida pela população em geral, influenciado em maior ou em menor grau pelo poder público e apoiado desigualmente pelo aparato tecnológico, científico e informacional nele presente. Como elemento dinâmico e desigual, o espaço reflete as transformações nele implementadas, tornando-se novo a cada instante.

O “novo rural” mantém características tradicionais, sobrepostas às consideradas por uns como novas e por outros, apenas como retrabalhadas. É nesse sentido que o conceito de território<sup>6</sup> e, mais especificamente, a idéia de múltiplas territorialidades acrescenta um grande valor à análise do rural.

Diversas áreas rurais do país não apresentam sequer a infra-estrutura básica de que necessitam, tampouco, qualquer outra característica que a considere urbana (o que vai ser definido como urbano? Mesmo considerando que é uma pergunta difícil de responder, podemos afirmar que não será a área que possua apenas uma melhor infra-estrutura). A discrepância da realidade das diferentes áreas do país levou Lima (2005, p. 58) a afirmar que o novo rural que Graziano da Silva tenta expandir para o Brasil inteiro é paulista, já que as características que o autor supracitado enumera como norteadoras do processo de urbanização são encontradas majoritariamente no estado de São Paulo, ainda, assim, salvando exceções. Neste sentido Siqueira e Osório (1999, p. 75) apontam que:

Graziano da Silva (1996, 1997) chama a atenção para as mudanças que ao se operarem na sociedade brasileira transformaram o rural, o urbano e as suas relações, tornando praticamente impossível a análise destes meios através da conceituação dicotômica tradicional. Assim sendo, seria necessário na contemporaneidade entender o rural e o urbano como um contínuo. Isto porque o rural se urbanizou, tanto devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais de agricultura, quanto devido, o que é sem dúvida muito interessante, ao transbordar do urbano para o rural. Solar (1979) concorda com o fato de que em face das mudanças por que passou o campo, a idéia de contínuo passa a ser mais eficiente para conceituar a realidade. Entretanto, ele pondera, como também faz Carneiro (s.d.), que a idéia do contínuo não deve ser comparada sem reflexão, pois em vários locais, especialmente nos países em desenvolvimento e nos países “atrasados”, a industrialização da agricultura e as outras mudanças que levam à formulação da continuidade entre o rural e o urbano ainda não se constituíram. A diferenciação não opera com a mesma intensidade em todos os pontos do globo terrestre. Assim, se a nova conceituação de rural e urbano é eficiente para o campo altamente industrializado e urbanizado dos países

---

<sup>6</sup>Não é nosso objetivo neste momento do trabalho desenvolver um aprofundamento teórico sobre o conceito de território, esta discussão será realizada com maior ênfase no terceiro capítulo.

desenvolvidos e de determinadas áreas dos países em desenvolvimento, a conceituação tradicional pode ser ainda eficiente para conhecer a realidade nos locais onde ainda impera a dicotomia e o campo ainda está longe da cidade.

Isto posto, os autores não só criticam a posição de Graziano da Silva de que o rural brasileiro se urbanizou, como defendem que a tradicional conceituação dicotômica, ainda, responde perfeitamente à realidade de diversas áreas do país.

Mesmo considerando que a utilização da relação dicotômica não é adequada para analisar o campo sumidourense, pois, inegavelmente, sua área rural também foi palco de mudanças potencializadas pela chegada de uma série de fatores tipicamente urbanos, não podemos decretar que este ambiente tenha se urbanizado, devido à incidência, relativamente pequena, das atividades que baseiam as idéias de formação de um novo rural.

Podemos considerar que a integração entre os ambientes rurais e urbanos no município ainda não se concretizou. A área rural ainda apresenta a atividade agropecuária, parcialmente, modernizada. Aspectos relevantes para definir rural como novo, como pluriatividade, desenvolvimento de atividades industriais e de serviços e a propagação do turismo rural, ainda não estão presentes efetivamente no território municipal.

Acreditamos que a área rural do município de Sumidouro seja apenas mais um exemplo da seletividade do processo de urbanização do campo, apontado como hegemônico, mas que se revela restrito e pontual. A pretensa urbanização do campo, se restringe a algumas áreas do país, consideravelmente mais dinâmicas, enquanto outras áreas ficam praticamente marginais<sup>7</sup> ao processo. Essa característica, exemplificada pelo município de Sumidouro, é fruto da característica desigual intrínseca ao capitalismo, favorecendo áreas em detrimento de outras, fato que não exclui dinamização posterior pelo mesmo processo.

Apesar das críticas a essa corrente, alguns aspectos apontados pelo autor merecem ser destacados e contribuem para novas discussões sobre a realidade enfrentada no campo brasileiro. De certa forma, a idéia de continuidade entre o rural e o urbano expressa a realidade contemporânea de maneira mais eficaz que a dicotomia tradicional, mesmo que a abordagem dicotômica ainda tenha poder explicativo em alguns casos. Assim,

não precisamos desqualificar os argumentos de Graziano da Silva (1996, 1997), pois podemos entendê-los não com a pretensão de se referir ao Brasil inteiro, mas a um “novo rural” que emerge em algumas áreas específicas do país,

---

<sup>7</sup> Consideramos áreas marginais como aquelas inseridas precariamente nos processos destacados, porém, esta inclusão precária, marginal, não deve ser vista como exclusão.

principalmente naquelas áreas rurais mais próximas e integradas a grandes centros metropolitanos. Nestes locais, o apelo ambiental do rural, que é um tipo de representação relativamente novo, conjugado às antigas representações idílicas e românticas do rural, fizeram com que este espaço passasse a ser ressignificado. Como nos diz Graziano da Silva (1997), as pessoas passaram a buscar o rural como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana, investindo em chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. Paralelamente, o homem do campo deixa de ter uma atividade fixa e começa a se configurar como um trabalhador de tempo parcial, que não mais se ocupa de tarefas exclusivamente rurais (SIQUEIRA e OSÓRIO, 1999, p. 76).

Depois destas considerações, o uso do conceito de território para trabalhar com questões relativas ao campo parece bastante apropriado, sendo capaz de agregar diversos significados e configurações flexíveis. O conceito de território não necessita estar atrelado a determinado padrão ou delimitação tradicional, como os limites municipais, tampouco preso a abordagens lineares, aceitando a sobreposição de fatores de dominação e resistência. Entendemos que a partir das relações produtivas e sociais, “pode-se construir uma primeira aproximação da localização (forma) e da funcionalidade (funções) dos territórios e, se for o caso, dos territórios-rede. Enfatiza-se que estes territórios podem ser móveis ou, também, ultrapassar limites administrativos e físicos, abrangendo vários municípios” (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p. 21).

Se levarmos em consideração que a abordagem pretendida deve basear-se na territorialização da agricultura familiar, a idéia de que esta não precisa necessariamente respeitar os limites municipais contribui para maior abrangência da realidade. Os limites municipais agem como limitadores do recorte espacial escolhido, porém, o funcionamento da agricultura familiar nas áreas rurais limítrofes com os municípios vizinhos guardam grandes semelhanças com as atividades familiares desenvolvidas nas áreas pertencentes a Sumidouro. Por este motivo, se a análise de algumas características da agricultura familiar sumidourense necessitar de um rompimento dos limites municipais, o conceito de território é válido para redefinir a área de atuação dos agentes em questão, além de estratégias territoriais voltadas para manutenção dos interesses em disputa.

O conceito de território também pode ser utilizado com intuito de agregar valores simbólicos ao espaço, destacando-se as identidades sociais na sua definição, à medida que “vivencia-se a incorporação de populações urbanas no espaço rural, de maneira que a dimensão territorial é destacada, já que, o território se constitui na incorporação de elementos simbólicos e materiais urbanos no espaço rural” (MOREIRA, 2002, p.69). Esse aparato conceitual facilita a agregação de fatores diferenciados da realidade como, por



exemplo, a associação de atributos econômicos, indicadores de qualidade de vida, disputas de poder, política entre outros aspectos.

A abrangência do maior número de aspectos possíveis nas análises territoriais é fundamental para garantir visões mais amplas da realidade, diminuindo o risco de uma abordagem setorial. Morin (1999) defende uma reforma do pensamento, visando aumentar a complexidade das análises científicas em geral, dando ênfase à desordem e à incerteza, além de trabalhar com sistemas e não mais com fenômenos isolados. Utilizando as próprias palavras de Morin (1999, p. 32),

para chegar à reforma do pensamento há muitos caminhos que confluem. É preciso fazê-los confluir. Há primeiro as duas revoluções científicas: a primeira estabelece a irrupção da desordem, do acaso, do incerto; a segunda tenta, de alguma forma, constituir as ciências sistêmicas onde só havia disciplinas fechadas.

Consideramos uma visão que aborde o sistema e não mais os fatos isoladamente como fundamental para o exercício de uma reforma no pensamento, “os sistemas são entidades globais e funcionais que estão, permanentemente, visando atingir objetivos e finalidades. Entende-se sistema como um conjunto de partes menores que interagem, sendo interdependentes” (BLUM, 1999, p. 90). Trabalhar com a idéia de sistema, em que partes indissociáveis devem interagir, contribui para uma análise mais complexa e completa da realidade, sendo fundamental para o estudo da agricultura familiar numa visão mais abrangente.

Apesar de enfatizar a incerteza nas suas análises, por considerar que o imprevisto deve estar presente nas abordagens científicas, Morin (1999) não defende a substituição da certeza pela incerteza, mas uma mescla, ou seja, mesmo em teorias clássicas ou tradicionais a existência de fatores acima da compreensão humana ou imprevisíveis não podem ser deixados de lado. Acredita ainda que, conseguindo mesclar as teorias clássicas com as idéias de incerteza e visão de conjunto, estará integrando a discussão científica em um jogo complexo. Para ele, o pensamento não pode se ater a fatos isolados, ou um objeto, local ou fato por ele mesmo, já que os objetos da ciência estão inseridos num sistema integrado que interage com ele. O exercício de trabalhar com uma ampla abordagem constitui a base do pensamento complexo defendido por Morin (1999), porém, esta não é uma tarefa fácil e deve ser implementada de maneira gradual para não gerar confusões metodológicas. De

toda maneira, o conceito de território apresenta características que o qualificam a desempenhar papel interessante nesta abordagem complexa.

Analisar a complexidade das relações vivenciadas no campo, os interesses e estratégias em jogo no cenário político, gerando conseqüências para a configuração espacial, parece menos problemático se o conceito de território puder basear a discussão. A utilização do conceito de território nos permite analisar estratégias e interesses distintos em conflito no espaço nas várias escalas e dimensões de atuação. Desta forma, identificar a territorialização das problemáticas presentes no rural sumidourense contribui decisivamente para identificar as possíveis transformações observadas na agricultura familiar e suas estratégias de sobrevivência, traduzidas de alguma maneira no espaço.

Apesar de não concordarmos com a corrente que defende a formação de um “novo rural” no campo brasileiro, consideramos que esta abordagem não deve ser desqualificada, já que algumas mudanças no campo são inegáveis. O uso do conceito de território para avaliar essas mudanças nos parece apropriado, assim como a abordagem a seguir.

## **1.2- “Novas ruralidades” no campo e o papel dos “neorurais” na construção de um ideário bucólico.**

A partir do que foi discutido na seção anterior, analisaremos a linha de pensamento que busca valorizar a atuação do campo na definição de suas próprias características. Esta corrente não considera o campo como elemento passivo, mero receptor de influências e transformações. Assim, estas idéias nos parecem pertinentes para o desenvolvimento do trabalho, devido à concepção de que a realidade da agricultura familiar, ao receber influência externa, adapta-as antes de refleti-las em transformações espaciais.

Em cada porção de espaço, a mistura entre as influências recebidas e as tradições locais são traduzidas de forma diferenciada nas novas formas. Apesar de procurarmos identificar padrões de transformação espacial, devemos ter a consciência de que cada localidade refletirá de maneira diferente as influências sofridas por seus moradores. Mesmo que o processo seja similar, ele é sempre diferenciado.

Na corrente de pensamento que considera a chegada de novas ruralidades no campo como fundamental para manter uma característica hegemônica deste ambiente, frente as fortes influências sofridas, é necessário esclarecer o que deve ser entendido como ruralidade. Assim, a conceituação de ruralidade “foi compreendida como manifestação de identidades sociais associadas ao mundo rural” (MOREIRA, 2005, p. 65), negando a visão de atraso comum numa abordagem mais tradicional. Para Locatelli (2004, p. 12) a ruralidade deve ser vista num contexto mais amplo, não setorial, e de um ponto de vista funcional. Assim,

a ruralidade pode ser entendida desde um ponto de vista funcional, sob o qual os territórios rurais se qualificam como espaços nos quais coexistem e se integram funções econômicas (produção agrícola, artesanato, turismo e lazer, entre outras), ambientais (preservação de recursos naturais, como água e solo, proteção da biodiversidade) e sócio-culturais (conservação e desenvolvimento de características sócio-culturais de comunidades locais).

Como já vimos, devemos considerar que algumas mudanças têm ocorrido no campo brasileiro nas últimas décadas, porém, essas mudanças não podem ser consideradas como resultado de um inevitável processo de urbanização do campo. Existem áreas deste campo ainda em processo de urbanização, outras sequer começaram esse processo, apenas experimentam algumas mudanças em relação ao aumento de sua infra-estrutura. O município de Sumidouro/RJ pode ser enquadrado neste grupo, em que as mudanças tão deflagradas, ainda, se encontram restritas ou incompletas.

A idéia de ruralidade constitui uma forma diferenciada de enxergar a série de transformações sofridas pelo campo, que de fato existe. Entretanto, esta é vista como uma “via de mão-dupla” e a interação cultural detém grande destaque, não considerando apenas as transformações que chegam da cidade para o campo.

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprias do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1998, p.59).

Esta concepção nega a visão dicotômica de oposição entre o campo e a cidade, destacando a existência de uma rede de influências mútuas. Ao mesmo tempo em que o campo recebe informações que se traduzem em transformações cotidianas e espaciais, este fato também pode ser observado na cidade em relação ao campo. Seguindo por esse caminho,

poderíamos argumentar que complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano. Olhando assim para esses componentes poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como de elementos de urbanidade em espaços rurais. Essa argumentação, se consistente, refuta algumas das teses que falam do fim do rural, como a industrialização e a urbanização do campo, nessa a urbanidade em todos os espaços rurais e naquela, a urbanidade industrial dos processos produtivos (MOREIRA, 2002, p.21).

Locatell (2004, p. 9) faz análise semelhante quando defende que rural e urbano devem ser vistos de forma complementar, negando a oposição entre os dois espaços, afinal, pertencem ao mesmo conjunto territorial, onde freqüentemente as mesmas forças dotadas de algum tipo de poder atuam. Para ele:

A diferenciação entre espaço rural e urbano é válida para a análise territorial. O que não tem sentido é a oposição campo-cidade. Diante das novas realidades do meio rural, essa oposição perdeu todo o seu conteúdo explicativo. Não se deve considerar um espaço rural, mas sim espaços rurais que se integram paulatinamente com espaços urbanos. Também, não se deve simplesmente elencar as funções do meio rural através de uma classificação de atividades ou de uso do solo, senão torná-las como resultado de um processo de integração, difusão e inter-relação dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural. Assim, as categorias rural e urbano têm que ser consideradas como complementares nas análises territoriais, por se tratar de espaços interdependentes (...).

Neste fragmento, o autor deixa claro a importância do conceito de território para analisar as relações existentes entre o rural e o urbano. As forças que atuam sobre o território, muitas vezes hegemônicas, formando intrincadas relações de poder, podem não estar relacionadas a interesses especificamente urbanos ou rurais, atuando da mesma forma independente do ambiente. Porém, a tradução desta atuação no espaço será realizada de maneira diferenciada.

Carneiro (2001) destaca que o fato de alguns hábitos serem modificados pelo acesso à infra-estrutura ou contato direto com cidadãos de origem urbana, não é suficiente para sustentar que as práticas ou a cultura rural desapareçam, sobrepujadas por práticas urbanas. A troca de experiências é, então, muito importante, sendo valorizada pela autora como enriquecimento cultural entre as áreas envolvidas, mesmo que resulte em tensões. De acordo com esse raciocínio,

as novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que ela produza uma situação de tensão, ela é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local. Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as

identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice-versa (CARNEIRO, 2001, p. 13).

A valorização da identidade, até mesmo como uma forma de diferenciação, atua como fator de manutenção da cultura e das práticas, tanto de cidadãos num ambiente rural como ao contrário. Porém, Moreira (2002) atenta para a necessidade de trabalhar com a valorização da identidade na análise do território rural, pois esta nunca é revelada completamente. Assim,

podemos dizer que as diferentes identidades se revelam e se constroem nas relações e, dependendo das nucleações societárias que garantem as autonomias relativas do sujeito e do objeto, pode-se afirmar que nem no objeto e nem no sujeito a identidade, inclusive a rural, revela toda a sua existência. O que poderemos verificar, medir e representar serão apenas índices, indicadores, traços, elementos e registros da própria existência de uma identidade sempre não absolutamente revelada (MOREIRA, 2002, p. 24).

Como defende o autor, não podemos mensurar toda a complexidade da identidade de qualquer indivíduo ou localidade, pois esta nunca é revelada completamente. Este fato torna a abordagem ainda mais rica, à medida que não existe a possibilidade de desvendar todas as características identitárias presentes nas relações espaciais, caracterizando uma análise galgada na incerteza e na subjetividade. Neste sentido, estamos abertos a teorias menos racionalistas; e enfatizando a incerteza, estamos caminhando para uma abordagem mais complexa da realidade.

Como o desenvolvimento de novas atividades no campo não pode ser considerado suficiente para urbanizá-lo, muito menos para destruí-lo, devemos considerar que essas atividades podem gerar algo além de incremento econômico. O considerável aumento de renda para quem se envolve com essas atividades, muitas vezes, pode competir com o uso do espaço rural, pois as diferentes formas de valorização do espaço, por meio de especulação, novos usos, chegada de infra-estrutura entre outros são normais em áreas alvo de turismo. Com a chegada de novas atividades no rural, baseadas no novo ideário do campo como área de preservação das características naturais,

a noção de rural como espaço de preservação ambiental e da natureza como meio de contemplação passam a ser concorrentes com o valor da terra como meio de produção agrícola o que tem conseqüências diretas sobre as relações sociais e as disputas de interesses (CARNEIRO, 2001, p.11).

Há a tendência de associação cada vez maior do rural com ambientes naturais e pouco alterados pelo homem que, mesmo não coincidindo com a verdade, é um forte fator de difusão de novas formas de analisar as recentes maneiras de apropriação do rural. Assim,

as mais diferentes noções de rural e ruralidades remetem-nos à proximidade com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais (MOREIRA, 2002, p. 28).

A revalorização da ruralidade como uma maneira de viver diferenciada da que é observada nos grandes centros metropolitanos, impulsiona uma série de atividades não-agrícolas em áreas rurais. Entre essas atividades, podemos destacar o turismo rural.

Assim, o turismo chega como elemento de valorização da vida no campo, mas também ligado à preservação do ambiente e da natureza, visando aumentar o contato de seus praticantes, principalmente, moradores de grandes centros metropolitanos, com o ambiente natural. Este contato pode ser feito seja na forma de contemplação ou com desenvolvimento de outras atividades como esportes radicais, por exemplo. Contudo, os possíveis benefícios financeiros da atividade turística dificilmente encontrarão um ex-lavrador ou trabalhador pluriativo como destino primordial. Os maiores impulsionadores destas atividades são justamente os chamados neo-rurais, novos moradores do campo que mantêm sua visão urbana, investindo no setor como forma de incrementar sua renda.

Os neo-rurais podem ser responsabilizados, também, pela construção de um ideário de vida campesina atrativo ao turismo, resgatando práticas tradicionais há muito deixadas de lado e transformando-as em atrações turísticas, pois “são justamente aqueles indivíduos cujas histórias particulares mais se distanciam das localidades rurais (diríamos, os ‘neo-rurais’), os mais mobilizados em torno de um rural ideal reconhecido em práticas ou formas de vida tidas como típicas de uma tradição local” (CARNEIRO, 2001, p.9). Além de resgatar atividades tidas como tradicionais, muitas vezes, há sinais de invenção de tradições, com a criação de simulacros, visando aumentar a capacidade de atração turística, gerando conflitos com os moradores ‘tradicionais’ que vivem diretamente do trato com a terra. Neste sentido,

o resgate ou a invenção da tradição se mistura à revalorização da natureza como meio de lazer e a contemplação na mobilização tanto das camadas de neo-rurais como nas de turistas de final de semana, inaugurando novos campos de disputa e de conflito com a população autóctone, da mesma maneira que abre novas perspectivas de trabalho para a mesma população (CARNEIRO, 2001, p.9).

Muitos dos conflitos se dão pela chegada de novas perspectivas em áreas onde havia o predomínio de atividades agrícolas. Por um lado, a resistência a mudanças profundas na vizinhança e nas atividades, geram o aumento de circulação de pessoas “estranhas” no local antes dominado pelas atividades agrícolas. Por outro, práticas

tradicionais como as queimadas ou desmatamento tornam-se alvo de conflitos entre os produtores tradicionais e os chamados ‘neo-rurais’ e turistas atraídos pela exuberância da natureza, que começam a defender o fim dessas ‘atrocidades’ ambientais.

Os embates sobre o tema não levam em consideração que as áreas rurais, ou dedicadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas são uma das que mais impactos causam ao ambiente natural. O uso de insumos químicos contaminam solo, rios e lençol freático, além do uso de milhares de litros de água para irrigação que, muitas vezes, diminuem, significativamente, a vazão de córregos e riachos, são apenas exemplos dos impactos causados por essas atividades.

Portanto, a venda da idéia de uma vida saudável com respeito à natureza e valorização do bucolismo do campo esbarra na dura realidade de impactos causados pelas atividades agropecuárias. Assim, além de fazer concorrência com essas atividades, as atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural, diversas vezes, contribuem para a extinção ou diminuição da produção agrícola. Todavia, sem que os praticantes atentem, os impactos sociais causados pelo abandono das atividades agropecuárias podem ser ainda mais perversos do que as agressões cometidas contra a natureza transformada do campo.

A disputa de interesses no mesmo território fragiliza ainda mais o agricultor familiar. As pressões exercidas pelos neo-rurais e turistas, geralmente pessoas mais esclarecidas e influentes, podem resultar em aumento de restrições ao uso do solo por parte de órgãos oficiais do governo. Estamos diante de disputas territoriais, cada agente utiliza seus argumentos e estratégias para garantir sua manutenção no território da melhor maneira possível.

Podemos considerar que os interesses voltados para a preservação da natureza, característicos do novo paradigma vigente desde o início dos anos de 1990, embora existam, não apresentam a mesma efetividade em municípios onde a atuação turística recebe maior destaque. Assim como os turistas, os “neo-rurais” são fundamentais para a implantação destas normas de conduta.

Contudo, devemos atentar que a própria atividade turística é causadora de diversos impactos ambientais e sociais. Porém, os impactos causados pelo turismo parecem não estar presentes neste discurso, negando o propósito preservacionista defendido tanto

pelos neo-rurais, principais promotores da atividade, quanto pelos turistas, principais consumidores do espaço.

Depois da breve análise sobre a corrente que defende trabalhar o rural e suas transformações relacionadas com as “novas ruralidades” deste ambiente, é importante ressaltar que concordamos com muitos aspectos tratados nesta abordagem, e com a corrente que defende a formação de um “novo rural”, mesmo que a afinidade de pensamento seja maior com a idéia de “novas ruralidades” no campo brasileiro.

Porém, devemos considerar que a importância do urbano nesta análise acaba sendo diminuída devido ao grande enfoque das transformações no campo e nas ruralidades. Acreditamos que, embora a identidade, a territorialidade e as estratégias de manutenção na terra por parte de trabalhadores devam ser valorizadas, o foco transformador não deve partir do rural e sim do urbano, responsável por grande parte destas mudanças.

### **1.3- “Urbanidades no rural”: a importância do urbano como transformador do campo e difusor de urbanidades.**

A idéia baseada na difusão de “urbanidades no campo” não visa negar as correntes que defendem a urbanização do campo, tampouco a que valoriza os aspectos simbólicos do rural nas transformações sofridas no campo brasileiro. A idéia de difusão de “urbanidades no rural” agrega diversos aspectos das duas teorias, apesar de negar alguns. Além disso, é importante ressaltar que esta idéia está mais identificada com as “ruralidades no campo” do que a difundida urbanização do campo.

Sobre a corrente que defende a presença de “novas ruralidades” no campo, “interessa-nos por admitir a possibilidade da convivência, num mesmo espaço, a cultura rural com a cultura urbana, o que reforça a nossa defesa da idéia da presença das “urbanidades no rural” (RUA, 2005, p. 18).

Assim, apenas a chegada de infra-estrutura no campo, alterando o cotidiano dessa área não é suficiente para transformá-la em urbana, tampouco extermina a tradição rural já existente, mesmo que a remodele, assim RUA (2002, p. 41) destaca que a chegada de infra-estrutura no campo deve ser entendida como a difusão de “urbanidades no rural”. Para ele,



urbanidades “seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos”.

Além da infra-estrutura, a chegada de urbanidades também pode ser percebida com a mudança no cotidiano dos moradores locais, pois este processo não se restringe à mudança física local, estando também atrelado às interações culturais entre o rural e o urbano. A difusão de veículos de comunicação de massa permite certa padronização do consumo, inserindo até mesmo os habitantes das áreas mais longínquas ao mercado consumidor com características tipicamente urbanas. Assim, “a urbanização ideológica, cultural, extensiva, difusa, em suas inúmeras manifestações que (...) chamamos de “urbanidades”, antecipa-se à urbanização física, formal” (RUA, 2002, p. 36).

Na abordagem desenvolvida por Rua (2005), há destaque para a incompletude de respostas dadas pelas correntes vistas anteriormente, as duas apresentam análises parciais da realidade, não dando conta da complexidade que marca o rural da atualidade. Neste sentido, o autor retoma a análise territorial e valoriza a escala como de fundamental importância para trabalhos geográficos sobre o campo.

Um aspecto crucial desta análise está relacionado com as áreas dotadas de maior número de urbanidades. Essas áreas são consideradas híbridas, nem urbanas nem rurais, pois apresentam características dos dois ambientes, embora com um claro caráter assimétrico. Porém,

mesmo enfatizando as especificidades do rural, ou “novas ruralidades”, como boa parte dos autores desta segunda vertente anuncia, pensamos que a ênfase no rural não pode ser exagerada. O urbano parece-nos realmente dominante, na relação assimétrica entre urbano e rural. Assim, falar de “novas ruralidades” mostra-se pouco adequado por que as mudanças que ocorrem no espaço rural são, majoritariamente, de origem urbana, embora misturadas/hibridizadas. Parece-nos que falar de novas ruralidades obscurece a assimetria de relações entre o rural e o urbano (RUA, 2002, p. 38).

Além dessa mudança, o autor destaca a necessidade de uma abordagem em duas escalas, uma mais ampla e outra mais restrita. Um terceiro aspecto, a abordagem das múltiplas territorialidades, merece destaque especial, sendo considerado fundamental para desenvolver trabalhos e idéias em espaços rurais ou híbridos. Neste sentido, a substituição de “novas ruralidades” por “urbanidades no rural” trata-se de uma distinção metodológica, em que a hibridez dessas novas territorialidades passa a ser enfatizada, traduzida em fluxos materiais e imateriais.

Neste sentido, podemos considerar que múltiplas territorialidades se encontram, se confrontam e se sobrepõem, formando continuamente uma nova realidade. Carneiro (2001, p. 14) ilustra bem esse pensamento multiterritorial, mesmo sem utilizar o termo, quando destaca que

essa abordagem nos instrumentalizará para identificar os territórios que são delimitados uns dentro de outros cujas fronteiras se cruzam e se deslocam conforme a dinâmica de reocupação dessas áreas por novos atores sociais. As fronteiras entre os territórios são, nesse sentido, móveis e podem até mesmo serem deslocadas de uma especialidade física. Isto quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial) mesmo estando fora desse território.

Neste sentido, a escala adequada para realização dos trabalhos é fundamental, principalmente, para possibilitar a identificação de diversas identidades territoriais presentes, pois determinadas escalas apresentam idéia de desterritorialização e outras de reterritorialização. Para Haesbaert (2001, p.1773), principal autor utilizado para tratar do tema multiterritorialidades, é importante ressaltarmos que

o olhar geográfico multiescalar é imprescindível para entendermos a desterritorialização, pois como se trata sempre de um processo concomitante de desterritorialização e reterritorialização, é preciso que ele seja interpretado em diversas escalas. O que em um nível escalar é percebido como processo desterritorializador, em outro nível pode ser visto como reterritorializador. Daí a pertinência do uso do termo sempre hifenizado: des-territorialização, demonstrando a indissociabilidade de suas duas faces.

O autor só aceita a idéia de desterritorialização em aspectos muito particulares como a incapacidade de ter acesso a serviços básicos, ou seja, profunda situação de desigualdade social e completa falta de acesso à liberdade(s). Porém, se a desterritorialização não estiver relacionada com esses termos, deve ser seguida de imediato processo de reterritorialização. Porém, o que devemos destacar na temática do trabalho é a possibilidade da multiterritorialidade, ou múltiplas territorialidades, em que diversas territorialidades se sobrepõem num mesmo território. Destacando as discussões deste início de século, Haesbaert (2004, p.372) afirma que

o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema deste novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou os “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial.

A análise das múltiplas territorialidades que ocorrem no campo contribui para verificar a diferença de realidade vivida e as condições de vida da população envolvida na agricultura familiar no município de Sumidouro. Essa grande desigualdade encontrada no campo é um fator relevante para refutar a idéia de completa urbanização do rural. A generalização deste processo é considerada por nós um erro.

Consideramos que a análise da chegada de urbanidades, por valorizar o espaço rural, sem retirar do urbano a condição de difusor principal de influências e costumes, seja a corrente mais adequada para avaliar as múltiplas territorialidades existentes na área rural do município de Sumidouro. Ao mesmo tempo que, não consideraremos esta área urbanizada, não podemos negar que venha sofrendo transformações significativas, principalmente nos padrões de consumo, influenciada diretamente por um modo de vida urbano.

Após inúmeras viagens a campo, algumas urbanidades são possíveis de serem observadas, como a difusão de energia elétrica e, com isso, a entrada de padrões urbanos, por meio das telecomunicações. As próprias escolas das áreas de maior importância agrícola do município apresentam predomínio de docentes vindos da cidade, fato que influencia nas próprias visões dos descendentes dos agricultores.

Não defendemos que as áreas rurais de Sumidouro devam ficar isoladas do contato externo, muito pelo contrário. Acreditamos que a troca de experiências com outras realidades enriquece a cultura, porém, durante as pesquisas de campo, não pudemos encontrar elementos de valorização da cultura local, fato que consideramos um grave problema para o campo sumidourense e, mais especificamente, para a agricultura familiar do município.

As urbanidades, chegando de maneira cada vez mais avassaladora e convidativa, não devem ser agentes destruidores de tradições, mas componentes importantes para a necessária diversificação cultural. Quando a influência urbana age como destruidora das tradições rurais, a busca por modelos de vida urbanos acaba sendo o caminho natural.

Entretanto, essa busca, apenas pode ser realizada se houver um aumento significativo do padrão de renda local. No nosso entender, as urbanidades devem ser aceitas e incentivadas, contudo, atreladas a projetos de valorização da cultura local, sendo a escola o principal foco difusor.

Visto isto, temos consciência de que a chegada de urbanidades no campo provoca mudanças inevitáveis nos padrões de vida até então concebidos. Estas mudanças, se não acompanhadas de aumentos significativos na renda, podem ser polarizadoras de problemas entre os produtores. Estes, impossibilitados de seguir determinados padrões por não reunirem condições propícias para aumentar seu poder de compra, acabam seduzidos a desempenhar funções não agrícolas ou até mesmo abandonar a atividade.

Acreditamos que a liberdade de escolha pelas atividades que se pretendem realizar é um requisito básico para o desenvolvimento de qualquer área. O problema é quando não há escolha e o trabalhador se vê obrigado a desempenhar dupla função ou mudar de atividade, exclusivamente, pelo fator econômico.

Os produtores familiares não podem ser deixados desamparados frente à chegada de novas demandas impostas pela sociedade de consumo, fato que implica a necessidade de aumento da renda, nem tampouco serem impedidos de participar mais ativamente do processo. Porém, não é o que ocorre porque

na verdade, as informações disponíveis indicam que a grande massa de pequenos produtores familiares que não se integrou com a agroindústria e permaneceu no campo continuou com as duas alternativas de sobrevivência que sempre teve: tentar a sorte na fronteira agrícola ou procurar sobreviver na área de origem intensificando, quando possível, a produção no espaço disponível e/ou buscando complementar a renda insuficiente por todo tipo de ocupações, agrícolas e não-agrícolas, fora da unidade familiar (GUANZIROLI, 2001, p.35).

Esta constatação se agrava quando percebemos que a renda agrícola, se não elevada consideravelmente, tende a ser, cada vez mais, insuficiente, levando a uma pluriatividade forçada ou ao abandono das atividades, principalmente, pelos descendentes dos agricultores familiares. Esta nova realidade difere completamente de definições até então construídas para analisar os trabalhadores do campo, chamados, muitas vezes, de camponeses. Segundo Abramovay (1998, p.60):

A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo”. Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério da maximização da utilidade não é a obtenção de maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares.

Porém, como destacamos, estas necessidades são cada vez maiores, fruto de mudanças nos padrões seguidos pelos próprios moradores do campo, cada vez mais, influenciados pelo modo de vida e consumo urbanos.

As soluções para este complexo problema não se mostram tão simples, mas exigem políticas que ampliem a capacidade de aumentar a renda por parte dos pequenos produtores familiares, majoritários em Sumidouro. Entretanto, quando a política pública direcionada a esse público se restringe à concessão de crédito subsidiado, sem programas de esclarecimento e de garantia, seus resultados acabam ficando aquém do que poderiam.

A falta de esclarecimento e de garantias faz com que grande parte dos entrevistados nunca tenha se interessado em verificar as condições para liberação de financiamento para a produção. O receio de não conseguir honrar os compromissos assumidos com o banco, e o desconhecimento das condições necessárias para conseguir os créditos são fatores fundamentais, apontados pelos próprios agricultores.

Neste sentido, consideramos que o fortalecimento dos órgãos, como a EMATER, difusores das políticas agrícolas, é fundamental para alcançar o objetivo de tornar mais ampla a concessão de crédito ao agricultor familiar.

Assim, para possibilitar o maior associativismo e aproveitar os possíveis benefícios deste processo como a formação de pequenas agroindústrias regionais, fundamentais para agregar valor à produção e ampliar a renda média do agricultor familiar, as políticas públicas devem ser mais acessíveis e difundidas como as urbanidades. Os mesmos meios de comunicação que transformam o modo de vida dos agricultores devem ser usados como instrumentos de esclarecimento e incentivo ao associativismo e à procura de crédito.

Instrumentos simples, como rádios locais, emissoras de televisão regionais, entre outros, podem gerar resultados complexos. Por isso, consideramos o esclarecimento das políticas, associado a fatores como o aumento do nível de escolaridade, fundamentais para ampliar o âmbito das políticas públicas a um nível que atinja verdadeiramente a população a que se destina. O alcance destas políticas, além de promover um possível aumento na renda e garantir a continuidade da atividade agrícola familiar, aumenta a capacidade de territorialização dos pequenos produtores familiares, elevando sua auto-estima e tornando-os agentes protagonistas do desenvolvimento do campo. Esta realidade ainda não pode ser observada, pois, em quase totalidade dos casos, os produtores são dominados por fortíssimos interesses externos que destroem a capacidade de decisão familiar e, muitas vezes, de sua manutenção na atividade agrícola.

Entretanto, a agricultura familiar, depois de desempenhar papel secundário durante décadas no campo brasileiro, hoje, é tida como principal foco de direcionamento de políticas públicas voltadas para o campo. Mesmo que consideremos que apenas a possibilidade de obtenção de crédito agrícola não seja suficiente para promover um desenvolvimento que valorize a liberdade, os esforços governamentais com objetivo de fortalecer o segmento agricultura familiar merecem ser destacados.

A mudança de diretriz das políticas públicas que antes privilegiavam os grandes produtores e, na atualidade, tem a agricultura familiar como enfoque principal gera, inclusive, uma valorização desta como categoria. Assim, o estudo do uso do termo agricultura familiar, que será abordado no próximo capítulo, é bastante elucidativo, pois, devido ao destaque nas últimas décadas, principalmente, em relação à destinação de investimentos, a própria composição da categoria foi “incrementada”, assim como a incidência de discussões sobre temáticas relacionadas a esse assunto na academia.

Neste sentido, consideramos extremamente pertinente analisar a valorização experimentada pela agricultura familiar nas últimas décadas, por proporcionar novas possibilidades de inserir nesta discussão fatores como a necessidade de aumento do associativismo e da capacidade de geração de renda, que podem atuar como complemento às iniciativas governamentais.

Além disso, a valorização do uso do termo agricultura familiar auxilia discussões realizadas no presente capítulo, pois as transformações experimentadas no campo nas últimas décadas, também, estão relacionadas ao aumento do direcionamento de investimentos para a diversificação das atividades desenvolvidas. Desta maneira, a manutenção da “ruralidade” e o aumento das “urbanidades no rural”, num ambiente cada vez mais híbrido, podem ser potencializados com a tomada de consciência sobre a importância da agricultura familiar para o campo brasileiro, como vem acontecendo nas últimas décadas.

Isto posto, no próximo capítulo, destacaremos a importância do desenvolvimento de políticas diferenciadas para garantir a manutenção das atividades agrícolas e as diversas “funções” impostas às atividades agropecuárias de acordo com o pensamento hegemônico de cada período. O objetivo principal para o amadurecimento desta discussão será a

mensuração da atual valorização do segmento agricultura familiar no Brasil e as políticas para ele dimensionadas.

## **II- A utilização do termo agricultura familiar na academia e o surgimento de um conceito complexo<sup>8</sup>.**

O termo agricultura familiar, a partir da década de 1990, passou a ser utilizado para designar uma extensa e heterogênea massa de trabalhadores rurais, além de englobar inúmeras atividades paralelas aos trabalhos agrícolas. Como veremos, ações governamentais, pressões políticas e outros fatores, contribuíram para que a noção de agricultura familiar fosse utilizada em função de distintos interesses.

Em nosso entendimento, a agricultura familiar deve agregar características fundamentais que não são encontradas em todos os setores assim considerados. Neste sentido, discutiremos o aparecimento do conceito nas discussões acadêmicas, como forma de elucidar a atual utilização do termo agricultura familiar como foco de políticas públicas e trabalhos acadêmicos, contextualizando com as alterações em seu significado. Em paralelo, destacaremos as políticas públicas direcionadas para o campo, com ênfase para a evolução das políticas de financiamento da agricultura.

Com intuito de enriquecer a própria definição de agricultura familiar, primeiramente, analisaremos o uso do termo nos trabalhos acadêmicos. Depois de apresentar este panorama, buscaremos uma adequada definição para o termo, vinculando o valor teórico de sua formulação, com o seu uso pela administração pública.

### **2.1- Os estudos sobre o campo no Brasil no período 1950/1960.**

Durante as décadas de 1950 e 1960, não havia destaque para a agricultura familiar nas análises sobre o rural brasileiro. Neste período, algumas linhas de pensamento analisaram a potencialidade da agricultura para contribuir com o desenvolvimento do país. “A primeira, que entendia a agricultura como um entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil e, a segunda, que enfatizava a funcionalidade do setor agrícola nesse processo de desenvolvimento” (HESPANHOL, 2000, p. 12).

---

<sup>8</sup>Para elaboração deste capítulo, devemos destacar a tese de doutorado da professora Rosangela Hespanhol (2000) intitulada Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP, como principal referencial bibliográfico.



Neste período, o país atravessava um processo de intensa transformação produtiva, privilegiando o setor industrial em detrimento da produção agrícola. Desta forma, a discussão sobre a viabilidade da participação da agricultura no desenvolvimento do Brasil estava ligada ao histórico de rápidas e bruscas transformações por que passava o país, que deixava uma condição agroexportadora para se transformar em industrializado.

Entretanto, as políticas públicas voltadas para o campo atuavam no sentido de modernizá-lo. Desta forma, com o aumento da produção a custos reduzidos, os salários urbanos podiam ser influenciados declinantemente. O principal instrumento político de potencialização do desenvolvimento do campo estava baseado na concessão de abundante financiamento em forma de crédito, com intuito de modernizar as atividades nele desenvolvidas e, conseqüentemente, aumentar a produtividade. Como forma de traçar um panorama geral das ações de concessão de crédito por parte do governo

podemos dividir a política de crédito rural no Brasil em dois grandes períodos, a partir da criação do SNCR<sup>9</sup>: um primeiro que abrange o intervalo de 1965 a 1985; e outro de 1986 a 1997. Os vinte anos iniciais da política de crédito rural caracterizam-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. Nota-se ainda a presença significativa do Tesouro Nacional como fonte originária dos recursos e a atuação do BB<sup>10</sup> como agente intermediário. No segundo período, dada a unificação orçamentária e encerramento da conta movimento junto ao Bacen<sup>11</sup>, estas facilidades se reduzem, como também é reduzida a participação do Tesouro no financiamento do programa. Verifica-se a criação de novos instrumentos de captação de recursos, como a poupança rural e a emissão de títulos privados (LEITE, 2001, p. 55).

Neste período, principalmente, depois da metade da década de 1960, a atuação do governo com objetivo de modernizar a atividade agropecuária e permitir a entrada do capitalismo de maneira mais efetiva nas relações rurais foi marcante. Desta maneira, “a modernização da agricultura brasileira teve o seu período de maior crescimento e intensificação com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965” (BELIK e PAULINO, 2001, p. 96).

A atuação governamental, com farta liberação de verba para financiamento não apenas da produção, como da modernização da agricultura teve seu início na década de 1960, com a criação do SNCR. Entretanto, a pequena produção e a agricultura familiar de

---

<sup>9</sup> Sistema Nacional de Crédito Rural.

<sup>10</sup> Banco do Brasil.

<sup>11</sup> Banco Central do Brasil.

maneira geral não foram atendidas pelo processo seletivo e voltado para a formação de complexos agroindustriais no Brasil. Neste sentido,

nas décadas de 60 e 70, a agricultura brasileira sofreu diversas transformações com direcionamento concentrado para alguns grupos de produtores. As concessões de crédito privilegiaram as transações de maior volume e de menor custo administrativo. Essas e outras situações contribuíram ainda mais para as distorções regionais, ampliando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e os próprios agricultores (Banco do Brasil, 2004, p. 26).

Podemos considerar que o sistema de oferta de crédito público seletivo e excludente, privilegiava a grande propriedade em detrimento do pequeno produtor. Esta atuação governamental, como destaca acima o próprio Banco do Brasil (2004) implicou conseqüências importantes para o campo brasileiro, levando a um aumento das desigualdades e influenciando na criação de profundos debates sobre o tema. Todavia,

é consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do País) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, toda a década de 70 e parcialmente os anos 80 (LEITE, 2001, p. 53).

Como veremos adiante, a política governamental é um dos fatores de maior relevância para o desenvolvimento das relações no campo, fato que influencia diretamente nas análises acadêmicas. A política de liberação de crédito, com intuito de fortalecer as relações capitalistas no campo brasileiro, influenciou a produção científica do período, principalmente os trabalhos realizados na década seguinte à criação do SNCR.

Desta forma, a discussão sobre o rural brasileiro no período aqui discutido estava naturalmente baseada na possibilidade de manutenção de um setor que compreendia relações de trabalho e produção fora dos padrões capitalistas. A permanência de tais modalidades levantava a discussão clássica sobre o fim do campesinato, realizada anteriormente na Europa. Sobre o período Schneider (2006, p. 33) acrescenta que

de meados dos anos cinquenta até o final da década de 1960, os estudiosos concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, reproduzindo, em grande parte, os argumentos clássicos do debate que, no marxismo, passou a ser a “questão agrária”.

Além destas duas linhas predominantes, Hespanhol (2000) destaca uma terceira, seguida basicamente por geógrafos, antropólogos e sociólogos, segundo a qual não existia a preocupação em relacionar a agricultura com o processo de desenvolvimento do país. Esta

linha caracteriza-se pela descrição dos processos observados no campo, em detrimento da análise propriamente.

Isto posto, consideramos que a análise de cada uma destas correntes de pensamentos seja relevante para entendermos como o campo brasileiro era pensado no período. Desta forma, a visão do campo como entrave ao desenvolvimento leva em consideração a manutenção de uma estrutura arcaica no campo brasileiro, representada pelo monopólio da propriedade da terra, além de formas tradicionais de produção não capitalistas como colonato, parceria entre outros. Devido à manutenção desta estrutura antiquada, o campo inviabilizaria a obtenção de ganhos pelo aumento da produtividade. Alguns dos principais autores desta vertente foram Jacques Lambert (1959) e Roger Bastide (1959).

Desta abordagem, surge a visão dualista entre campo e cidade abordada no capítulo anterior, pois o primeiro representa o atraso da sociedade e o segundo a idéia de progresso. Um Brasil arcaico em contraposição a um Brasil moderno, dicotômico. No período, duas teses que consideravam o campo um entrave ao desenvolvimento do país se destacam. A tese feudal, que defendia que a estrutura fundiária do Brasil apresentava resquícios desse sistema, tendo Alberto Passos Guimarães como um dos principais autores, e a tese capitalista, que refutava a presença de traços feudais no campo brasileiro.

De acordo com a tese feudal, “o Brasil herdou de sua colonização relações de produção arcaicas que impediriam o desenvolvimento do setor agrícola” (GOMES, 1986, p. 21), sendo a concentração fundiária, traduzida como um monopólio feudo-colonial da terra, a principal herança deixada pelos colonizadores. Desta forma, os adeptos desta tese defendem que “a destruição das relações ultrapassadas de produção exigiria a implementação de reforma agrária” (GOMES, 1986, p. 21).

Entretanto, a tese capitalista, que tem em Caio Prado Junior (1966) seu principal autor, refuta a tese feudal, “partindo do argumento de que existem na agricultura brasileira relações de produção tipicamente capitalistas” (GOMES, 1986, p.21). Para os defensores desta tese, “os trabalhadores rurais não desejariam diretamente uma reforma agrária que distribuisse a terra, mas melhores condições de emprego e salário” (GOMES, 1986, p. 26).

Desta forma, a justificativa para a falta de necessidade de uma reforma agrária seria o próprio objetivo dos trabalhadores, que “deveria ser futuramente a socialização da

exploração e não sua destruição pelo fracionamento da grande propriedade” (GOMES, 1986, p. 26). Desta maneira, “para Caio Prado, incorrem em grave engano político aqueles que, transformando realidades estranhas ao nosso meio, propõem reivindicações não-desejadas pela massa trabalhadora rural” (GOMES, 1986, p. 26).

Vista como uma forma de conciliação entre estas duas teses, feudal e capitalista, a tese dualista reconhece “uma dualidade na agricultura brasileira que se manifesta pela coexistência de relações de produção arcaicas com relações modernas” (GOMES, 1986, p. 26), tendo Rangel (1962) como seu principal autor. “Assim, o latifúndio, embora caracterizado por relações feudais, do ponto de vista interno, tem também um lado moderno em suas relações com o resto da economia, comportando-se como uma empresa comercial” (GOMES, 1986, p. 26).

Como pudemos perceber, o debate dos pesquisadores que consideravam a agricultura como um entrave ao desenvolvimento do país estava em torno da classificação da estrutura fundiária e nas relações de produção desenvolvidas no campo. Além disso, cada corrente apresentou diferentes soluções para os problemas detectados por elas, sem destacar a agricultura familiar nos temas trabalhados.

Em outra visão muito importante no período, a visão funcionalista do campo, a agricultura tinha algumas funções a desempenhar e, segundo esta vertente, havia conseguido cumprir seu papel satisfatoriamente. Para esta vertente, as funções principais da agricultura eram:

1- geração de alimentos e matéria-prima; 2- liberação de mão-de-obra; 3- criação de mercado; e 4- transferência de capitais para o setor industrial;

Adotaram esta visão com maior destaque os autores Antonio Barros de Castro (1969, V. 1), Antonio Delfim Neto (s.d.) e Ruy Miller Paiva (1968 e 1974), que defendiam a necessidade da modernização do campo, para que a agricultura pudesse continuar a desempenhar seu papel para o desenvolvimento do país, promovendo a redução dos custos da vida urbana, aumentando as divisas com exportação e tornando-se mercado de consumo de bens duráveis.

A importância dispensada à modernização da agricultura neste período leva Gomes (1986) a caracterizar esta visão como teoria da modernização, tendo Schultz (1965) como um dos principais autores. Para esta vertente, “os países ou regiões que apresentam

uma agricultura atrasada e tradicional devem sofrer transformações, através da modernização das técnicas agrícolas, tornando-as modernas e dinâmicas e capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico” (GOMES, 1986, p. 27).

Desta forma, analisando a evolução das políticas voltadas para a agricultura brasileira, esta foi amplamente adotada como forma de modernizar o campo, sem considerar necessária uma política de reforma agrária. Entretanto, Gomes (1986, p. 33) aponta que “a experiência brasileira de promover o desenvolvimento econômico de pequenos agricultores apenas através de avanços tecnológicos não tem sido bem sucedida. Existem fatores externos à unidade de produção (...) que impedem atingir os objetivos pretendidos”. Desta maneira, a modernização conservadora, caracterizada pela mudança nos padrões técnicos de produção e manutenção da estrutura produtiva concentrada, garantiu melhora na produtividade, diminuição do uso de mão-de-obra nas atividades agrícolas e manutenção das grandes propriedades. Entretanto, segundo esta linha de pensamento, o campo cumpria bem suas funções.

Na visão descritiva, a terceira visão do período desenvolvida basicamente por geógrafos, sociólogos e antropólogos, houve preferência para a descrição das características básicas do campo brasileiro, em detrimento de uma abordagem mais aprofundada sobre as relações de trabalho e a função da agricultura. Porém, assim como as demais, não destaca a produção familiar em suas abordagens, concentrando seus esforços na caracterização da estrutura fundiária, tendo como principais autores o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA – 1966), Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury Lewis (1968), e no campesinato, com destaque para Antonio Candido (1964) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1967 e 1973), buscando relacioná-las com as transformações gerais da sociedade global.

Apesar do menor destaque, esta abordagem foi importante por abrir um extenso leque de possibilidades para novos trabalhos referentes à temática da pequena produção durante a década de 1970. De maneira geral, a agricultura familiar não recebeu destaque em nenhuma das correntes trabalhadas. Neste período as discussões sobre temas mais amplos como a função da agricultura, a existência ou não de uma estrutura feudal, entre outros assuntos dominavam o debate acadêmico. Desta forma, podemos considerar as discussões sobre a agricultura familiar, quando existentes, inseridas no contexto da pequena produção.

## 2.2- A década de 1970 e a análise acadêmica da pequena produção.

A partir do final da década de 1960 e por toda a década de 1970, houve um intenso processo de modernização do campo brasileiro. Apesar dos expressivos ganhos em produtividade, não houve política efetiva que buscasse a alteração do padrão concentrado de distribuição de terras existentes no Brasil.

Conforme o padrão seguido desde o final da última década, as políticas governamentais continuaram privilegiando determinados produtores, de acordo com o que era produzido e com a possibilidade de rápido retorno dos investimentos. Assim, na década de 1970, “os financiamentos fluíram com uma enorme facilidade, permitindo que os produtores e agroindústrias pudessem se capitalizar e se integrar” (BELIK e PAULINO, 2001, p. 96). Contudo, a própria capacidade de manter a política de financiamento por parte do governo acabou comprometida e

já a partir do final dos anos 70 esse sistema apresentava sérios problemas de operacionalização. Por um lado, havia um enorme desequilíbrio entre as fontes de captação de recursos e as demandas colocadas pelos interessados. Por outro lado, mesmo a partir de uma ótica produtivista, já se comprovava a ineficácia dos elevados volumes de recursos para o financiamento da produção. Tudo isso sem falar nas distorções fundiárias e sociais derivadas que foram provocadas pela utilização discriminatória do crédito rural (BELIK e PAULINO, 2001, p. 95).

Baseado nisso, parcela considerável dos pequenos produtores foi alijada desta condição por não reunir requisitos satisfatórios, principalmente financeiros, para acompanhar o padrão tecnológico e de produtividade que se desenhou a partir de meados da década de 1960. Sobre o tema, Alves (2005) destaca que

em síntese, ao longo dos últimos 40 anos, a agricultura brasileira tem fortalecido sua natureza dual: de um lado, quase 1 milhão de produtores que absorvem rapidamente novas tecnologias para melhorar sua competitividade e, de outro, 4 milhões de propriedades à margem da modernização, cuja viabilidade representa um desafio econômico, político e social considerável para o país (ALVES, 2005, p. 49).

Entretanto, após pouco mais de uma década de forte incentivo à modernização e busca de capitalização do campo por meio de financiamentos baseados em recursos públicos, o reduzido fôlego financeiro<sup>12</sup> do governo para manter a política de fartos créditos começou a comprometer a continuidade do processo de modernização até então verificado e

---

<sup>12</sup> Visando esclarecer os motivos da redução do poder econômico do governo em relação às políticas de financiamento, consultar, entre outros, FURTADO (1974), O mito do desenvolvimento econômico.

com a redução do volume de recursos disponível para o financiamento, decorrente da forma como estava organizado o sistema de captação, o Estado reduziu também o espaço e a abrangência de suas políticas. Nesta fase, aqueles setores que haviam se estruturado e que lograram estabelecer fontes exclusivas de captação e gestão das políticas conseguiram se consolidar. O período pode ser ilustrado pelo crescimento e integração entre os diferentes elos dos Complexos Agroindustriais. A esse período que vai do final dos anos 70 a meados dos anos 80 denominamos de auto-regulação (BELIK e PAULINO, 2001, p. 98).

Assim, os complexos agroindustriais que conseguiram se estabelecer, favorecidos pela extensa oferta de créditos até o final da década de 1970, formaram um forte e integrado setor com capacidade de auto-regulação, ou seja, grande poder de manutenção das características de concentração de recursos através de novos instrumentos, como o auto-financiamento por exemplo. As conseqüências deste momento, porém, puderam ser verificadas na década seguinte.

Durante a década de 1970, os focos de abordagem sobre a agricultura foram basicamente a pequena produção e a discussão do conceito de campesinato. Além disso, a idéia de que a agricultura deveria produzir produtos de baixo custo para possibilitar a manutenção de baixos salários no ambiente urbano, defendida já nas décadas passadas, foi mantida.

Entretanto, em se tratando da pequena produção, duas vertentes de análise merecem destaque no período. Em uma delas, a pequena produção era vista como uma relação não capitalista. Destaque para os autores Francisco de Oliveira (1976), José de Souza Martins (1973 e 1975), Loureiro (1977), Graziano da Silva (1978), Velho (1972 e 1976) e ainda os autores Garcia Junior (1976) e Heredia (1979) que analisavam a pequena produção como modo de produção específico, baseado no trabalho camponês.

Nesta vertente, podemos destacar a idéia contrária a das décadas de 1950/60, segundo a qual a agricultura era vista como entrave ao desenvolvimento do país. Na década de 1970, a reprodução de formas não-capitalistas de produção era vista como funcional e não como contraditória ao processo de acumulação capitalista, pois, mesmo reproduzindo relações não-capitalistas, a agricultura estava submetida ao processo de acumulação vigente.

Entre os principais temas abordados, estava a impossibilidade de o pequeno proprietário se beneficiar da renda da terra, que era transferida sobre a forma de pagamento de juros de empréstimos, por exemplo, para capitalistas de diversos setores. Além do pequeno produtor, em média, trabalhar mais que o trabalhador urbano, teria remuneração

inferior, e não conseguiria arrebatara renda da terra, direcionada para outros setores da economia.

Na outra linha, os esforços eram no sentido de analisar a integração agroindustrial que subordinava a pequena produção ao capital, e nesta linha podemos apontar os autores Lopes (1977), Tavares dos Santos (1978), Liedke (1977) e Graziano Neto (1977) como alguns destaques.

Em conseqüência das diversas formas de associação do pequeno produtor, de maneira sempre subordinada, e o complexo agroindustrial, a perda de autonomia dos trabalhadores antes considerados autárquicos constitui a base dos estudos desta vertente. Entretanto, a análise desta integração desigual não representa o único caminho seguido pelos autores desta linha de pensamento. Além da subordinação do pequeno produtor ao capital, os esforços se concentram também na análise da exclusão por parte dos que não conseguem inserir-se neste contexto de dependência.

Por fim, a subordinação acaba sendo vista como vantajosa para os pequenos produtores, à medida que permite certa segurança nos ganhos e facilita a obtenção de crédito, seja por meio de instituições oficiais ou pela própria empresa que dita as regras do contrato. Diversas outras vantagens puderam ser apontadas, como garantia de preços mínimos ou até mesmo status social na comunidade.

Porém, como são exigidos requisitos mínimos para a efetivação da parceria, muitos agricultores acabam alijados, por não possuírem terras suficientes ou níveis de instalações satisfatórios. Problemas como dificuldade de acesso a crédito para compra de insumos, desigualdade na concorrência com produtores mais capitalizados e falta de mercado para venda dos produtos foram constatados entre os que não atingiram os níveis mínimos exigidos pelas empresas para concretizar sua subordinação formal ou informal ao capital. Podemos perceber então que a subordinação ao capital representa uma saída para os pequenos proprietários em busca de maior estabilidade e planejamento, tanto em relação aos gastos cotidianos, como em relação à produção.

Entre as características mais marcantes da subordinação da pequena produção ao capital, podemos destacar, segundo Hespanhol (2000):



1- Decisiva atuação do Estado; 2- Processo seletivo e diferenciado em termos espaciais; 3- Perda do caráter autônomo da agricultura; 4- Articulação entre a agricultura e os demais setores da economia.

É necessário ressaltar que neste período o termo agricultura familiar não recebe destaque, pois o principal tema de análise é a pequena produção. Mesmo que em alguns casos a pequena produção seja definida de maneira similar ao que podemos considerar agricultura familiar. Desta forma, a classificação se dá pelo quantitativo da produção e não pela análise das relações sociais e de trabalho.

### **2.3- A década de 1980 e a perda da importância da pequena produção.**

Durante a década de 1980, a pequena produção deixou de ser vista como a solução para os problemas do campo brasileiro, não mais representando a principal unidade analítica da realidade rural. Esta posição passou a ser ocupada pelos complexos agroindustriais (CAI's).

A década de 1970 foi marcada por um intenso processo de transformação produtiva, motivando estudos sobre a nova realidade engendrada no campo, antes visto como símbolo do atraso, agora moderno. Neste sentido, o debate sobre a modernização da agricultura brasileira recebe destaque nesta década, relacionado com as conseqüências para a sociedade brasileira. Elucidando esta mudança Hespanhol (2000, p. 49) afirma que:

(...) as análises procuravam não apenas identificar as características diferenciadas apresentadas pelo processo de modernização da agricultura nas diferentes regiões do país e o grau de abrangência no âmbito dos produtos e categorias de produtores, mas destacavam também o importante papel desempenhado pelo Estado e as incertezas geradas quanto à capacidade de auto-sustentação da agricultura no processo, em virtude da retirada progressiva dos subsídios ao crédito rural – um dos principais elementos indutores da adoção tecnológica no campo – a partir do final dos anos 1970.

Desta forma, não é demais ressaltar que os estudos sobre a dependência da modernização em relação ao Estado também são abordados como tema de pesquisas durante a década de 1980. Estes apontam para a dificuldade de manutenção do sistema com a ausência do apoio governamental, tornando-se ainda mais relevantes devido à consolidação da incapacidade do governo de sustentar as bases de financiamento da produção como havia feito até o final da década de 1970. Na década de 1980, o governo atingiu uma fase denominada por Belik e Paulino (2001, p. 98) “como fase de perda de

regulação”, em que “o crédito rural, que tinha sido o ponto fulcral da modernização e o fio condutor das políticas para o campo, perdeu sua densidade” (BELIK e PAULINO, 2001, p. 98).

Isto posto, podemos afirmar que a perda da condição de principal elemento de análise do campo brasileiro, por parte da pequena produção, está relacionada com o aumento do interesse pelo estudo da modernização e suas conseqüências. Porém, outros fatores, tão ou mais importantes, contribuíram para mudar o foco das análises sobre o ambiente agrário.

Uma das justificativas para esta mudança foi a constatação de que havia uma supervalorização da importância da pequena produção e suas funções. Desta forma, o questionamento sobre a possibilidade de intervenção efetiva da pequena produção nos salários urbanos contribuiu decisivamente. Segundo esta linha de raciocínio, a sub-remuneração a que os trabalhadores estavam submetidos não significava preços finais reduzidos. Esta afirmação está relacionada com a incorporação de valor por parte do capital comercial na venda destes produtos, aumentando o lucro, ao invés de reduzir os preços.

Apesar destes indícios, talvez o fator de maior relevância para a perda de importância da pequena produção no cenário nacional tenha sido a revisão do Censo Agropecuário de 1975. Embora esta revisão tenha causado uma significativa redução nos bons indícios relativos à pequena produção, não transformou a categoria em algo insignificante para o campo. Porém, fez com que perdesse espaço em relação à capacidade de ocupação e produção de alimentos, contribuindo decisivamente para que as atenções fossem voltadas para os complexos agroindustriais. Sobre o tema Hespagnol (2000 p. 50) afirma que

em linhas gerais, pode-se afirmar que os argumentos sobre os quais se sustentava a importância da pequena produção na agricultura e, principalmente, no desenvolvimento do país, e que eram amplamente utilizados como aspectos favoráveis por aqueles que defendiam a realização da reforma agrária nos anos 1970, foram revistos em virtude da publicação de novas informações estatísticas no início dos anos 1980.

Essas informações desempenharam papel de grande relevância na mudança de foco da pequena produção para os complexos agroindustriais nos estudos referentes às relações do campo brasileiro desenvolvidos no decorrer da década de 1980. Além disso, os trabalhos do período apontavam para três direções principais, segundo Hespagnol (2000):

1- viabilidade econômica da produção familiar; 2- diferenciação social, pois as diferenças de acesso a maquinários, crédito e insumos em geral alijavam parcela significativa dos trabalhadores e proprietários do processo de modernização do campo; e 3- subordinação ao capital, pois a perda de autonomia era apenas uma das facetas enfrentadas pelos pequenos produtores, tendo que se associar a grandes empresas, fornecendo matéria-prima, visando assegurar sua sobrevivência.

Como abordado no estudo das tendências da década de 1970, relativos à subordinação do pequeno produtor ao capital, a inserção na própria subordinação exige condições mínimas. Estes requisitos limitam a capacidade de inserção dos pequenos produtores, ou seja, a ausência da subordinação, também, gera diferenciação em detrimento dos que apresentam piores condições de acesso ao crédito para financiamento da produção, por exemplo.

Mesmo trabalhando com diferentes temáticas e não colocando a agricultura familiar no foco das análises das condições no campo, foi na década de 1980 que surgiram os primeiros trabalhos que destacavam o segmento. Em pesquisa de Hespanhol (2000), não foi identificado nenhum trabalho que destacasse a agricultura familiar até meados da década de 1980. Por conseguinte,

nesse contexto nacional de produção acadêmica em torno das atividades agropecuárias e seus respectivos agentes, não há referência ao uso do termo *agricultura familiar*. Os princípios de classificação recaem sobre a renda, sobre as condições de vinculação ao mercado, sobre os modos de apropriação da terra e de produzir, bem como de apropriação do produto do trabalho. (NEVES, 2006, p. 8) grifo da autora.

Desta forma, podemos considerar que, embora o termo agricultura familiar começasse a deter algum destaque, a partir da segunda metade da década de 1980, a década seguinte deve ser considerada como marco em relação ao aumento da importância e “popularização” do termo agricultura familiar nas análises acadêmicas.

Alguns dos autores de destaque no período são Sandroni (1980), Dal-Rosso (1980) e Souza (1980), Sorj (1980), Kageyama (1985), Graziano da Silva (1981 e 1987), Moreira (1981), Nakano (1981), Neves (1981), Coradini (1982), Fredericq (1982), Paulilo (1985), Wanderley (1985), Martine (1987), entre outros.

#### **2.4- A década de 1990 e a emergência da agricultura familiar como foco de análise.**

O termo agricultura familiar foi utilizado com maior destaque somente a partir da década de 1990, tornando-se o principal foco das análises acadêmicas do campo brasileiro, além de amplamente privilegiado pelas políticas governamentais voltadas para fomentar a produção agrícola. É neste sentido que

a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, especialmente os da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômico dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão (SCHNEIDER, 2006, p. 29).

Na década de 1990, os estudos confirmaram que o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro não provocou o desaparecimento das unidades produtivas familiares consideradas, em parte, não-capitalistas<sup>13</sup>. Aliada a esta constatação, alguns fatores “extra campo” foram fundamentais para a valorização da agricultura familiar num patamar até então nunca observado. Entre eles, devemos destacar uma mudança drástica no paradigma tecnológico até então amplamente adotado. Este novo paradigma, baseado na preservação do ambiente e uso sustentável dos recursos, levou a um novo norteamento produtivo, tornando inadequado o padrão difundido em grande escala desde a década de 1970, fato confirmado por Hespanhol (2000, p. 79), quando destaca que

a emergência na década de 1990, de um novo paradigma tecnológico, consubstanciado nos pressupostos da sustentabilidade ambiental, em contraposição aos da Revolução Verde, também encontrou na produção familiar, caracterizada por sua diversificação produtiva e maior flexibilidade em seu processo decisório, um espaço privilegiado para sua propagação.

A partir destas transformações, a produção familiar, em detrimento do uso intensivo dos recursos proporcionados pelo complexo agroindustrial, passou a basear grande parte das análises voltadas para o campo brasileiro. O Banco do Brasil (2004) evidencia essa mudança paradigmática quando destaca que

a agricultura familiar brasileira precisa identificar as tendências mundiais que valorizam a demanda por produtos oriundos do pequeno produtor. Os consumidores cada vez mais se importam com a responsabilidade social das empresas e com um comércio mundial mais justo. Produtos agrícolas fabricados

---

<sup>13</sup> De acordo com o debate clássico, o aprofundamento das relações capitalistas no campo provocaria o desaparecimento de atividades consideradas não-capitalistas, juntamente com seus praticantes. Entretanto, não foi o que foi observado na prática, pois estas atividades capitalistas foram combinadas com outras, consideradas não capitalistas e subordinadas em maior ou menor grau a este sistema.

e/ou produzidos por agricultores familiares, social e ecologicamente corretos, poderão ter suas demandas e preços mais valorizados do que no mercado convencional. Cabe apenas tornar esse diferencial visível para que o consumidor perceba nesses produtos seu valor agregado (BANCO DO BRASIL, 2004, p 35).

Porém, a mudança de paradigma observada no início da década de 1990 não foi o único fator relevante para a valorização da agricultura familiar no Brasil. Além disso, a atuação do Estado, marcado por fortes pressões internas e externas, foi fundamental para que a agricultura familiar fizesse parte, como principal foco, das políticas públicas voltadas para o campo. Segundo Hespanhol (2000), essas pressões exercidas em diversas escalas foram realizadas principalmente pelo Banco Mundial, cobrando maior energia em relação ao combate à pobreza numa escala internacional. No âmbito doméstico, as pressões eram exercidas pelos movimentos sociais em busca de uma reforma agrária e justiça social no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também destacado por Schneider (2006).

A partir daí, a pequena produção, sob a forma de agricultura familiar, passou a ser vista não mais como potencial redutora dos salários nos grandes centros urbanos, mas como uma forma de a grande massa de miseráveis que vivem no campo atingir a cidadania.

Diversos autores, também, podem ser responsabilizados pela mudança de foco em favor da agricultura familiar. A comparação entre países desenvolvidos e a constatação de que havia uma estreita relação entre modernização do campo e agricultura familiar, foi fundamental para influenciar mudanças nas diretrizes da política rural brasileira.

Assim, o conjunto desses fatores incentivou a escolha do governo brasileiro pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural no país, tornando-a destino de grande parte das políticas públicas desenvolvidas para este setor, entre elas, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), principal exemplo de atuação do Estado para legitimação da categoria agricultura familiar como alvo das políticas desenvolvidas pelo governo para o campo. Para Schneider (2006),

(...) a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro,

sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbram o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.) (SCHNEIDER, 2006, p. 31).

O PRONAF veio suprir uma demanda de crédito praticamente negada pelas políticas públicas desenvolvidas até então no Brasil, à medida que o pequeno produtor disputava os mesmos créditos, de maneira desigual, com os grandes conglomerados capitalistas agrários que se formaram.

Com o esgotamento, desde meados da década de 1980, da forma de oferta de crédito oferecido pelo governo para o campo, uma nova realidade se engendrou. O grande capital consolidado no campo havia conseguido novas formas de garantir sua reprodução. O desafio agora era delimitar um sistema de política diferenciado voltado para o que seria definido como agricultura familiar. Pois,

nos anos 90, com a dificuldade encontrada pela agropecuária para criar seus interlocutores, devido a sua debilidade estrutural e subordinação econômica e a interferência externa de setores industriais e financeiros, surgem configurações agroindustriais determinadas por interesses não-agrários. Assim, são criadas novas rotinas a que os interesses agrários se submetem, como o lançamento de pacotes de integração agroindustrial e as novas formas de captação de recursos no sistema financeiro (BELIK e PAULINO, 2001, p. 103).

Ao contrário do que foi verificado até então, as fontes de financiamento da produção em larga escala no campo, se transferiram do setor público para o privado, muitas vezes, originadas dos próprios complexos agroindustriais ou indústrias a montante do processo de produção agrícola, voltadas para os produtores subordinados ao processo agroindustrial. O governo havia direcionado seu poder de financiamento para outro segmento da produção no campo e

segundo essa filosofia de política pública, o apoio através de créditos favorecidos seria voltado apenas e unicamente para os produtores familiares, assentamentos da reforma agrária ou atividades não empresariais. Esse novo enfoque não significa a separação da agricultura familiar da outra de caráter comercial. Pelo contrário, o governo pretende com isso desenvolver “o negócio familiar rural” e o “fortalecimento de alianças mercadológica e de cadeias produtivas” (Brasil, 1999). Observa-se no entanto que, no trato orçamentário e administrativo, o governo tem feito um grande esforço em separar aquilo que considera agricultura familiar da agricultura patronal (BELIK e PAULINO, 2001, p. 117).

Segundo os autores, há uma clara preocupação por parte do governo brasileiro com a separação entre a agricultura patronal e a familiar, sendo que a distribuição de crédito do PRONAF exige uma tipologia de classificação para o requerente ao crédito ser aceito como produtor familiar ou não. Segundo o Banco do Brasil, intermediário dos

financiamentos do PRONAF, com 72% dos contratos formalizados, “o objetivo principal do programa é o fortalecimento e a valorização do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe o aumento de renda e a agregação de valor ao produto e à propriedade, mediante sua profissionalização e modernização do processo produtivo” (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 28).

Entretanto, o fato mais importante observado, a partir da década de 1990, é a valorização da agricultura familiar pelo governo, tornando-a alvo principal de financiamentos, até então, insignificantes para o setor. “Nesse cenário, o fortalecimento da agricultura familiar surge como forte elo da estratégia tanto para a segurança alimentar como para a política de inclusão social, de maneira a não se tornar apenas uma assistência transitória” (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 27).

Neste período, a importância política do termo agricultura familiar, também, foi bastante ampliada, englobando categorias que mantinham certa heterogeneidade. Esta incorporação enriqueceu ainda mais a análise e fortaleceu a categoria, que passou a agrupar extensa gama de trabalhadores do campo. A incorporação de grande massa trabalhadora na condição de agricultor familiar tinha como objetivo principal adequá-la como beneficiária das políticas públicas, principalmente do PRONAF. Por isso, era largamente incentivada pelos sindicatos envolvidos com as questões do campo, como forma de homogeneizar (pelo menos politicamente) e unir os distintos trabalhadores rurais na luta pelas próprias demandas, unificando o discurso político frente a questões como a reforma agrária, por exemplo. Para Schneider (2006, p.31)

a partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação. Assim, as entidades de representação política dos pequenos agricultores vislumbraram a demarcação de uma base social numericamente bem mais extensa, o que ofereceria a possibilidade concreta de afirmação e ampliação de sua legitimidade política.

Desta maneira, o conceito agricultura familiar agregou a seu significado a condicionante política que, embora não fosse a única, a partir da incorporação de diversas categorias sob o signo de agricultores familiares, passou a desempenhar papel fundamental na análise do tema. Entretanto, a legitimidade política alcançada pela categoria contribuiu para uma grande heterogeneidade das análises. As particularidades de cada categoria incorporada como agricultura familiar devem ser levadas em consideração, pois,

diante dessa nova realidade, as unidades produtivas familiares, autônomas ou originadas de projetos de reforma agrária ou em consequência da construção de grandes obras públicas (usinas hidrelétricas, rodovias, etc.) constituíram-se no decorrer dos anos 1990, num dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira, sendo englobadas genericamente sob a denominação de agricultura familiar. Isso não significa dizer que essa categoria de análise tenha o mesmo significado ou implique nas mesmas representações sociais, culturais, econômicas e/ou políticas para os estudiosos que, sob diferentes concepções teóricas, abordam a temática da produção familiar (HESPANHOL, 2000, P. 78).

É por essa razão que o viés político não pode ser abandonado na definição do conceito de agricultura familiar, principalmente, quando relacionado com a liberação de crédito, fundamental para a manutenção das atividades agropecuárias dos envolvidos.

Durante a década de 1990, algumas vertentes de estudo sobre a agricultura familiar foram desenvolvidas, entre elas, segundo Hespagnol (2000), duas merecem destaque:

1- visão da agricultura familiar como uma forma de produção camponesa.

Nesta vertente, havia grande esforço para diferenciação entre a agricultura familiar e os camponeses, com discussões sobre a validade do conceito de camponês e suas diferenciações em relação à agricultura familiar. A agricultura familiar passava a ser vista como moderna ou possível de ser modernizada, enquanto os camponeses como atrasados, até mesmo por questões culturais. Destaque para os trabalhos de Lamarche (1993) e Wanderley (1996).

2- visão da agricultura familiar como resultado do processo de modernização da agricultura, sendo uma ruptura com o tradicional.

De acordo com esta vertente, o campesinato desapareceu, devido à necessidade de haver traços históricos para confirmar a condição de camponês. Além disso, a diferenciação entre a agricultura familiar e o campesinato era realizada de acordo com as próprias visões dos trabalhadores. Para os agricultores familiares, a agricultura era vista como uma profissão, enquanto que para os camponeses, como um modo de vida. Destaque para os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992 e 1997).

A agricultura familiar, embora não seja uma categoria recente, obteve importância na análise do rural brasileiro apenas na década de 1990. O quadro abaixo, sintetiza os principais temas discutidos, tendo a agricultura como enfoque pelas ciências sociais até esta década.



**QUADRO 2: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TEMAS VOLTADOS PARA AGRICULTURA  
TRABALHADOS NA DÉCADA DE 1950 ATÉ 1990.**

| Período                | Principais discussões e vertentes  |
|------------------------|--|
| Décadas de 1950 e 1960 | Três vertentes principais: <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Agricultura como um entrave econômico.</li> <li>2) Visão funcionalista da agricultura.</li> <li>3) Visão descritiva.</li> </ol> Nenhuma delas destacava a agricultura familiar.   |
| Década de 1970         | Pequena produção e campesinato ganham destaque nas análises.<br>Duas vertentes de análise: <ol style="list-style-type: none"> <li>1) análise da pequena produção como relação não-capitalista.</li> <li>2) Análise da pequena produção em relação à subordinação ao capital.</li> </ol> Não trabalha especificamente com agricultura familiar, mas vê a pequena produção como solução para problemas brasileiros.  |
| Década de 1980         | Discussões mais importantes: <ul style="list-style-type: none"> <li>-debate sobre a modernização da agricultura e suas conseqüências para a sociedade brasileira.</li> <li>-modernização dependente da ação do Estado.</li> <li>-Complexo agroindustrial como unidade analítica fundamental.</li> <li>-pequena produção passa a não ser mais vista como solução para os problemas brasileiros.</li> <li>-agricultura familiar começa a receber destaque no final da década.</li> </ul> |
| Década de 1990         | -agricultura familiar como unidade analítica fundamental.<br>-Emergência de novo paradigma tecnológico (sustentabilidade ambiental).<br>-agricultura familiar como possibilidade de atingir cidadania e receptora de políticas públicas, destaque para o PRONAF.<br>Duas vertentes principais: <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Agricultura familiar como uma forma de produção camponesa.</li> <li>2) Agricultura familiar como resultado do processo de</li> </ol>          |

|  |                              |
|--|------------------------------|
|  | modernização da agricultura. |
|--|------------------------------|

Informações retiradas da tese de doutoramento da professora Rosângela Hespanhol (2000) e organizadas por Cesar Pessoa Côrtes (2008).

## **2.5- A década de 2000: A manutenção da agricultura familiar como foco de políticas públicas e as transformações no campo brasileiro.**

Durante este inacabado período, a agricultura familiar ainda recebe considerável enfoque nos trabalhos acadêmicos, podendo ser considerada como um dos principais temas de análise, conforme pode ser observado em alguns encontros como Enga (Encontro Nacional de Geografia Agrária), Encontro de Grupos de Pesquisa etc. O PRONAF tem aumentado seguidamente os recursos destinados à produção familiar de acordo com dados do Banco do Brasil (2004). Além disso, o estudo de particularidades culturais desta categoria vem contribuindo para melhorar o entendimento sobre as transformações observadas no campo brasileiro.

Juntamente com o paradigma ambiental, a valorização dos aspectos culturais, da manutenção das atividades familiares frente à nova realidade globalizante de padrões, entre outros fatores, tem conseguido destaque, cada vez maior, nas análises referentes ao campo.

Entretanto, podemos considerar que o estudo das transformações observadas no campo, relacionadas diretamente com o expressivo aumento da pluriatividade em algumas áreas seja um dos enfoques mais importantes da atualidade. A análise destas transformações, inclusive, motivou o desenvolvimento de questionamento teórico anterior sobre as principais correntes que analisam esta temática.

Neste sentido, devemos destacar autores como José Graziano da Silva (2003), Maria José Carneiro (2001), Roberto Moreira (2002 e 2005) e João Rua (2002 e 2005) para a análise destas transformações.

## **2.6- Afinal, o que é agricultura familiar? A importância deste segmento para o município de Sumidouro/RJ.**

A partir da década de 1990, uma série de grupos distintos foi incorporada ao termo agricultura familiar, como forma de fortalecimento político e união dos trabalhadores do campo. Este fato dificulta a análise teórica da agricultura familiar, pois esta deve incorporar a discussão de interesses políticos que afetam diretamente a realidade vivida pelos trabalhadores rurais.

Apesar da grande complexidade na elaboração do conceito, algumas características devem basear a análise e definição da chamada agricultura familiar. Assim como Hespanhol (2000) destaca a terra, o trabalho e a família como fatores fundamentais para sua definição, Abramovay (1997) afirma que

a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (Abramovay, 1997, p.3).

Mesmo reconhecendo que sua definição não será unânime, devido às diversas finalidades de uso do conceito, inclusive político, o autor destaca gestão, propriedade e trabalho familiares como características fundamentais para o conceito de agricultura familiar. Como pudemos perceber nos dois fragmentos, os requisitos básicos para considerar a atividade agrícola como agricultura familiar são bastante semelhantes. Entretanto, além da terra, do trabalho e da família, o autor acima citado destaca a gestão da propriedade e dos seus recursos, atividade que pode ser perfeitamente incluída na questão do trabalho. De certa maneira, concordamos com os autores, porém, devemos considerar as questões políticas que norteiam o debate da atualidade.

Assim, a definição de órgãos oficiais do governo, visando à concessão de crédito, deve ser levada em consideração. Segundo Blum (1999, p. 62), a agricultura familiar para fins de financiamento no PRONAF, é descrita pelo Manual de Crédito Rural (1997) da seguinte maneira:

1. a renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R\$ 27500,00, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura e sericicultura. Essa renda deverá ser de 80% proveniente da exploração agrícola;
2. a propriedade não pode ter mais do que quatro módulos fiscais;

3. a propriedade deve manter, no máximo, dois empregados permanentes, sendo admitida ainda, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

Além da definição para fins de financiamento do PRONAF, Blum (1999, p.62) destaca ainda que

a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado em sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção feita, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Analisando as duas definições oficiais de agricultura familiar apresentadas pelo autor, verificamos grande diferenciação entre elas. Enquanto a relativa ao Pronaf regulamenta a renda, o tamanho da propriedade e a quantidade de empregados, a definição da FAO/Incra assemelha-se às definições de Abramovay (1997) e Hespanhol (2000), destacando fatores como gerência da propriedade, trabalho familiar e posse dos meios de produção.

Apesar do uso político, que complexifica a definição do conceito de agricultura familiar, este deve, necessariamente, compreender os três fatores fundamentais determinados acima: a terra, o trabalho familiar e a gestão familiar da propriedade. Neste sentido, podemos considerar agricultura familiar como o conjunto de trabalhadores unidos por laços de sangue que, eventualmente, utiliza mão-de-obra complementar; gerencia a produção visando ao melhor aproveitamento da propriedade, voltada total ou parcialmente para o mercado; sendo proprietário ou não dos meios de produção.

A junção de fatores políticos e teóricos empresta um significado prático incomum à discussão conceitual, já que existem definições normativas e teóricas, atendendo a interesses creditícios/políticos e conceituais. Desta forma,

no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especificamente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica (NEVES, 2006, p. 15).

O conceito de agricultura familiar ou pelo menos aquilo que assim é considerado nas políticas públicas foi construído politicamente. Esta construção visou englobar interesses, entre eles, a melhoria das condições dos trabalhadores do campo que, incluídos nesta categoria, teriam a real possibilidade de tentar financiamento para produção ou aumento de produtividade.

Seguindo esta linha, o PRONAF pode ser encarado como uma forma de benefício aos produtores rurais mais pobres, não se restringindo à agricultura, o que Neves (2006) denomina franjas periféricas. Desta forma, o reconhecimento da cidadania, defendido por Hespanhol (2000) como elemento balizador das políticas públicas, a partir da década de 1990, passa a ser conseguido com acesso a crédito, como forma de redistribuição de renda, sendo acompanhado de melhoria da capacitação do produtor familiar e não do agricultor apenas. Assim, a definição de agricultura familiar está sujeita a constante mudança devido à possibilidade de incorporação de novas categorias, visando ampliar a abrangência de políticas como o PRONAF. Para Neves (2006),

produto de ações políticas em marcha, a categoria *agricultor familiar* vem incessantemente tendo seus significados redefinidos ou justapostos, para incorporar a enorme e desconcertante diversidade de produtores assim hetero e auto-reconhecidos. A profusão de termos referenciadores da diversidade é tamanha que, a rigor, o Pronaf deveria se voltar para a produção (e não agricultura) familiar. Ele incorpora agricultores, pescadores artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais recentemente silvicultores e aquícultores. Todo o processo de agregação indica exatamente as aberturas politicamente conquistadas para outras inclusões, notadamente daqueles segmentos anteriormente reconhecidos como *franjas periféricas*, muitas vezes beneficiários de recursos redistribuídos por objetivos sociais, isto é, para sua reprodução melhorada na mesma condição. Essas formas de inclusão reafirmam que os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar* apresentam-se então como categoria de mobilização política, fundamental na construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pelo reconhecimento da cidadania econômica e política. Afinal, são *agricultores familiares* aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são usuários e atores da constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional (NEVES, 2006, p. 19).

Desta forma, o sentido político do termo é bastante amplo e agregador, ganhando cada vez mais força. Porém, em termos analíticos, podemos nos perguntar

o que se ganha ao identificar agricultores como familiares? Ora, na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como *agricultores familiares* não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, *agricultor familiar* é a categoria sócio-profissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não

tem sentido em si mesma, salvo se se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto do termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem ser socialmente reconhecidos (NEVES, 2006, p. 17).

Assim, a autora desenvolve uma definição de agricultura familiar que busque abarcar de maneira mais eficaz o sentido político do termo, sendo que

para efeitos de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e sócio-econômicas e de tipos econômicos, a Agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos sócio-econômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor (NEVES, 2006, p.17).

Isto posto, Neves (2006) afirma ainda que, para que o trabalhador possa permanecer nesta condição, deve incorporar práticas além da agricultura, valorizando a pluriatividade nos estabelecimentos familiares. Para chegar a esta conclusão, ela baseia suas idéias na necessidade de geração de renda que coloque o produtor em condições de competir em vantagem, além de propiciar o aumento da capacidade de consumo da família. Sendo assim, a agricultura é apenas uma das formas de produção possíveis, articulando-se a serviços e outras profissões consideradas não-agrícolas, como por exemplo, agricultura mesclada com artesanato, hospedagem, silvicultura, agroindústria, serviços entre outros.

Com isso, a pluriatividade passa a ser vista como uma das possíveis características da agricultura familiar, tornando coerente que o PRONAF possa destinar parte de seus recursos em atividades não necessariamente voltadas para a agricultura ou produção primária em geral. O agricultor familiar passa, assim, a ser visto muito mais como um cidadão apto a usufruir de uma série de serviços devido às condições de crédito, apoio e qualificação oferecidas pelo governo com intuito de garantir, minimamente, a possibilidade de ascensão social e econômica deste trabalhador.

Entretanto, como vimos, nem todos os trabalhadores considerados familiares conseguem ter acesso a algum destes tipos de “benefícios” oferecidos pelo Estado. Os inseridos, marginalmente, num processo de exploração capitalista que não cumprem os requisitos mínimos para obtenção de crédito ou não são dotados de informação sobre o tema, acabam alijados do processo, contribuindo ainda mais para aumentar a diferenciação no campo de mesma categoria, a agricultura familiar.

O campo não pode mais ser visto como sinônimo de área onde são desempenhadas atividades agrícolas, apesar destas manterem grande importância na sua dinâmica. Porém, a diversidade de atividades desenvolvidas e de condições sociais, culturais e políticas deste espaço contribuem para aumentar a complexidade de seu funcionamento, não representando uma área apenas de produção de bens para os grandes centros urbanos ou abastecimento dos complexos agroindustriais.

As diversas de atividades e relações envolvidas no espaço rural hoje são tamanhas, que não podem sequer ser entendidas como transformações facilmente padronizáveis. Elas ocorrem de acordo com as localidades e realidades envolvidas, complexificando ainda mais o seu estudo. Estas transformações não são homogêneas no espaço, apresentam particularidades de acordo com os interesses dos agentes envolvidos, com a disposição de infra-estrutura, com a atuação governamental e proximidade com grandes centros urbanos, entre outros fatores.

De todos os fatores apontados acima, a proximidade com os maiores e mais dinâmicos centros urbanos pode ser destacada como um dos mais importante na difusão de transformações no campo. A proximidade das regiões metropolitanas favorece a criação de fluxos em direção a áreas rurais em busca de amenidades, além da construção de casas de segunda residência. As classes média e alta, principais consumidoras dos espaços rurais, atraem investimentos privados e públicos, que melhoraram a infra-estrutura e atrativos locais, facilitando a reprodução de atividades turísticas e não-agrícolas no meio rural.

Neste sentido, as atividades turísticas merecem destaque na análise das relações existentes em ambientes rurais, contribuindo para intensa transformação espacial das áreas onde atuam, principalmente próximas aos maiores centros urbanos. O chamado turismo rural atrai cada vez maior número de adeptos e movimenta a economia de municípios do estado do Rio de Janeiro. Para Marafon (2006, p.27), “(...) o turismo rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda, reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e inseridos no processo de produção do espaço”.

O turismo rural recebe destaque, principalmente, nas últimas décadas associado à preservação do ambiente e à fuga dos problemas urbanos, como destaca Molinero (1990, p. 338)

esta actividad, como forma del ocio urbano, ha adquirido en los últimos tiempos una importancia extraordinaria, al calor de la expansión de la ideología clorófila, del ecologismo, de la vuelta a la naturaleza y, sobre todo, del rechazo de la estresante, contaminada y artificial vida urbana en la pretendida sociedad posindustrial, cuya vuelta al campo sería precisamente una de las señas de identidad.

Quando analisamos as conseqüências do turismo rural em determinados espaços, devemos nos ater para a possibilidade da constituição de famílias pluriativas, já que o agricultor familiar pode desempenhar papel de comando no processo, significando, muitas vezes, o abandono da atividade agrícola. Entretanto, na maioria dos casos, os agricultores desempenham uma função secundária de apoio às atividades turísticas, com caráter de complementação de renda em atividades como jardinagem, cozinha, artesanato etc.

Contudo, o turismo rural é caracterizado pela pluriatividade, independente da função desempenhada pelo agricultor. É necessário, pois, o aprofundamento da discussão sobre o tema. Para Alentejano (1999), o significado geral do conceito de pluriatividade consiste na

diversificação das formas de organização da agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, que envolve, inclusive, o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural. O fundamental é perceber que essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes. (p. 157)

Diversas variantes devem ser levadas em consideração quando utilizamos o termo pluriatividade em nossa discussão. Muitas vezes, o termo está relacionado com o processo de industrialização difusa, ou a urbanização do campo. Porém, (...) “não se deve associar a pluriatividade apenas aos processos de urbanização e industrialização, pois o trabalho pluriativo cresce também associado a outras formas, como o turismo e o lazer” (ALENTEJANO, 1999, p. 153), fato que vem confirmar a pertinência da discussão sobre o turismo rural, principalmente, em áreas próximas a grandes centros urbanos.

A pluriatividade proporciona novas possibilidades de atividades a serem desenvolvidas no rural, com forte influência na elevação da renda média dos trabalhadores envolvidos. Muitas vezes, está relacionada com a melhora na qualidade de vida e com o aumento do poder de consumo dos trabalhadores.



Num mundo cada vez mais integrado por eficientes sistemas de comunicação, as novas necessidades, transmitidas pelos veículos de comunicação atingem e também transformam os padrões de consumo do campo, encarecendo o custo de vida. Contrastando com o aumento de necessidades, a renda agrícola permanece estagnada, quando não diminui de uma lavoura para outra.

Desta forma, a pluriatividade vem complementar a renda dos trabalhadores, visando ao aumento do poder de consumo para produtos e modos de vida até então encontrados quase exclusivamente nos grandes centros. Assim, como os novos paradigmas atingem as relações no campo, transformando-o e valorizando a agricultura familiar, os novos padrões de consumo ditados necessitam de atividades complementares para serem atingidos. O desenvolvimento da pluriatividade pode significar

(...) uma forma de acentuação da exploração capitalista, na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo de hoje que apontam para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva, que têm como efeito básico o aumento da exploração do trabalho e a ampliação da margem do lucro dos capitalistas (ALENTEJANO, 1999, p. 152).

A pluriatividade assume o papel de instrumento de superexploração da força de trabalho, intimando o trabalhador a desempenhar uma jornada de trabalho bem superior a que tinha quando desenvolvia apenas uma atividade, agrícola ou não. “Não se pode, porém, ignorar o caráter de resistência que está presente em muitas formas de trabalho pluriativo, que representam uma negação da expansão das formas capitalistas de organização do trabalho e da produção” (ALENTEJANO, 1999, p. 152).

Essa idéia de resistência pode ser relacionada ao trabalho pluriativo, quando o trabalhador não tem outra opção contra a concorrência desleal praticada por agricultores melhor inseridos no processo capitalista de modernização da produção. Desta maneira, a pluriatividade seria uma resposta contra a quase inevitável perda da posse da terra e abandono da atividade agrícola devido à incapacidade de melhor inserção no mercado por falta de capitalização. Assim, o trabalhador, quando procura uma renda complementar para garantir a manutenção de sua produção, pode ser visto como resistente a uma forma de dominação, apesar de explorado duplamente. Entretanto, quando se submete à dupla jornada de trabalho, participa de um processo de superexploração, muitas vezes, subremunerado pelo caráter complementar que a pluriatividade apresenta.

Podemos considerar que a industrialização difusa e o processo de urbanização do campo são elementos potencializadores da pluriatividade. Para Silva (2003, p. 209) “em geral o part-time combina ocupação agrícola e não-agrícola entre os membros da sua família, diversificando, assim, suas fontes de renda principalmente via mercado de trabalho (e não mais de produtos)”.

Ao invés de diversificar a produção agrícola, o trabalhador passa a vender sua força de trabalho duplamente. Muitas vezes, o trabalho assalariado não-agrícola atua como forma de dar segurança à atividade agrícola principal. Porém, devido à grande incerteza pela variação dos cada vez menores preços dos produtos agrícolas pagos ao produtor, a atividade não-agrícola pode suplantar a agrícola como principal fonte geradora de recursos para família, inclusive, incentivando o abandono das atividades agropecuárias.

Apesar de constituir ganhos em relação ao conjunto da renda da família, a pluriatividade está relacionada com a acentuada queda na renda agrícola. Ao invés de proporcionar aumento na possibilidade de consumo e uma vida mais digna ao trabalhador do campo, obriga os agricultores a desenvolver atividades fora da propriedade com intuito de manter a posse do estabelecimento familiar. Assim, a pluriatividade é vista como

um fenômeno que tem se aprofundado em função da queda da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar (MARAFON, 2006, P. 27).

Assim como o autor mencionou, as áreas mais próximas às Regiões Metropolitanas, como é o caso da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, se destacam como destinos turísticos cada vez mais importantes. A intensificação do turismo vem criando condições propícias para a expansão do processo da pluriatividade, pois na região Serrana “ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrada em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra familiar e na baixa tecnificação da lavoura” (MARAFON, 2006, p. 33). Essas características, descritas por Marafon (2006), para a Região Serrana apresentam a mesma dinâmica no município de Sumidouro. Todavia, a diferenciação ocorre quando o autor afirma que “na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar” (MARAFON, 2006, p. 33). O turismo rural apresenta-se, então,

como uma forma de diferenciação entre o município de Sumidouro, onde a atividade é pouco relevante, e os principais representantes da Região Serrana (Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis), bem mais dinâmicos economicamente.

Desta forma, é possível criar um paralelo entre os diferentes grupos de municípios presentes na Região Serrana Fluminense. Como já destacamos, a região apresenta três municípios onde há grande diversificação econômica e considerável contingente demográfico, correspondendo aos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. As características de maior dinamização econômica destes municípios influenciam também as áreas rurais, onde a presença de atividades voltadas para o setor turístico, gastronômico e até industrial são características gerais, associadas com atividades agropecuárias (principalmente agrícolas), parcialmente, modernizadas.

Por outro lado, os demais municípios que compõem a Região Serrana Fluminense, entre eles Sumidouro, apesar da proximidade e de apresentarem, muitas vezes, limites com os municípios mais dinâmicos, possuem características bastante diferenciadas. Nestes, atividades voltadas para o setor primário apresentam grande destaque em relação às atividades desenvolvidas nos centros urbanos. Não afirmamos que as atividades agrícolas são mais importantes que as urbanas nestes municípios como no caso de Sumidouro, mas não são tão inferiores como nos três municípios mais importantes.

Assim, o município de Sumidouro estaria numa ponta se todos os municípios da Região Serrana fossem alinhados em ordem de acordo com a importância de suas atividades agrícolas. Também se pode afirmar que Sumidouro é o município onde as atividades agrícolas apresentam o maior destaque em relação às outras desenvolvidas na cidade, inclusive, devido à pouca dinamização deste centro.

Porém, o objetivo desta constatação não é propor uma classificação mais aprofundada dos municípios que compõem a Região Serrana, nem tampouco afirmar que as características apresentadas por esses dois grupos de municípios da mesma região sejam homogêneas. Até mesmo entre os municípios menos dinâmicos, a realidade traduzida no espaço é bastante diferenciada e merece estudo mais aprofundado, assim como existem características específicas entre cada um dos municípios presentes nos eixos de urbanização defendidos por Rua (2005).

Ao destacar esta temática pretendemos comprovar a grande diferenciação presente entre os municípios da Região Serrana Fluminense por uma série de motivos. Como vimos, a dinamização das atividades urbanas é fundamental para garantir transformações mais intensas nas áreas rurais destes municípios, devido a sua proximidade com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principal consumidora das atividades não-agrícolas desenvolvidas no campo pelo setor turístico/gastronômico.

Desta forma, podemos considerar que o turismo assume papel fundamental na diversificação de atividades realizadas no campo, contribuindo para consolidar as recentes transformações neste ambiente no Brasil, entre elas, o aumento de atividades não agrícolas e a pluriatividade. Até mesmo num município como Sumidouro, onde as atividades turísticas não correspondem a uma das principais atividades desenvolvidas, este aspecto não pode ser ignorado, conforme exemplificamos na ilustração 01 a seguir, em que um haras na localidade de Soledade merece destaque como elemento diversificador de atividades.

**Ilustração 1: Haras localizado no distrito de Soledade, município de Sumidouro/RJ.**



Apesar de fundamental no processo de diversificação econômico, o turismo não corresponde à única forma de difusão de atividades não agrícolas no campo, nem mesmo no município de Sumidouro, conforme exemplifica a ilustração 02 que destaca a produção de água mineral no distrito de Campinas. Entretanto, uma atividade como esta (produção de água mineral) apenas é viável economicamente em locais onde as condições ambientais possibilitam a utilização dos recursos sem o comprometimento do produto final, geralmente em áreas rurais.

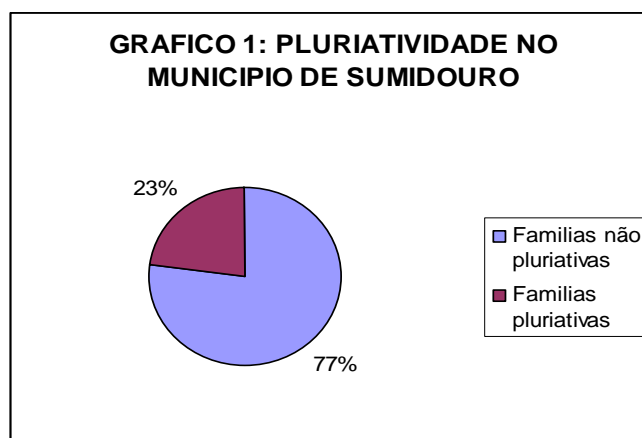
Outras atividades não agrícolas são desenvolvidas no campo sumidourense, assim como as exemplificadas, ligadas ou não ao turismo, não desempenham papel de destaque na economia municipal, nem tampouco na contratação significativa de mão-de-obra. Apesar de modificarem o ambiente rural, não influenciam de maneira efetiva no modo de vida da maioria da população, pois geram uma renda extremamente concentrada e que traz pouco benefício aos moradores do campo.

**Ilustração 2: Envazadora de água mineral localizada no distrito de Campinas**



Assim, podemos considerar que a realidade característica do “novo rural” não desempenha papel relevante no campo sumidourense, comprovando que as áreas rurais não podem ser facilmente padronizáveis e tratadas de maneira homogênea. Em Sumidouro, a atividade agropecuária ainda é destaque quase absoluto no campo.

Porém, como vimos, não podemos afirmar que a pluriatividade e as atividades não agrícolas estão ausentes da área rural do município. Estas atividades apenas assumem importância relativamente pouco significativa se comparadas com as ligadas à agropecuária, conforme o gráfico 1 nos aponta. Esta constatação poderia nos levar a acreditar que a ruralidade ou a identidade rural dos moradores do município encontra-se intacta ou pouco influenciada por elementos advindos de ambientes urbanos, já que as atividades não agrícolas e a pluriatividade são algumas das principais características deflagradas deste “novo rural” que se anuncia.



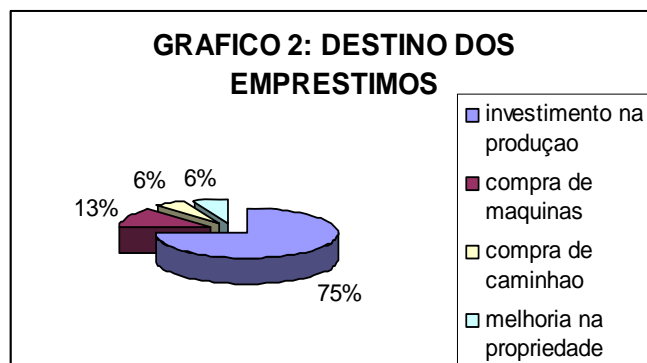
Côrtes (2008)

Porém, as atividades não agrícolas e a pluriatividade não correspondem à única característica relevante desta nova realidade do campo brasileiro. A dispersão de “urbanidades” deve ser destacada à medida que contribui, significativamente, para a mudança de hábitos em decorrência da influência urbana que é transmitida via canais de comunicação. Desta maneira, a influência urbana nas áreas rurais do município contribui para a transformação cultural. Como já discutido, esta mudança cultural não pode ser vista como prejudicial ao campo, a não ser que este processo aniquile a cultura local e, conseqüentemente, leve à destruição da ruralidade.

Em tempos de valorização da agricultura familiar, parece um contra-senso afirmar que há risco de destruição cultural e identitária no campo brasileiro. O apoio a esta nova classe, baseado na concessão de crédito subsidiado pelo governo, aliado a um intenso

processo de globalização que avança também pelo campo, contribui ao mesmo tempo para a valorização da agricultura familiar e para a possível destruição das características culturais de seus componentes. Não é demais ressaltar que a composição deste grupo denominado de agricultura familiar torna-se cada vez mais heterogênea pela inserção de trabalhadores que não se encaixam perfeitamente como agricultores familiares, de acordo com o tripé família-trabalho-terra. Na maioria das vezes em que há este avanço de urbanidades sobre o campo, a ruralidade não é destruída, mas mesclada com características tipicamente urbanas, numa interação cultural. Além disso, existem diversos processos reconhecidos como formas de resistência à imposição de transformações advindas do processo de globalização baseado num padrão urbano, como já destacado.

Apesar de incontestável valorização nas políticas de apoio ao campo, muitos agricultores não usufruem das vantagens oferecidas pelo governo. No município de Sumidouro, menos da metade dos produtores familiares entrevistados (43%) fizeram uso de algum tipo de crédito. Dos produtores que tiveram acesso ao crédito, a grande maioria o fez com objetivo de financiar a produção, conforme demonstra o gráfico 2 que apresenta a aplicação dos empréstimos conseguidos pelos produtores.



Côrtes (2008)

De acordo com o gráfico, o crédito adquirido teve o objetivo de aplicação em atividades ligadas à agropecuária. Não houve qualquer empréstimo voltado para a diversificação econômica no campo, fato que reforça a pouca expressão de atividades não agrícolas no rural sumidourense.

Porém, se a política de apoio à agricultura familiar desenvolvida pelo governo se baseia na oferta de crédito e menos da metade dos entrevistados contratam algum tipo de empréstimo, podemos constatar que os resultados das políticas públicas não conseguem o

objetivo de melhorar a capacidade produtiva e o exercício da cidadania da maioria dos trabalhadores familiares.

No próximo capítulo deste trabalho, desenvolvemos a temática relacionada aos principais problemas enfrentados pelo campo sumidourense de maneira mais aprofundada, apresentando propostas que combatam estas deficiências baseadas numa abordagem territorial. Assim, trabalhamos, especificamente, a territorialização da agricultura familiar no município de Sumidouro e as relações de poder que atuam sobre os componentes desta categoria, relacionando as políticas públicas voltadas para o setor.



### **III- A agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ.**

Depois de destacar a importância da atual concepção do termo agricultura familiar, neste terceiro capítulo, trabalhamos, mais especificamente, com o município de Sumidouro. Mesmo que o recorte espacial tenha aparecido nas discussões dos capítulos anteriores, consideramos que as abordagens referentes à Sumidouro foram apenas ilustrativas. Neste capítulo, pretendemos abordar as relações desenvolvidas no âmbito municipal ao status de protagonistas, sem abandonar a análise de outras escalas, porém enfatizando o município objeto desse estudo.

Não podemos afirmar, entretanto, que neste capítulo, diferentemente dos anteriores, constituirá a “parte empírica” da dissertação. Se assim afirmássemos, estaríamos negando todas as concepções teóricas e filosóficas que tentamos desenvolver e seguir desde o início do presente trabalho. O destaque para a agricultura familiar no município de Sumidouro será maior, porém, sem menosprezar o conhecimento e as discussões geradas até o momento, pois elas serão aprofundadas ainda mais, para atingirmos algumas conclusões, lançar idéias e gerar novos questionamentos sobre temas que não pretendemos esgotar.

Um bom exemplo da pretensão de não transformar o terceiro capítulo deste trabalho em um mero capítulo empírico é a necessidade de aprofundamento do principal conceito trabalhado, o território. Assim, pretendemos destacar as discussões sobre o conceito de território e sua utilização atual, carregada de simbolismo e movimento. Com a utilização do conceito de território e de suas variantes como a territorialização estabelecemos um perfil da agricultura familiar no município, destacando arranjos e estratégias dos principais agentes envolvidos na produção agropecuária para garantir sua sobrevivência e sua manutenção nas atividades.

Para que as principais características fossem destacadas, elaboramos e aplicamos 30 questionários<sup>14</sup> qualitativos nas áreas de produção agropecuária do município. A caracterização do questionário como “qualitativo” está relacionada com os tipos de questionamentos que esperávamos responder, não sendo nosso objetivo a geração de inúmeros gráficos, tabelas e percentuais sobre o recorte, mas, sim, traçar um perfil do funcionamento da agricultura familiar do município com perguntas que não se restringem à marcação em tabelas pré-

---

<sup>14</sup> O questionário aplicado em campo encontra-se em anexo.

determinadas. O objetivo do questionamento era ouvir o que o agricultor familiar tinha a dizer, suas angústias, alegrias, objetivos, práticas, entre outras observações. Num primeiro momento, o quantitativo de questionários pode até ser considerado reduzido (30 questionários) frente ao total de famílias que sobrevivem das atividades agropecuárias no município, porém, acreditamos que foram suficientes para cumprir o nosso objetivo e revelar traços importantes da territorialidade destas pessoas. Além disso, procuramos distribuir os questionamentos em diversas localidades de todos os distritos do município onde a atividade agropecuária é destacada (principalmente as agrícolas). Para que possamos ilustrar a distribuição destes questionários pelo município de Sumidouro, elaboramos o mapa 02<sup>15</sup>.

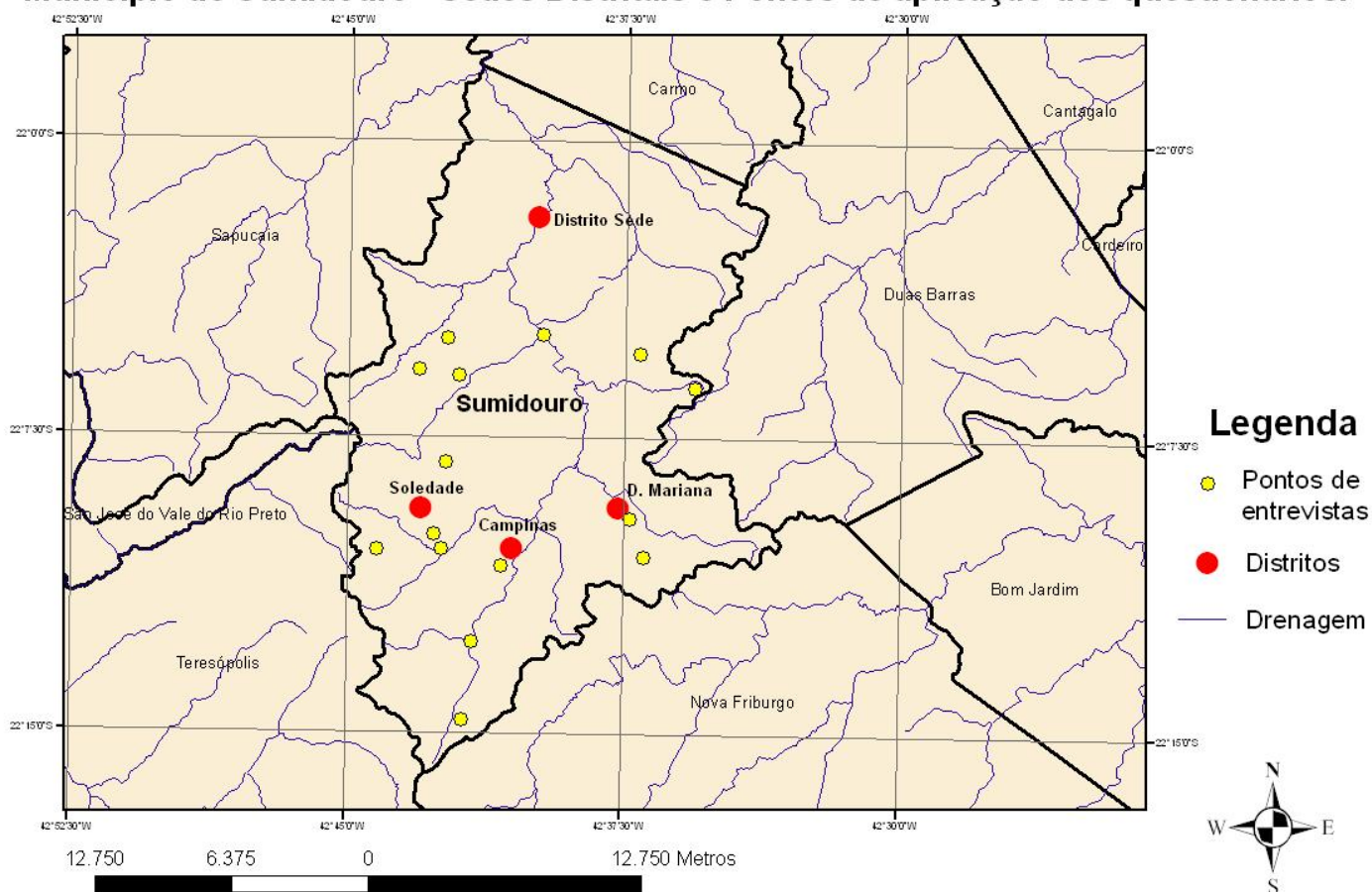
Observando o mapa, nota-se uma extensa área ao norte do município que não foi contemplada com os questionamentos. Entretanto, a justificativa para a ausência de entrevistas aplicadas nesta área está relacionada à predominância de atividades pecuárias. Como o foco principal da pesquisa era a produção familiar, a agricultura foi destacada, devido à não caracterização da pecuária como tal em muitos casos. Além disso, como já ressaltamos, a produtividade da atividade pecuária é bastante reduzida e, mesmo ocupando parcela significativa do solo sumidourense, apresenta pouca importância em relação ao total de ganhos<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> É importante destacar que os pontos amarelos do mapa, referentes aos locais onde as entrevistas foram realizadas, não representam o ponto exato de aplicação dos questionamentos, mas uma localização aproximada.

<sup>16</sup> Para aprofundar o assunto, ver Côrtes (2005) e CIDE (2003).

### Município de Sumidouro - Sedes Distritais e Pontos de aplicação dos questionários.



Apesar de fundamentais, as entrevistas realizadas especificamente para esta pesquisa não foram a única fonte de informações sobre o município. Diversos trabalhos já realizados por nós durante a trajetória acadêmica enriqueceram ainda mais o estudo. Entretanto, os trabalhos anteriores, não destacavam especificamente as atividades agropecuárias. Como o objetivo desta pesquisa foi aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica da agricultura familiar no município de Sumidouro, elaboramos questionamentos específicos.

Como já enfatizamos, pretendemos que o terceiro capítulo destaque a agricultura familiar no município de Sumidouro, porém, utilizando os conhecimentos até então trabalhados. Desta forma, grande parte do que já foi discutido será reapresentado, com intuito de garantir ganhos com novas abordagens. Acreditamos que assim desenvolvemos um

pensamento em espiral, buscando um pensar complexo<sup>17</sup> de eterno retorno e melhora das formulações, rediscutindo os questionamentos e, sempre que possível, relacionando-os com as novas discussões que surgirão no decorrer do trabalho.

Por fim, para fechar a seção de proposições, devemos destacar o conceito de território e sua ampla gama de definições e usos. Esperamos, antes de utilizá-lo efetivamente na análise territorial do campo sumidourense, provar a pertinência da escolha para trabalhar de maneira complexa o tema escolhido. Com esse objetivo, discutimos este rico conceito a seguir.

### **3.1- Da evolução da discussão sobre território à formação de um conceito complexo.**

Com o avanço da geografia como ciência, assistimos à evolução no tratamento dos principais conceitos utilizados para balizar a análise geográfica. O conceito de território, como um dos conceitos-chave da geografia, não ficou isento deste natural processo evolutivo. Entendemos que os conceitos devem ser analisados como elementos que facilitem a interpretação da realidade sobre determinado viés, por isso, se há transformações na realidade e na sociedade, estes conceitos também devem ser revistos.

Para que o conceito acompanhe a evolução da sociedade, as discussões teóricas devem ter participação nos trabalhos acadêmicos com o merecido destaque. Desta forma, retornamos às discussões e aos próprios conceitos, adaptando nosso discurso e nossas reflexões aos novos desafios derivados da inevitável transformação da realidade.

Neste sentido, realizamos breve recuperação do uso do conceito de território, a fim de enfatizar as profundas transformações ocorridas em sua aplicação e compreensão. Porém, poderemos verificar que a compreensão da própria sociedade contemporânea difere bastante dos pressupostos anteriores, justificando nossa preocupação de atualização conceitual frente às modificações sociais, tecnológicas, culturais, entre outras.

Cabe aqui ressaltar que embora reconheçamos que o conceito de território não está restrito à ciência geográfica<sup>18</sup>, sendo utilizado também em ciências que se ocupam de outros aspectos como biologia, zoologia, sociologia, antropologia, entre outras, nosso objetivo neste

---

<sup>17</sup> A caracterização mais aprofundada sobre as proposições de desenvolvimento de um pensar complexo foi apresentada no segundo capítulo. Porém, não é demais ressaltar que discutir de maneira aprofundada o tema não é objetivo deste trabalho.

<sup>18</sup> Sobre os diferentes usos do conceito de território ver Haesbaert (2004)

trabalho é destacar a evolução do uso do conceito na Geografia. Acreditamos que restringir a abordagem territorial à Geografia não prejudicará o cumprimento das diretrizes propostas para o trabalho, pois a ênfase na agricultura familiar e nas transformações do espaço são nossos principais objetivos. Além disso, esta discussão já foi oportunamente realizada por outros autores, inclusive geógrafos. Apenas como efeito de esclarecimento, destacamos este trecho que trata da importância do território para outras ciências:

enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (...), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (...); a Economia, (...) percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (...); a antropologia destaca sua dimensão simbólica (...); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 37)

De volta à abordagem geográfica, o conceito de território atingiu na atualidade grande complexidade, devido a sua enorme diversidade de aplicações. Tradicionalmente, esse conceito é vinculado a relações de poder e, por diversas vezes, foi e ainda é confundido com a área de atuação do Estado. Desta maneira, embora saibamos que

territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”. (SOUZA, 2000, p. 81)

Embora o texto seja bem esclarecedor, aspectos antes ignorados ou relegados em segundo plano como cultura, identidade, desterritorialização, desigualdades, entre outros, apresentam grande destaque na abordagem territorial e nas discussões acadêmicas. Mesmo que o objetivo principal do trabalho não seja realizar uma exaustiva análise do conceito, acreditamos que antes de associá-lo ao estudo da agricultura familiar no município de Sumidouro, devemos estabelecer alguns limites para a nossa análise e para aplicação do conceito no recorte espacial/territorial.

Desta forma, verificamos significativas modificações no seu uso e na própria definição. Entretanto, a idéia de associar o conceito de território à noção de poder ainda é bastante utilizada. Com objetivo de enriquecer a discussão e esclarecer os possíveis significados que o termo poder é capaz de assumir, optamos trabalhar melhor este aspecto

constituente do território antes de prosseguirmos. Buscamos, com isso, entender as diversas variantes do poder e suas aplicações para criar uma sólida base de discussão. Para basear esta análise, utilizamos a obra de Raffestin (1993), intitulada apropriadamente “POR UMA GEOGRAFIA DO PODER”.

O autor, quando trata especificamente da palavra poder, estabelece dois significados distintos, definindo inclusive a grafia correta para cada tipo de poder. O poder grafado com letra maiúscula se refere ao conjunto de instituições relacionadas ao controle estatal, ou seja, Poder significa a capacidade de controle do Estado sobre sua população e suas fronteiras. Quando o conceito de poder é confundido como sinônimo de ação estatal, há contribuição decisiva para o empobrecimento do entendimento do território, certamente, muito mais abrangente. Podemos considerar que o poder está “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (RAFFESTIN, 1993, p.52). Assim, o Poder “é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço e identificável” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Porém, o próprio autor destaca que embora o Poder seja perigoso e inquietante, pela ameaça que representa, o poder (com letra minúscula) pode ser ainda mais perigoso, devido à grande dificuldade de defini-lo, delimitá-lo ou percebê-lo, pelo simples fato de não podermos vê-lo, nem mesmo em formas estruturais como prédios públicos, por exemplo. Para Raffestin (1993, p. 52), “o poder é parte intrínseca de toda relação”. Assim, “toda relação é ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p.53).

A característica multidimensional do poder o desvincula do aparato estatal, estando presente em todas as relações. Esta abordagem é fundamental para a construção do conceito de território que pretendemos, pois não restringe a abordagem aos limites municipais. Além disso, o reconhecimento da multidimensionalidade do poder é importante para estabelecermos os pontos de resistência criados pelos agricultores familiares, frente a focos de poder muito mais robustos, como as próprias forças de mercado. Neste sentido, é preciso destacar que as relações

humanas, além de representar jogos de poder contêm o conflito como parte integrante. Mais do que isso,

é hora de aprendermos a encarar o conflito como parte integrante da existência, de assumirmos a crise da própria ética dominante e de recuperarmos as “unidades” perdidas entre a teoria, a ética e a “realidade” – e, para tanto, construir um novo espaço é imprescindível (HAESBAERT, 2006, p. 48)

Saquet (2007) reintera a presença do conflito nas relações humanas quando destaca que

o território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades (SAQUET, 2007, p. 162).

Desta maneira, a análise destes campos de poder expressos no espaço constitui importante instrumento para o estudo da agricultura familiar, pois,

o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. Para compreender isso, pode-se recorrer à imagem do ímã e dos fragmentos de limalha que se orientam e assinalam linhas de força. O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações. (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

Esta visão de poder multidimensional e multiescalar também será decisiva para nossa definição de território, à medida que compreende que existem relações de poder desiguais, despertando transformação e resistência. Entretanto, como veremos, a própria resistência dos “mais fracos” pode ser vista como elemento transformador do espaço e configurador de novos territórios e territorialidades. Diversas formas de resistência aos poderes multiescalares e multidimensionais que atingem o pequeno produtor familiar podem ser identificadas.

Um exemplo didático deste conflito no município de Sumidouro, podendo ser considerado uma forma de resistência, revelada por um morador em uma das entrevistas, esteve relacionado com a prática de aviação amadora no município. Incomodados com o barulho e com a presença de pessoas estranhas, moradores se encarregaram da destruição de instalações que geraram a saída dos “intrusos” e o abandono da atividade.

Desta forma, o território pode ser visto como organizado por relações de poder, não restringindo seu estudo apenas às imobilidades, dando conta também do movimento, pois, “sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Isto posto, devemos considerar a importância da energia e da informação nas relações de poder, à medida que, “uma coisa é certa: a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda a relação”(RAFFESTIN, 1993, p. 53). Além disso, “o laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Se considerarmos o conhecimento ou o saber como um componente primordial do poder, a análise da agricultura familiar pode tornar-se ainda mais interessante. É sabido que o nível de instrução dos produtores é extremamente baixo (confirmado pelas entrevistas em campo), entretanto, o conhecimento empírico, prático, o *saber fazer* está presente em seu cotidiano. A maior deficiência possível de ser amenizada, na geração presente, seria a do apoio técnico, pois este seria um instrumento eficaz para garantir maior produtividade no campo e atrair novas possibilidades para os produtores. Apenas o conhecimento prático não deve ser visto como suficiente para suportar as pressões vividas pelos agricultores familiares. Mais à frente, destacaremos a importância dos órgãos geradores de conhecimento para garantir a territorialidade destes pequenos produtores familiares.

Desta forma, o autor destaca a predominância de um tipo de poder em cada relação. Mesmo que tanto a informação e a energia estejam sempre presentes, uma das duas pode ser predominante. Baseado no trabalho de Etzioni, que analisou os diversos tipos de poder, Raffestin (1993, p. 54), destaca três tipos: o poder coercitivo, o remunerador e o normativo, assim,

o poder coercitivo está baseado na aplicação de sanções físicas, o poder “remunerador” (*rémunérative*) está fundado sobre o controle dos recursos materiais, sobre a destinação de salários ou de gratificações, enquanto o poder normativo se funda sobre a manipulação de recursos simbólicos” (RAFFESTIN, 1993, p.54).

Apesar de considerarmos a abordagem realizada pelo autor bastante elucidativa, não significa que há ausência de críticas a seu trabalho. Souza (1995) destaca que muitos autores, inclusive Raffestin, não conseguem diferenciar poder e violência, não sendo esta última, uma face do poder. Concordamos com Souza (1995) quando defende que o uso da força, na maioria das vezes, significa uma tentativa de manutenção de um poder decadente. Assim, mesmo considerando que classificar as formas de poder é tarefa demasiadamente trabalhosa e sujeita a contestações, acreditamos que possa ser bastante didática. Além disso, o fato de identificarmos



diversos tipos de poder numa mesma relação, contribui para a análise multidimensional destacada anteriormente.

De acordo com esta tipologia, qual seria o poder predominante no campo sumidourense? Esta tarefa não nos parece simples de ser respondida. Entretanto, a aplicação de sanções físicas, até então, não foi observada em nenhum dos relatos colhidos em campo. Podemos, descartá-la, não relacionando o árduo trabalho “na roça” com sanções físicas. Embora exista todo um tipo de simbologia relacionada ao homem do campo, sua própria ruralidade, não observamos apego a qualquer tipo de cultura mais integradora. A diversidade é mais marcada que qualquer tipo de tentativa de homogenizar/padronizar o campo sumidourense<sup>19</sup>. O tipo de poder que atuaria com maior destaque seria o remunerador, porém, a remuneração destes trabalhadores não se compõe de salário fixo, estando atrelada ao preço dos produtos no mercado e ao sucesso da produção. Mesmo não podendo precisar ou quantificar o valor dos ganhos, podemos identificar o tipo de poder. Entretanto, é preciso identificar os agentes principais envolvidos neste jogo.

Apenas como uma forma de antecipar a discussão, podemos adiantar a importância da posse da terra e dos meios de transporte, busca por preços e facilidade de financiamento como fatores de suma importância que compõem este poder remunerador. Podemos considerar que o tema no campo é complexo e à medida que o produtor necessita conseguir ganhos e atua sobre a batuta de diversos poderes remuneradores, o seu resultado está atrelado não apenas ao empenho de seu trabalho, mas a elementos naturais razoavelmente imprevisíveis. Desta forma, na análise das relações do campo, a natureza não pode ser negligenciada, pois compreende fator fundamental, influenciando decisivamente no resultado do trabalho familiar, pois,

fugindo do tão criticado “determinismo ambiental” ou “geográfico”, tornou-se muito comum, mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação entre sociedade e natureza na definição de espaço geográfico ou de território. Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade. (HAESBAERT, 2004, p.53)

A incerteza e a pressão por ganhos fazem parte da rotina do produtor familiar. Enquanto buscamos uma forma complexa de inserir a imprevisibilidade nas discussões acadêmicas, observamos que ela é bastante presente na produção familiar. A submissão aos instrumentos remuneradores de poder e a incerteza de sucesso nas empreitadas não são

---

<sup>19</sup> A única possibilidade de integração além da condição de agricultores familiares e sua ruralidade, ainda assim bastante controversa, seria a frequência a cultos religiosos. Porém, como o objetivo do trabalho não foi identificar elementos culturais determinantes, não podemos fazer esta relação com alguma segurança.

elementos desejáveis em qualquer ramo profissional. Se aliarmos estes dois fatores à falta de instrução necessária para garantir uma escolha, na medida do possível segura, estamos diante de uma complexa teia de poderes em que o trabalhador familiar é o ponto mais vulnerável, não sendo capaz de saber se receberá qualquer tipo de remuneração pela exploração de seu trabalho. Como amenizar esta situação? Tarefa difícil que merece ser aprofundada mais a frente.

Porém, na discussão referente ao papel do poder na formação territorial, a concepção de que este atua de forma multidimensional e multiescalar é importante para a análise da agricultura familiar, pois, como exemplificamos, a multidimensionalidade e a multiescalaridade do poder que atuam sobre estes produtores é factual, entretanto, a resistência possível a esta dominação, de maneira geral, acontece numa escala local<sup>20</sup>.

Raffestin (1993) destaca ainda os trunfos do poder que são, pela ordem, a população, o território e os recursos. Para justificar a ordem segundo a qual a população aparece em destaque em relação aos demais trunfos, devemos considerar a importância da sociedade na transformação do espaço e a configuração de territórios, sendo a origem de todo poder, assim,

o poder visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas. (...) Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. (...) O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.” (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Apesar de considerar a população o trunfo mais relevante, nem sempre o poder terá como principal finalidade seu controle, embora esteja incluído num contexto geral, visto que em sua essência contém todos os seus trunfos, mesmo que de maneira desigual. Assim como as relações de poder, a formação de territórios, que contém diversas destas relações, pode privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros. No caso específico da agricultura, é preciso dominar as pessoas e/ou as terras para conseguir os recursos, produtos do trabalho da população. Para que possamos entender as relações de poder existentes na formação territorial,

---

<sup>20</sup> Quando destacamos que de maneira geral esta resistência ocorre numa escala local nos referimos a escala de ação normalmente atribuída às comunidades, entretanto, não negligenciamos que atuações em outras escalas possam ocorrer. Podemos considerar que a ação governamental de privilegiar a agricultura familiar nas políticas de concessão de crédito é uma forma de aumentar a capacidade de resistência numa escala local, porém, advinda de escala mais ampla, evidenciando a amplitude multiescalar também da resistência.

é preciso recuperar o uso do conceito de território, pois a própria análise das relações de poder foi alterada de maneira substancial.

No final de século XIX e início do século XX, o conceito de território era praticamente sinônimo de solo dominado pela atuação estatal, obedecendo a questões geopolíticas devido a interesses de anexação de novas áreas. Podemos considerar então que

na Geografia, mais precisamente na Geografia Política, o conceito de território foi apropriado no final do século XIX, sendo quase sinônimo de solo (Boden). Na visão de Friedrich Ratzel, o Estado era um organismo dependente do solo para a sua sobrevivência, não sendo possível conceber um Estado sem território (solo) e sem fronteira (o próprio conceito de território inclui a existência de fronteira). O Estado, ao mesmo tempo, seria dependente e gestor do território, pois dele proviria a sua coerência (RATZEL, 1990). O território, na concepção de RATZEL (1898/1974), seria, pois, um espaço concreto, determinado pelo solo apropriado por um grupo e formador de sua identidade cultural. Assim, o solo seria a base para a tomada e manutenção do poder e base para a formação do Estado. Este solo/território seria também base para a formação cultural do grupo. (SILVA, 2002, p.17)

No contexto geopolítico, seguindo os preceitos de Ratzel, o governo alemão justificou sua intenção de expandir seu solo/território, devido à necessidade de ampliação do espaço vital do Estado-Nação, visando garantir maior desenvolvimento para o país e para o povo alemão, além de uma clara demonstração de poder. Assim,

com o início da Segunda Guerra Mundial, o embate entre as vertentes alemã e francesa foi-se acirrando. A escola alemã reanimou o pensamento ratzeliano (espaço vital) para inflamar o imperialismo alemão, pois a Alemanha se sentiu prejudicada na partilha colonial do mundo. Assim, a Geopolítica ganhou força na Alemanha nazista, vislumbrando uma propensão desenfreada para a conquista física de territórios, através da ocupação militar, como forma de demonstração de poder do Estado-Nação Alemão. (BLUME, 2004 p. 47)

Apenas com intuito de compreender melhor o pensamento que influenciou de maneira decisiva o Estado alemão durante a Segunda Guerra mundial e a própria definição do conceito de território da época, uma visão geral das idéias de Ratzel torna-se bastante necessária. Assim,

é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política (que aqui se confunde com estatal) do espaço que o território se define. Esta concepção acaba de alguma forma se aproximando daquela que, valorizando a dimensão econômica, vê o território como fonte de recursos para a reprodução da sociedade, pois é também com base nesta disponibilidade de recursos que Ratzel vai construir seu conceito. O “espaço vital” seria assim o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis que, na leitura do autor, devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existente. (HAESBAERT, 2004, p.66)

Ratzel baseava seu conceito de território numa noção político-econômica, já que defendia a necessidade de expansão com intuito de garantir maior oferta de recursos, aumentando assim a capacidade de manutenção do Estado e do povo alemão. Percebemos,

então, que o significado de território para Ratzel tinha uma forte carga geopolítica e ideológica, influenciando decisivamente a atuação do Estado alemão durante a Segunda Guerra. Consumada a derrota na Segunda Guerra, assistimos à decadência do poderio estatal alemão e do conceito de território, freqüentemente, vinculado ao Estado. Desta forma, o conceito de território foi rapidamente abandonado, a tradição territorial foi substituída pela tradição regional da escola possibilista francesa, representada principalmente por Paul Vidal de La Blache, cuja corrente de pensamento, durante o período anterior à guerra, concorria com a visão determinista alemã como principal paradigma<sup>21</sup> geográfico. Além disso, correntes de pensamento posteriores elegeram outros conceitos como principais, “seja devido aos excessos feitos em seu nome pelas políticas expansionistas alemãs, seja pela emergência da corrente geográfica conhecida como Teorético-Quantitativa que, despolitizando a Geografia, deixou de considerá-lo um conceito-chave” (SILVA, 2002, p.18).

Depois de um longo tempo afastado das discussões políticas e acadêmicas, “a partir da década de 1970, o conceito de território voltou a ter importância, pois as análises das relações de poder voltaram a ser relevantes” (SILVA, 2002, p.18). A chamada Geografia Crítica deu início à revalorização do conceito de território e “no Brasil o conceito é retomado a partir do início da década de 1980. Contudo esta retomada não ocorre por acaso, é vinculada ao desgaste da noção de região” (BLUME, 2004, p.48).

O ressurgimento do conceito de território como conceito-chave da Geografia, entretanto, veio acompanhado por um intenso processo de reestruturação dos seus preceitos básicos. Apesar de não negligenciar as relações de poder existentes no espaço, o conceito contemporâneo de território não é mais vinculado à noção de Estado-Nação,

considerando que há territórios não subordinados diretamente a qualquer tipo de organização de Estado, como aqueles de atuação de grandes corporações; o território de organizações criminosas, como o jogo do bicho ou o tráfico de drogas; de grupos religiosos, ou de atuação de igrejas; ou de grupos urbanos, como os profissionais do sexo (...) e gangues de jovens, entre outros. (SILVA, 2002, p.16)

O próprio Estado-Nação, na atualidade, passou a ser questionado, principalmente, devido a sua perda de importância em relação à capacidade de controle e administração. A emergência de organizações supranacionais é um dos argumentos dos que defendem a

---

<sup>21</sup> Segundo Unwin (1995) paradigma pode ser definido como um caminho científico universalmente reconhecido e que durante algum tempo será usado como modelo eficiente para solucionar problemas pela comunidade científica, ou seja, apresenta uma “vida útil” e deve ser reformulado quando não mais servir aos objetivos que motivaram sua criação.

decadência do Estado-Nação, pois sua principal função de controle de fluxos e fronteiras é dificultada pelo surgimento destas instituições ou grupos, legais ou ilegais.

Assim, a definição de território não é compreendida apenas vinculada à atuação do Estado. Os estudos acadêmicos atuais destacam características territoriais em diversas escalas, desde as escalas mais locais a atuações supranacionais, numa autêntica teia multiescalar. O vivido e as manifestações cotidianas ganham cada vez mais destaque na abordagem territorial contemporânea. Como destaca Blume (2004),

estas relações flexíveis presentes no território passam a ser analisadas pelas manifestações do cotidiano, sendo que tais posições correspondem às relações vividas, por receberem a influência da multidimensionalidade do poder em sua constante oscilação entre simetrias e dissimetrias presentes na prática social. (BLUME, 2004 p. 49).

Apesar do cotidiano receber grande destaque nas relações territoriais contemporâneas, esta não é a única pertinência territorial. O termo abrange uma gama de significados bastante diferentes dos classicamente encontrados na abordagem territorial. Podemos considerar, então, que “a Geografia contemporânea complexificou e enriqueceu o conceito de território, ressaltando-o de forma mais abrangente, incluindo em sua análise diversos territórios não necessariamente ligados à ação do Estado” (SILVA, 2002, p.19). Esta complexificação é fundamental para possibilitar abordagens mais ricas, além disso, o conceito adquiriu imensa capacidade de agregar diversas categorias e escalas ao mesmo tempo, propiciando maior riqueza teórica e analítica.

Entretanto, a complexificação e popularização do conceito abrem novo leque de abordagens, mas também, trazem o perigo da banalização do termo, isso porque é comum a utilização de conceitos, inclusive na academia, sem a necessária definição e discussão teórica. Esse processo é por demais perigoso por aumentar o risco do uso do conceito baseado no senso comum e não em uma concepção geográfica/científica. O aumento da gama de abordagens teóricas não pode nem deve ser evitado, porém, temos que ter cuidado com seu uso, pois a complexidade do conceito de território exige abordagens mais complexas e não simplificadoras em excesso.

Desta forma, mesmo que, ainda hoje, o conceito de território seja fundamental para trabalhar com temáticas estatais relativas ao controle de fronteiras, entre outros, a visão política não é mais restrita a essa atuação, nem tampouco corresponde à única abordagem existente para trabalhar com o conceito. Além disso, a escala nacional de análise territorial

diminuiu sua importância e não mais corresponde à principal escala em que as abordagens territoriais são desenvolvidas,

na atual abordagem o conceito tem significado mais amplo, que valoriza os elementos socioambientais e a cultura que estão presentes na espacialidade das relações. Referente ao sentimento de pertencimento, pelo viés da identidade, o território é um espaço de dominação, um campo de forças que se estabelece nas relações sociais (LUTHER, 2005, p.24).

De acordo com a autora, o conceito de território é considerado apropriado para trabalhar com temáticas referentes a relações sociais. Embora simplificada, a área de atuação territorial pode revelar relevância tanto em assuntos referentes a escalas supranacionais, como em atuação de grandes empresas e em redes internacionais, como numa escala local, destacando as possibilidades de territorialização/resistência de pequenos grupos. A Luther (2005) destaca ainda que a Geografia dos anos 90

procura grafar territórios diferenciados, territórios de resistência, territórios locais que são o cotidiano compartilhado, o mundo vivido através das percepções emotivas de cada indivíduo, valorizando o lugar da construção de identidade, observando os espaços na evolução do tempo, conforme o ritmo social, em que as relações se espacializam e se diferenciam conforme o tempo de cada lugar. (LUTHER, 2005, p.24)

O tempo de cada lugar reflete muito bem a questão das escalas que têm capacidade de atuação em distintas velocidades, de acordo com a inserção informacional dos agentes territoriais envolvidos e as redes que se formam. Além disso, as possibilidades de resistência ao sistema capitalista ou a forças dominantes caracterizam novas formas de territorialização e conseqüente constituição de novos territórios, sendo “capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes -, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada” (HAESBAERT, 2006, p. 14).

O significado desta nova ordenação territorial, geradora de territórios alternativos, minimizadores dos efeitos dominadores e desigualizantes do capitalismo é denominado por Haesbaert (2006, p. 15) de contra-espacos que

dentro das ordens sociais majoritárias precisa ser analisada, seja na escala mínima das relações cotidianas, seja em escalas mais amplas, pois é neste jogo de contraposições que pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial, capitaneado por uma base democrática que permita o confronto de identidades, com o florescimento permanente de uma diversidade liberadora.

Desta forma, devemos ressaltar o poder diferenciador do sistema capitalista em que estamos inseridos, sendo este responsável por resistências capazes de formar novos territórios e territorialidades. Entretanto, “fica evidente que (...) ao conectar, econômica e culturalmente,

as regiões mais longínquas, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de “território-mundo” globalmente articulado” (HAESBAERT, 2004, p.177).

Daí a importância da resistência ao processo transformador que se confronta com a cultura num âmbito local. A própria resistência é capaz de reforçar a identidade<sup>22</sup>, ou ainda, reforçar territorialismos (o que não é desejável, mas ocorre), pois,

a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição da identidade local em virtude de ações *coletivas*; tem um conteúdo dinâmico e *ativo*, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal (SAQUET, 2007, p. 152).

Assim, os fluxos materiais e imateriais que invadem culturas, podendo até mesmo destruí-las, tem o Estado como parceiro indispensável, já que este “sempre atuou, em sucessivos ciclos de interferência, a fim de regular a dinâmica dos mercados, em geral, como um parceiro e/ou em uma “escala de gestão” indispensável ao bom desempenho dos fluxos comerciais e financeiros”. A manutenção do Estado-Nação é necessária para a continuidade do modelo capitalista, dependente em diversos graus da manutenção dos Estados Nacionais. Acreditamos que uma sociedade de efetiva livre concorrência seria uma sociedade ainda mais desigual e excludente do que a atual. Neste sentido, “o discurso (...) de uma globalização irrestrita num mundo efetivamente “sem fronteiras” vincula-se hoje, em grande parte, aos argumentos políticos daqueles que defendem o chamado projeto neoliberal” (HAESBAERT 2004, p.178) e pelo menos por enquanto, não conseguiram viabilidade global.

Mesmo que o território tenha mudado sua esfera de análise, não se restringindo ao Estado-Nação (enfraquecido frente à nova realidade globalizada), não quer dizer que este modelo esteja fadado ao desaparecimento, já que desempenha funções ainda indispensáveis ao sistema. Porém, é claro que a discussão territorial atual engloba fatores muito mais amplos e enriquecedores que apenas a atuação do Estado.

Assim, a simbologia presente no território pode contribuir para o fortalecimento de uma identidade local e ser revertida numa forma de resistência às transformações globalizantes impostas a determinadas sociedades ou grupos. Sendo “admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação”

---

<sup>22</sup> Para Saquet (2007, p. 147) “uma pessoa pode se adaptar ou se identificar em um *novo* contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve a reciprocidade. Para a geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade”.

(RAFFESTIN, 1993, p.56). Temos, então, a territorialidade surgindo da resistência à destruição cultural possibilitada pelo intenso processo de globalização, sendo que

um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples “qualidade de ser território”, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. (HAESBAERT, 2004, p. 74)

Quando trabalhamos a dimensão simbólica do território da agricultura familiar, a discussão sobre a manutenção da ruralidade do campo vem à tona novamente. As tentativas de resistência a uma cultura globalizante no campo, muitas vezes, se apegam a elementos culturais já esquecidos pela população local. Esta recuperação pode ser entendida como uma forma de aprofundar as raízes no território ameaçado pela homogeneização. Como vimos de maneira específica no capítulo 2 e que será retomado, mesmo que parcialmente.

Além de não estar mais vinculado à noção de Estado-Nação, o conceito de território ganha um incremento interessante, a territorialidade, ou seja, a capacidade de garantir ou expandir os territórios, sem necessariamente estar vinculada à posse ou à dominação de áreas. A mesma tecnologia pode favorecer a destruição cultural e pode permitir novos processos, multidimensionais devido às diferentes relações de poder intrínsecas e multiterritoriais. A capacidade de territorialização pode variar de acordo com o grupo envolvido, ou mesmo na escala individual. Até a forma como esta territorialização se implementa depende do nível de inserção dos grupos ou do indivíduo num contexto informacional, ou seja,

territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. O que seria fundamental “controlar” em termos espaciais para construir nossos territórios no mundo contemporâneo? Além de sua enorme variação histórica, precisamos considerar sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena da Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global. (HAESBAERT, 2004, p.97).

O que analisamos daqui por diante, está relacionado à capacidade de territorialização dos indivíduos que constituem a agricultura familiar no município de Sumidouro. Entretanto, esta territorialização ocorre de maneira diferenciada entre grupos ou indivíduos. Para uns, territorializar-se significa enraizar-se da maneira mais segura possível ao espaço, ao chão mesmo. Para outros grupos, territorializar-se compreende a formação de redes complexas e



apropriação de seus nós. Entretanto, antes de realizarmos uma discussão sobre a capacidade multiterritorial de uns e monoterritorial de outros, devemos estabelecer os objetivos de nosso estudo e enfatizar as diferentes correntes que abordam o território na atualidade.

A partir do exposto até aqui, podemos considerar que as relações sociais são as principais fontes de estudo referentes ao território na atualidade. A escala local merece ser destacada, à medida que temas como identidade, cultura e territórios de resistência são trabalhados com ênfase. Neste contexto, trabalhamos a noção de território, valorizando a escala local, no caso, o município de Sumidouro, realizando o que Saquet (2007) denomina de abordagem territorial. Para o autor, “a abordagem territorial é central para a construção de uma sociedade mais justa, que possa construir sua autonomia e se autogovernar, produzindo um *novo* território e *novas* territorialidades” (SAQUET, 2007, p. 176). Para isso, “é fundamental se definir novas práticas sociais e territoriais (...) que valorizem o patrimônio territorial de cada lugar” (SAQUET, 2007, p. 176).

A busca por uma sociedade mais justa, menos desigual deve ser o objetivo primordial de políticas públicas, ainda mais levando-se em consideração a forte desigualdade existente no Brasil. Entretanto, se pudermos partir para a minimização deste problema a partir de iniciativas locais, o combate às desigualdades torna-se possível e até mesmo viável. Contudo, Saquet (2007) destaca que a abordagem territorial que possibilitaria este combate “é um processo que requer, evidentemente, uma abordagem geográfica específica, capaz de evidenciar potencialidades, particulares para a efetivação de projetos coletivos de desenvolvimento local” (SAQUET, 2007, p. 109).

Acreditamos assim, que uma abordagem geográfica/territorial centrada na escala local pode ser um bom ponto de partida para a efetiva alteração das condições de vida da população nesta escala, podendo, gradativamente, transpassar para escalas que abranjam maior área. Desta maneira, a escala local será destacada como principal escala de análise deste trabalho, porém, sem menosprezar as demais escalas, nem tampouco a noção política de território, ainda muito valorizada, mesmo desatrelada do Estado, pois,

atualmente, têm-se difundido na Geografia três perspectivas que organizam e distinguem as formulações teóricas para o entendimento do território como tema de investigação científica. A política, a simbólica e uma terceira que se configura pela articulação das duas primeiras. (...) (BLUME, 2004, p. 51)

Como destaca o autor, três são as principais perspectivas para desenvolver o conceito de território. Na primeira delas, a perspectiva política é destacada, enquanto numa segunda, os

aspectos simbólicos, incluindo aí elementos como cultura, identidade, formas de resistência entre outros aspectos. Entretanto, numa terceira vertente, destacada por Haesbaert (2004), existe uma tentativa de enquadrar essas duas primeiras concepções numa mais abrangente e complexa.

De qualquer forma, devemos discutir o fato de a perspectiva política estar separada de uma outra perspectiva simbólica, já que poderiam perfeitamente ser alocadas juntas. Haesbaert (2004) divide em três itens distintos as concepções que chamou de naturalista, econômica e política de território, “mesmo sabendo que se tratam de divisões arbitrárias e que em alguns momentos, especialmente no caso da chamada concepção política, também dialogam diretamente com o campo simbólico”. De toda maneira, entendemos que a noção política de tratamento do território se diferencia pelas manifestações concretas no espaço, não que a cultura não imprima também algumas de suas características no espaço, mas a noção política, ainda hoje, se relaciona mais com a noção de poder estatal, enquanto a simbólica, está atrelada ao viés cultural. Ainda assim, é possível alocar a política e a cultura num campo simbólico, à medida que as traduções dos campos de força impressos no território se realizam por informações e meios imateriais, todavia, como Haesbaert (2004) enfatizou, as divisões são didáticas para compreendermos e isolarmos os questionamentos e segmentos, apesar de constituir arbitrariedade em grande parte das vezes. Segundo o autor,

dentro do par materialismo-idealismo, portanto, podemos dizer que a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente “determinada” pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra. (HAESBAERT, 2004, p.42)

Para que seja possível realizar uma abordagem que continue trabalhando numa visão material, porém, associada a uma visão ideal, temos que considerar a possibilidade de sobreposição de territórios e territorialidades. Esta concepção de território, que considera as relações de poder em diferentes escalas e sobrepostas no espaço, é relativamente nova e constitui o desafio atual para os que visam manter atualizada a abordagem. Desta maneira,

hoje, poderíamos afirmar, a “experiência integrada” do espaço (...) é possível somente se estivermos (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global. Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. (...) antes vivíamos sob o domínio da lógica dos “territórios-zona”, que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos “territórios-rede”, espacialmente descontínuos mas intensamente conectados e articulados entre si. (HAESBAERT, 2004, p.79)

Então, cada vez mais, é importante termos bem claro o que podemos entender por territórios-rede (pós-modernos?), sabendo as diferenças fundamentais dos chamados territórios-zona<sup>23</sup> tradicionais (modernos). De maneira resumida, podemos definir o tradicional território-zona como aquele em que a ênfase da análise se dá no controle de fluxos em suas fronteiras. Esse território é obrigatoriamente contínuo em termos de superfície e é mais facilmente visualizável que o território-rede.

Os territórios-rede podem ser considerados os típicos territórios da atualidade, regidos pelo movimento, não apresentam uma continuidade física, quando muito apresentam uma continuidade imaterial. Os nós da rede são traduzidos como as áreas de maior territorialização dos indivíduos capazes de se inserir neste tipo de territorialização, porém, os caminhos ou ligações imateriais também fazem parte da conceituação dos territórios-rede, pois são necessários para sua existência. Este tipo de território ocorre na atualidade graças aos avanços nos sistemas de transporte, que permitem o rápido e menos oneroso deslocamento no espaço, e aos sistemas informacionais, garantindo trocas de informações instantâneas. Esta análise se torna ainda mais coerente a partir da constatação de que “as redes estão no território e o território nas redes. Cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede global de lugares, em articulação” (SAQUET, 2007, p. 106). Podemos perceber também que

enquanto nas sociedades modernas “clássicas”, ou sociedades disciplinares, como afirmou Foucault, dominavam os territórios-zona que implicavam a dominação de áreas (a expansão imperialista pelo mundo até “fechar” o mapa-múndi em termos de um grande mosaico estatal é o exemplo de maior amplitude), o que vemos hoje é a importância de exercer controle sobre fluxos, redes, conexões (a “sociedade de controle” tal como denominada por Deleuze) (HAESBAERT, 2004, p.96).

Não podemos, entretanto, eliminar a abordagem territorial tradicional em zona das análises geográficas, devido à grande importância que ainda assume na atualidade devido ao caráter excludente do processo de globalização e às desigualdades sociais presentes no modelo capitalista de produção. Desta forma, os indivíduos desprovidos de recursos, de conhecimentos mínimos ou, ainda, sem interesse em se conectar num ritmo multiescalar, construindo multiterritorialidades, não podem ser enquadrados neste processo. Contudo, os indivíduos que não possuem qualificação ou capacidade financeira para se inserir neste processo são a maioria, o que torna a abordagem territorial setorial ou em zona, ainda muito relevante. Porém,

---

<sup>23</sup> Neste trabalho não temos como um de nossos objetivos entrar no mérito de enquadrar as vertentes territoriais em momentos modernos e pós-modernos, até por considerar que a pós-modernidade ainda deve ser exaustivamente discutida antes de aceita. Para melhor compreensão sobre o tema ver Haesbaert 2004 e 2006.

seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens “unidimensionais” aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido<sup>24</sup> – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço (...) – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 79)

Assim, mais uma concepção deve ser adotada, a de espaço híbrido, visando garantir o tratamento adequado para a questão territorial da atualidade. Neste trabalho, desenvolvemos esta terceira perspectiva, por entendermos que existe ganho conceitual e riqueza teórica se trabalharmos os aspectos políticos e simbólico-culturais em conjunto. No nosso entender, é mais complicado separar estas idéias do que trabalhá-las de maneira complementar. Se o objetivo deste trabalho é traçar uma análise da agricultura familiar no município de Sumidouro, não vemos sentido trabalhar apenas aspectos simbólicos referentes ao território, ou apenas aos políticos. Segundo Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial”(...). Sendo interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação”.

Assim, esse campo operatório não pode ser expropriado do político, presente em todos os grupos, nem tampouco da cultura, aspecto simbólico. Como as sociedades são impreterivelmente condenadas a agir de forma política e criar simbologias, consideramos que trabalhar estes aspectos, separadamente, seria uma perigosa simplificação da realidade, um insulto à formação territorial em alguns casos. “Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.” (HAESBAERT, 2004, p.74).

Com objetivo de enriquecer ainda mais a discussão, a abordagem territorial desenvolvida por Saquet (2007) merece ser destacada mais uma vez. Este autor defende que os aspectos políticos, simbólicos e econômicos devem ser trabalhados em conjunto com os

---

<sup>24</sup> Destaca a importante contribuição de geógrafos/intelectuais do porte de Milton Santos e Jean Gottman nas discussões sobre espaço híbrido e relações espaço-tempo.

naturais. Em interessante explanação, argumenta que a ação humana é, ao mesmo tempo, natural e social e que trabalhar aspectos da humanidade em separado da natureza compõe grave equívoco. Concordamos com o autor e acreditamos que no caso específico da agricultura esta afirmação ganha ainda mais importância e coerência.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, muitas vezes, devido à amplitude dos trabalhos e à complexidade dos temas, existe a necessidade de destacar alguns aspectos mais relevantes para serem aprofundados. Desta maneira, “o privilégio a uma dessas dimensões ocorre principalmente em função de nossos recortes disciplinares e das problemáticas que cada um deles pretende responder” (HAESBAERT, 2004, p.75).

Um dos maiores desafios enfrentados pela ciência geográfica de maneira geral e pelo uso do conceito de território, em particular, pode ser apontado como a capacidade de articulação entre estes dois importantes elementos de análise da sociedade, a esfera material, agregando as reflexões no espaço devido a fatores político-econômicos e simbólicos, pois a capacidade de resistência ou cooperação entre a população e os meios de controle advêm da esfera imaterial, podendo também se concretizar no espaço. Como destaca Haesbaert (2004, p.75), não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão “integradora” de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?

Consideramos que sim. Por isso, ao trabalhar o conceito de território para analisar a agricultura familiar no município de Sumidouro, buscamos destacar aspectos político-econômicos e simbólicos (juntamente com os naturais), sem preocupação de separá-los. Depois de discutir o que podemos entender como poder e fazer uma necessária recuperação do conceito de território para atingir seu significado atual, no próximo item, relacionamos o jogo de poder que envolve as relações no campo sumidourense com a capacidade de resistência dos agricultores familiares às transformações globalizantes.

### **3.2- A complexa territorialização da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ.**

Antes de mais nada, nossa primeira meta será analisar as possibilidades de territorialização dos agricultores familiares do município.

Como vimos, o conceito de território “carrega” um forte valor simbólico na atualidade, sem deixar de conter relações de poder. Esses fatos não podem ser ignorados em nosso trabalho. Além de englobar questões políticas e culturais, esperamos atingir um perfil do movimento, ou seja, dos territórios em rede.

Estudando processos ligados à agricultura, ou seja, atividades necessariamente “enraizadas” na terra e levando em consideração, também, a baixa capacidade da população rural em se inserir num processo de globalização, temos que destacar os aspectos que os fixam ao território e como constroem laços de identidade na imobilidade. Não queremos afirmar que os agricultores familiares estão alijados do processo de globalização completamente, pois diversas *informações* trazidas por elementos consumidores de *energia* atingem, praticamente, a totalidade desta população, constituindo o *poder* da mídia, que provoca transformações em seus hábitos, o que RUA (2002) chamou de “urbanidades”. Apenas gostaríamos de ressaltar que, devido à baixa renda e à reduzida escolaridade, torna-se mais difícil a inserção na globalização. Apesar desta dificuldade,

quando se trata de compreender os processos recentes da globalização, deve-se compreender que a mundialização não é sinônimo de homogeneização, esta pode constituir-se na revalorização das heterogeneidades, sendo necessário estudar qual é a natureza dos processos de âmbito mais reduzido e por isso reapreciar o quadro espacial em que eles se inscrevem. (LUTHER, 2005, p. 27)

Assim, a valorização da escala local será fundamental para destacar as particularidades que atingem o espaço de maneira diferenciada e produzem resultados diversos.

### **3.2.1.- A territorialização na imobilidade: os poderes que atuam no campo sumidourense.**

Podemos afirmar que os trabalhadores que compõem o grupo denominado agricultura familiar apresentam estreita relação com a terra, sendo que, na maioria das vezes (77%), esta é a única forma de geração de renda e sustento de toda família. Por isso, este fato (íntima relação com a terra) não pode ser ignorado na pesquisa, muito menos se levarmos em consideração o poder territorializador correspondente, tendo em vista que “as formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contextos sociais”. (HAESBAERT, 2004, p.87)

Diferente do que observamos em outras áreas rurais do país, o campo sumidourense não apresenta grande destaque para a pluriatividade. As novas atividades que revolucionaram a abordagem sobre o campo ainda são bastante embrionárias em Sumidouro. Este fato apenas evidencia a grande heterogeneidade do campo, dificultando padronizações excessivas. O “novo rural” ainda não pode ser exportado para todo campo brasileiro sem ressalvas e análises mais aprofundadas.

A análise da pluriatividade e das atividades não agrícolas no campo de Sumidouro torna-se bastante restrita devido à baixa incidência destes fenômenos. Apesar de não podermos ignorar a presença dos processos, sua importância é relativamente pequena, pois não atinge capacidade significativa de geração de fluxos para a área, nem tampouco transforma o espaço efetivamente em função do seu desenvolvimento. Assim como a pluriatividade, as atividades voltadas para o turismo e lazer também são pouco significativas e pontuais, com baixa contribuição para alavancar a própria pluriatividade, devido ao número reduzido de empregados e, por eles estarem envolvidos apenas nestas atividades específicas. Como forma de ilustrar esse processo, a ilustração 3 do distrito de Soledade apresenta agricultores trabalhando ao lado de um haras, porém, sem qualquer identificação com o empreendimento, além de não desempenharem qualquer função em seu interior. O haras pode ser considerado um território no distrito, com destaque para o controle de acesso e baseado no tradicional domínio privado da terra.

**Ilustração 3: Cultivo ao lado do haras**



CÔRTEZ 2008

Apesar de o município e sua área rural ainda apresentarem pouca influência de atividades turísticas e voltadas para o lazer, o exemplo do haras volta a ser destacado como um destes empreendimentos, conforme podemos observar na ilustração 04. Mesmo sendo pontuais no campo sumidourense, outros destes empreendimentos como sítios de igrejas e hotéis fazenda também podem ser encontrados em Sumidouro.



**Ilustração 4: Acesso principal do Haras Moinho**

CÔRTEZ 2008

No município de Sumidouro, percebe-se o esforço, principalmente, por parte da prefeitura, para criar uma imagem atrativa, com a promoção de eventos esportivos, como “motocross” e campeonatos de “parapente”, valorização dos aspectos naturais (florestas, presença de fósseis e cascatas) e históricos (antigos elementos que constituíam a ferrovia que atravessava o município como túneis, pontes e estações). Porém, não podemos afirmar que está havendo a criação de simulacros com objetivo de aumentar a inexpressiva atração de turistas da atualidade. Estes esforços, ainda, são pouco sentidos devido à baixa transformação espacial. A ilustração 5 a seguir, retirada do sítio oficial da prefeitura, enfatiza o esforço para a constituição de atrativos turísticos, com a utilização da denominação “cidade paraíso”.

**Ilustração 5: Valorização turística do espaço pela prefeitura**



Fonte: SÍTIO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - 2008

Em relação a este esforço de “turistificar” o município, a ilustração é bem emblemática, assim como o logotipo criado pela prefeitura, pois as “atrações” aparecem aglomeradas. A tentativa de relacionar as belezas naturais do município com a prática de esportes radicais, também, pode ser observada na ilustração devido ao destaque dado ao paraquedista na parte superior da ilustração.

Entretanto, como a atividade turística, de segunda residência e a pluriatividade não apresentam grande destaque no município, por diversas vezes, estaremos diante da forma mais tradicional de territorialidade que, mesmo não sendo a única, merece ser destacada. Um trabalhador dono de seus próprios meios de produção está territorializado, seguro, tendo uma forma de sustento garantida por meios legais. Mais a frente, analisando a situação atual da agricultura familiar, poderemos ter noção desta “segurança” aqui afirmada, mas à princípio, devemos considerá-la como uma garantia de continuidade do trabalho e da reprodução familiar.

Mesmo que a maioria dos entrevistados sejam donos das propriedades em que trabalham (60%), em grande parte dos casos, a propriedade onde a produção agrícola é desenvolvida não pertence à família. Considerando apenas as famílias que não possuem as

terras em que trabalham, 83% desenvolvem a parceria (meia) e 17% dos entrevistados arrendam a terra. Como poderemos avaliar a questão da territorialização neste sentido? Como vimos, apesar de ser a forma mais tradicional de territorialização, a posse da terra não pode ser considerada a única forma, muito menos nos dias atuais. Podemos considerar que, um trabalhador que desenvolve seu trabalho na propriedade alheia se territorializa pelo período de duração do contrato de arrendamento ou parceria. Porém, com o fim deste contrato, o produtor agrícola deve procurar outra terra para se territorializar. Seria como uma territorialização temporária, móvel, de acordo com a necessidade de rotatividade dos locais de trabalho.

Esta territorialização corresponde aos tradicionais territórios-zona, não compreendendo apenas a área da propriedade, mas também seu entorno. A falta de oportunidades de trabalho e a conseqüente ociosidade deste trabalhador deve ser encarada com mais afinco nesta dinâmica. Não seria o caso do trabalhador estar desterritorializado? Consideramos que não, pois seria uma análise apenas setorial, monoescalar, já que o produtor rural estaria desterritorializado apenas na sua condição de trabalhador rural, mas não como morador e conhecedor das atividades do campo, nem haveria a automática destruição de sua ruralidade/identidade.

Todavia, o que acontece quando este mesmo trabalhador não consegue territorializar-se como produtor rural e tem que procurar uma outra atividade em seu lócus? Como já destacado, esta situação não determina o fim da ruralidade do produtor, ele continua inserido em um processo identitário com o campo. O fato deste morador da área rural ser obrigado a se deslocar por falta de oportunidade de subsistência no campo ou mesmo por uma escolha pessoal de tentar a sorte em outro ambiente, no caso o urbano, este sim, pode ser considerado um processo de desterritorialização. Contudo, concordamos com Haesbaert (2004) quando afirma que o processo de desterritorialização é muito mais mito do que realidade, pois a desterritorialização, na maioria das vezes, está relacionada com o processo de reterritorialização e podemos utilizar o termo desreterritorialização para defini-la com maior precisão já que os elementos devem ser vistos em conjunto, mesmo que seja preciso trabalharmos com mais escalas para enxergarmos o processo. A questão da desterritorialização neste caso seria apenas uma questão de escala.

Mesmo não considerando que este indivíduo esteja desterritorializado, nem deixando sua ruralidade para trás, não podemos negar que existe uma mescla cultural quando uma

pessoa sai do campo em direção à cidade em busca de trabalho. Este seria um ótimo exemplo de espaço híbrido, mesclado de culturas. Esse processo de deslocamento, por opção ou necessidade apresenta a possibilidade de alteração na identidade do indivíduo. Assim como o processo inverso, deslocamento da cidade para o campo, também é capaz de transformar a identidade urbana. Desta forma, o espaço híbrido também se encontra no campo. Porém, devemos deixar claro que não consideramos o deslocamento provisório ou permanente de algumas áreas em direção a outras como única forma de hibridização do espaço, constituindo-se apenas um bom exemplo do processo. A identidade sofre alterações em contato com culturas ditas diferentes, formando uma cultura híbrida.

Além da necessidade de deslocamento em busca de formas de sobrevivência não encontradas no campo, outra variação da atividade agropecuária merece ser destacada. O que considerar quando um trabalhador, mesmo possuindo terras, trabalha em sistemas de parceria e arrendamento em outras? Este trabalhador possui uma propriedade que, de certa forma, pode lhe conferir estabilidade e segurança, entretanto, não é suficiente para garantir a sobrevivência, principalmente, devido ao reduzido tamanho declarado. Desta forma, o trabalhador tem que expandir sua territorialização em busca de mais áreas para garantir seu sustento, mesmo que deixe, como em alguns casos, suas terras ociosas. Esta estratégia também deve ser relacionada com a tentativa de diminuição ou divisão dos riscos da produção, pois, freqüentemente, o proprietário das terras divide os custos dos insumos com o parceiro ou meeiro.

Desta maneira, conferimos importância à definição da área trabalhada, pois, na maioria dos casos, os habitantes das zonas rurais costumam deslocar-se para áreas urbanas com objetivos definidos, retornando a sua residência depois de cumprida a “missão” estabelecida, como ir ao banco, fazer compras, ir ao médico ou desfrutar de uma atividade de lazer. Mesmo se deslocando, periodicamente, para centros urbanos para realização de “missões”, a necessidade do retorno e as “vantagens” apontadas pelos trabalhadores conferem um sentimento de pertencimento ao campo, forte identidade com sua área cotidiana, forte enraizamento, territorialidade.

Em trabalho anterior, realizamos discussão referente às interações espaciais no município. Nesta análise, qualificamos os fluxos realizados pelos moradores entrevistados com objetivo de identificar algumas das interações espaciais existentes no município. Concluímos que os moradores se deslocam com grande freqüência para o distrito Centro, porém, devido à

baixa capacidade de atração deste distrito, municípios como Nova Friburgo e Teresópolis são fundamentais na formação de redes externas à área municipal em busca de bens e serviços inexistentes no município de Sumidouro ou com melhores condições. O quadro 3 exemplifica a importância do distrito Centro para a população.

**QUADRO 3 :PERCENTUAL DE FLUXOS DE PESSOAS EM DIREÇÃO AO CENTRO<sup>25</sup>**

|                                      | Centro-rural | Campinas | D. Mariana | Soledade | Total | Total sem o Centro Rural <sup>26</sup> |
|--------------------------------------|--------------|----------|------------|----------|-------|--|
| <b>Costuma dirigir-se ao centro.</b> | 96%          | 64%      | 68%        | 80%      | 76%   | 70%                                    |

CÔRTEZ (2005)

Apesar de representar um destino importante para a população em busca de serviços e produtos básicos, o município de Nova Friburgo apresenta maior importância ainda que esta localidade como destino da população sumidourense, conforme Quadro 4.

**QUADRO 4: FLUXOS DE PESSOAS EXTERNAS AO MUNICÍPIO**

|                      | CENTRO | CENTRO -RURAL | CAMPINAS | D. MARIANA | SOLEDADE | TOTAL |
|----------------------|--------|---------------|----------|------------|----------|-------|
| <b>N. FRIBURGO</b>   | 96%    | 54%           | 96%      | 100%       | 34%      | 77%   |
| <b>TERESÓPOLIS</b>   | 5%     | 60%           | 4%       | 6%         | 100%     | 33%   |
| <b>CARMO</b>         | 58%    | 34%           | -        | -          | -        | 17%   |
| <b>A. PARAÍBA</b>    | 38%    | 27%           | -        | 17%        | 5%       | 16%   |
| <b>R. DE JANEIRO</b> | 19%    | 7%            | 16%      | 23%        | 5%       | 14%   |
| <b>NITERÓI</b>       | 10%    | 14%           | -        | -          | -        | 4%    |
| <b>PETRÓPOLIS</b>    | 10%    | -             | -        | -          | -        | 2%    |
| <b>SÃO PAULO</b>     | 5%     | 7%            | -        | -          | -        | 2%    |
| <b>DUAS BARRAS</b>   | -      | 7%            | 4%       | -          | -        | 2%    |
| <b>BÚZIOS</b>        | -      | 7%            | -        | -          | -        | 1%    |
| <b>CORDEIRO</b>      | -      | -             | -        | 6%         | -        | 1%    |
| <b>CANTAGALO</b>     | -      | -             | -        | 6%         | -        | 1%    |

CÔRTEZ (2005)

<sup>25</sup> As informações que compõem os quadros de fluxos apresentados nesta seção são oriundas de trabalho anterior (CÔRTEZ, 2005) e são fruto de aplicação de questionários em campo.

<sup>26</sup> A colocação dos dois percentuais: "Total" e "Total sem o Centro Rural" foi feita para enfatizar que, mesmo apresentando características rurais, o Centro Rural pertence ao Distrito Centro, podendo, se necessário, ser tratado como a totalidade do Distrito.

Em relação à venda da produção agrícola, a importância destes municípios (Rio de Janeiro, Teresópolis e Nova Friburgo) é ainda maior devido à maior dinamização econômica neles presente, conforme exemplificado no quadro 5.

**QUADRO 5: DESTINO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA DE SUMIDOURO (FLUXOS DE MERCADORIAS)**

|                       | <b>Centro-cidade</b> | <b>Centro-rural</b> | <b>Campinas</b> | <b>D. Mariana</b> | <b>Soledade</b> | <b>Total</b> |
|-----------------------|----------------------|---------------------|-----------------|-------------------|-----------------|--------------|
| <b>Rio de Janeiro</b> | -                    | 44%                 | 69%             | 44%               | 29%             | 41%          |
| <b>Nova Friburgo</b>  | -                    | 11%                 | 44%             | 17%               | -               | 15%          |
| <b>Teresópolis</b>    | 17%                  | 50%                 | 13%             | 50%               | 33%             | 36%          |
| <b>Niterói</b>        | -                    | 17%                 | -               | -                 | -               | 4%           |
| <b>São Paulo</b>      | -                    | 6%                  | -               | -                 | -               | 1%           |
| <b>Duas Barras</b>    | 17%                  | -                   | -               | -                 | -               | 1%           |
| <b>No local</b>       | 66%                  | -                   | -               | -                 | 48%             | 22%          |

CÓRTEZ (2005)

Desta forma, há destaque para os deslocamentos feitos em direção ao distrito Centro do município, porém, há destaque ainda maior, dependendo dos motivos para os deslocamentos, para municípios como Nova Friburgo, Teresópolis e Rio de Janeiro. Assim, podemos considerar que os dois tipos de territórios estão presentes na ação dos agricultores familiares, tanto os tradicionais territórios-zona, quanto os territórios-rede, embora a importância e intensidade mais elevada seja dos mais tradicionais, não podemos ignorar a formação de redes. Neste sentido, a discussão sobre a capacidade de multiterritorialidade dos agricultores familiares do município faz-se necessária.

Os agricultores familiares não apresentam grande capacidade de inserção no mundo globalizado. Por isso, sua territorialidade se restringe, muitas vezes, a áreas próximas aos locais de convivência e áreas que porventura costumam frequentar. Apesar de não ter sido questionado nas entrevistas, é fato que estes pequenos produtores não costumam deslocar-se para áreas muito distantes. Quando muito, podem expandir sua capacidade de territorialização para uma região litorânea, exceção feita aos mais abastados que não representam percentual significativo no total. Dificilmente, um destes pequenos produtores familiares expandiria sua territorialidade para outros países. Como o acesso a meios de comunicação ainda é bastante

restrito, tanto devido à falta de infra-estrutura das áreas rurais do município, quanto devido à falta de poder financeiro para atingir um status globalizado, podemos afirmar que os pequenos produtores familiares estão mais próximos de apresentarem características que nos levem a considerá-los monoterritoriais do que multiterritoriais, pois percebe-se uma gama bastante reduzida de territorialidades.

Devemos explicar que apenas o deslocamento para locais mais distantes não representa um processo de multiterritorialidade. Para considerarmos uma pessoa ou grupo multiterritorial, estes devem ter um campo de atuação que sobreponha variadas escalas e atue em territórios simultâneos, mesmo que estas pessoas não necessitem do deslocamento físico para cumprir este papel, pois o deslocamento virtual pode ser considerado como forma complementar de atingir um padrão multiterritorial. Ainda hoje, poucas pessoas poderiam ser consideradas multiterritoriais. No Brasil, por exemplo, algumas pessoas desenvolvem estas características multiterritoriais, mas não são a maioria da população.

Discutimos então a capacidade de territorialização dos habitantes do meio rural de Sumidouro, mas não consideramos, de acordo com o que defende Raffestin (1993), o poder predominante na área rural do município. Conforme já apresentado, para o autor, existem três tipos de poder: o poder coercitivo, o remunerador e o normativo.

Como já analisado, consideramos bastante didática a divisão de poderes formadores de territórios. Entretanto, a realidade não deve ser simplificada a este modo, pois um poder, muitas vezes, não apresenta apenas uma face. O poder predominante no campo sumidourense deve ser considerado o poder remunerador. Contudo, devido à falta de opções e à necessidade de atividades geradoras de recursos mínimos para a sobrevivência, o trabalhador se vê obrigado a continuar com a atividade, mesmo que esta não esteja satisfazendo plenamente sua relação entre o trabalho desempenhado e a remuneração recebida. Todavia, esta nos parece uma questão simples do capitalismo e presente na maioria das atividades. De acordo com as declarações colhidas em campo, grande parte dos trabalhadores e suas famílias declararam estar satisfeitos e realizados desenvolvendo atividades voltadas para agropecuária. Apesar disso, não deixaram de apontar problemas como a incerteza da viabilidade de sua produção, altos preços de insumos entre outros. Entretanto, parcela também expressiva (compreendendo 59% dos entrevistados) declarou que continua na atividade não por estar satisfeito ou gostar do ofício, mas por não ter outra oportunidade, pois não se sentem preparados ou aptos para

realizarem outra atividade. Que agentes de poder atuam nestes casos? Se analisarmos esses agentes remuneradores, podemos chegar a conclusões bastante interessantes em relação aos poderes que atuam sobre os produtores familiares do município de Sumidouro e, quem sabe, no campo brasileiro.

Se o trabalhador familiar precisa de empréstimos para realizar sua produção, sua autonomia reduz-se consideravelmente. Essa autonomia pode ser contestada devido à obrigatoriedade de produzir o que apresenta maior valor de mercado. Desta forma, o produtor está diante de duas forças “poderosas”: as instituições financeiras e a submissão ao mercado.

Assim, as instituições financeiras e o mercado não são as únicas forças/poderes que atuam sobre este trabalhador, à medida que este, se for o proprietário da terra onde trabalha, pode tê-la dado como garantia para honrar o empréstimo. Isso pode acarretar a perda da posse da terra. Não é demais lembrar que, se o trabalhador familiar tiver a posse da terra, ele não pode ser considerado, um simples proletário, tampouco pode ser considerado um capitalista, pelo menos, na maioria das vezes. Mesmo o trabalhador que não possui a terra, pois trabalha em sistema de parceria ou arrendamento da terra alheia, também não se enquadra nestas tipologias devido à natureza não capitalista de sua ligação com o efetivo dono da terra. Muitas vezes, é o dono da terra o responsável pelo possível empréstimo, ou é o fiador. Apenas o trabalhador que recebe por mês pode ser considerado um assalariado, o que não representa qualquer vantagem, pois as condições de trabalho e a incerteza na manutenção das atividades também são bastante variáveis.

Analisando estas situações, queremos chegar a um ponto adiante. Se o trabalhador está envolvido num jogo de poder que ameaça a continuidade de sua atividade, quando vê ameaçada a posse da terra dada como garantia de pagamento das dívidas contraídas, sem a certeza da remuneração suficiente; vê-se obrigado a continuar com a atividade, mesmo insatisfeito com ela e é impelido a continuar pela falta de opções no campo; e não possui qualquer garantia de que o resultado de tudo isso será suficiente para garantir um mínimo de previsibilidade de renda. Este poder deve ser considerado muito mais que remunerador, pois pressiona o trabalhador a trabalhar mais e mais para honrar compromissos assumidos sem a certeza de condições para resolvê-los e ainda é pressionado, pois se tudo der “errado”, terá que abandonar a atividade e não terá outra opção, restando apenas a única forma de



desterritorialização efetiva defendida por Haesbaert (2004), caracterizada pela completa miséria, falta de segurança e dignidade.

Se o poder que atua sobre este trabalhador põe em dúvida sua condição de trabalhador no futuro e, ainda, é capaz de restringir a liberdade de escolha sobre o que produzir (o banco pode estipular o produto liberar o financiamento e fiscalizar a aplicação das verbas), quanto e para quem, e, tira também a liberdade de deslocamento devido à necessidade de permanência diária na propriedade, entre outros fatores, este poder ultrapassa a condição de remunerador e chega à condição de coerção, um poder remunerador/coercitivo.

A identificação com a terra, que gera uma estreita ligação deste trabalhador com a atividade que realiza é inegável de acordo com o que foi observado em campo. Entretanto, a falta de opções, geradora da obrigatoriedade da continuação da atividade, mesmo sem compensações suficientes, também, foi bastante descrita pelos produtores. Desta forma, um complexo jogo de poderes que não pode ser classificado com facilidade envolve a família que se dedica a atividades agropecuárias, ainda mais quando estas são a única forma de sustento da família, como acontece na maioria dos casos (77%) no município de Sumidouro.

A fragilidade destas famílias tende a aumentar, dessa forma, se analisarmos o nível de instrução dos seus componentes, fato que piora ainda mais a relação destes trabalhadores com o poder remunerador/coercitivo descrito acima. Na maioria das vezes, o grau de instrução deste trabalhador não lhes garante a possibilidade de tomada das melhores decisões possíveis, pois o ideário capitalista sustenta que este pequeno produtor seja também um pequeno empreendedor do campo, visando diminuir a desigualdade dos poderes que incidem sobre ele.

Se este trabalhador possui apenas o “saber fazer” como garantia de continuidade da produção, sua capacidade administrativa pode se tornar bastante questionável, comprometendo as atividades futuras. Neste sentido, a melhoria do nível de instrução e uma educação voltada especificamente para garantir melhor manejo de recursos, visando potencializar os rendimentos é fundamental. Podemos argumentar que estes trabalhadores sobreviveram até o presente sem um nível de instrução adequado ou especializado, entretanto, quanto melhor poderia ser sua qualidade de vida se os rendimentos fossem potencializados e os problemas fossem mais facilmente exterminados?

O nível de liberdade poderia alcançar patamares bem mais elevados se os rendimentos e o nível de instrução fossem ampliados. Não restam dúvidas de que o acesso a

uma educação adequada à realidade e de qualidade é um dos instrumentos analisados por Sen (2000) como uma liberdade que pode alavancar muitas outras, aumentando os rendimentos, também fundamental liberdade num mundo capitalista.

Consideramos, assim, que o aumento do nível de instrução dos produtores familiares é importante para ampliar sua capacidade de tomada de decisões e ampliar seus horizontes em todos os sentidos. A auto-estima destas pessoas seria melhorada, pois não se sentiriam tão inferiorizados e tão ignorantes para tomar decisões de maneira mais segura. Entretanto, o baixo nível de instrução não é o único problema a ser apontado. Como já vimos, a dependência do poder do mercado e a submissão produtiva são elementos que atuam diretamente na segurança e na liberdade destes produtores.

### **3.2.2- Análise das condições produtivas no município de Sumidouro/RJ.**

Em campo pudemos perceber que, algumas atividades diferenciam os produtores, tanto em relação à renda, quanto em relação à capacidade de tomada de decisões. Muitas vezes, as diferenças de escolaridade não são muito grandes se compararmos com os demais produtores, mas a experiência num ramo diferenciado, a disponibilidade de capital para investir e a aceitação/conhecimento do risco existente destas atividades podem ser alguns dos fatores determinantes para garantir diferenciação de renda e liberdade. Isto evidencia ainda mais a diversidade de casos a serem analisados no campo.

A diversidade em relação aos produtos produzidos no município já foi destacada diversas vezes em trabalhos anteriores. Cada distrito de Sumidouro apresenta grande variação produtiva. Algumas vezes, os produtos principais se mantêm, mas os secundários variam muito. Em outros casos, os próprios produtos principais mais cultivados apresentam variação.

Diversos fatores interferem para gerar essa grande variação produtiva no campo sumidourense. Entre eles devemos destacar o fator natural e a tradição dos cultivos como elementos fundamentais para diferenciar a área rural no tocante à grande variedade produtiva observada. Além destes dois fatores principais apontados pelos entrevistados, outros devem ser destacados, como o financeiro. Os produtos considerados pelos produtores como mais rentáveis (melhores preços e menor custo), mais facilmente comercializados e de fácil trato são apontados também com destaque na hora de escolher o cultivo.

Mesmo que os produtores não sejam capazes de precisar seus ganhos, trabalhando com elevada margem de variação, a experiência adquirida pelos anos de trabalho ou seguindo os passos dos trabalhadores mais velhos guia-os para continuar produzindo determinados produtos. Entretanto, em alguns casos, o patrão (dono da terra) também exerce forte poder decisório, definindo ele mesmo a cultura a ser plantada. De todo jeito, o elemento natural merece destaque especial nesta questão sem que entremos numa discussão determinista. Conforme defende Haebaert (2004), precisamos estreitar a análise das relações sociais com a natureza, uma relação sociedade/natureza. Esta tarefa nos parece pertinente se o assunto abordado é a agricultura familiar. Sabemos que diversos avanços tecnológicos como sementes modificadas, desenvolvimento de espécies híbridas adaptadas a agrotóxicos e a climas diferentes do natural são encontradas em nossos campos. Entretanto, em nenhum momento, o fator natural pode ser negligenciado, nem mesmo nas pesquisas de órgãos como a Embrapa.

Diferentemente de outros trabalhos desenvolvidos no município de Sumidouro, desta vez não nos ativemos apenas aos distritos sede para realizar nossas pesquisas de campo. Diversas localidades foram visitadas com intuito de investigar o funcionamento da agricultura familiar no município, porém, como a abordagem proposta é territorial, decidimos apontar o nome dos lugarejos sem que estes sejam relacionados diretamente com o distrito sede. O quadro a seguir apresenta as localidades visitadas, o número de entrevistas aplicadas em cada uma delas e os produtos cultivados, como forma de comprovar a estreita relação entre os elementos naturais e tradicionais nos cultivos. Propomos uma análise mais aprofundada deste quadro, tentando separar as localidades de acordo com o que é produzido, para isso basta ter em mente que alguns dos principais cultivos são alface, caqui, tomate e pepino.

Os números ao lado dos produtos representam quantas vezes o produto foi citado como produzido na localidade durante as entrevistas realizadas, ou seja, tomando a alface em Soledade I como exemplo, dos quatro produtores entrevistados, dois afirmaram cultivar a folhagem.

#### **QUADRO 6: LOCALIDADES PRODUTORAS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.**

| Localidades | nºentrevistas | Produtos cultivados pelos produtores entrevistados.   |
|-------------|---------------|---|
| Soledade I  | 4             | alface (2), brócolis (2), couve (1), jiló (1), coentro (1), chicória (1), beterraba (1) e agrião (1). |
| Soledade II | 3             | alface (2), repolho (2), brócolis (2), couve-flor (1), abobrinha                                      |

|                |   |   |
|----------------|---|---|
|                |   | (1), beterraba (1), salsa (1), feijão (1), coentro (1), couve (1), agrião (1) e alface hidropônico (1).   |
| Lambari        | 1 | Tomate, pepino, berinjela, jiló e pimentão.   |
| Campo Leal     | 1 | Tomate, couve-flor, pepino e cenoura.   |
| Lagoa          | 1 | Tomate, pepino, pimentão, couve e salsa.  |
| Benfica        | 1 | Alface, chicória e brócolis.  |
| Arrozal        | 2 | Jiló (2), pimentão (2), couve (1), abobrinha (1), pepino (1), brócolis (1), alface (1) e tomate (1).  |
| Campinas       | 1 | Feijão, nabo e milho.   |
| São Bento      | 3 | Pimentão (2), tomate (1), couve (1), repolho (1), feijão (1), vagem (1), milho (1), abobrinha (1) e beterraba (1).  |
| Santo André    | 2 | salsa (2), tomate (1), aipo (1), brócolis (1) e couve (1).  |
| Mariana        | 5 | Caqui (3), ervilha (3), abobrinha (3), tomate (2), feijão (2), inhame (1), alho (1), cebola (1), repolho (1), pepino (1), brócolis (1), flores (1), jiló (1). |
| Grota Funda    | 1 | Brócolis, repolho e abobrinha.  |
| Córrego Bonito | 2 | Caqui (2), tomate (2), pimentão (2), abobrinha (2), jiló (1), feijão (1), couve-flor (1), pepino (1).   |
| Murineli       | 1 | Chuchu, tomate, abobrinha, pepino, repolho.   |
| Lajeado        | 2 | Vaca de cria e vaca de leite.   |

CÔRTEZ (2008)

Analisando o quadro, podemos aparentar entrar num processo de regionalização baseado em critérios naturais, mas este não é nosso objetivo. Apesar da pertinência, também não é nosso objetivo apontar territorialidades de cultivos no espaço rural de Sumidouro. Devemos destacar que a divisão distrital (regional) do município é bastante complicada, pois a própria prefeitura não possui mapa de delimitação dos distritos.

Algumas das localidades são facilmente relacionadas com o distrito pertinente, mas outras, principalmente as mais próximas do distrito Centro são mais complicadas de apontarmos a que distrito pertence. Se levarmos em consideração os cultivos principais, podemos relacionar as localidades com seus distritos sede. Por exemplo, a alface é característica de áreas mais frias, assim como a couve-flor, o repolho, o brócolis e outras folhagens. Conforme podemos observar na ilustração 06, alface e couve-flor são plantadas lado a lado no distrito de Soledade. Desta forma, as áreas que apresentam estes cultivos coincidem com o distrito de Soledade, onde as folhagens se destacam. Assim, além de Soledade I e II, podemos incluir neste distrito as localidades de Benfica e Arrozal. No distrito de Soledade, o tomate, principal produto do município, não apresenta grande destaque, fato que pode ser relacionado ao clima (mais propício a folhagens) e à tradição local.

**Ilustração 6: Alface e couve-flor plantadas lado a lado em Soledade**



CÔRTEZ 2008

Porém, devemos ter cuidado nesta análise, pois alguns cultivos, como o tomate, são distribuídos por grande parte das áreas rurais do município, dificultando, desta forma, uma separação. Entretanto, se considerarmos que o cultivo de caqui é característico das áreas de limite com o município de Nova Friburgo e se destacam no distrito de Dona Mariana, este recurso analítico pode ser usado novamente, desde que tenhamos conhecimento prévio das condições locais. Acreditamos que o cultivo de caqui na área apontada responde a questões tradicionais, pois a fruta poderia ser cultivada sem maiores dificuldades em áreas mais quentes ou mais frias. De acordo com a presença de plantações de caqui, podemos incluir Córrego Bonito como pertencente ao distrito de Dona Mariana.

O distrito de Campinas é o que apresenta uma padronização produtiva mais complexa, pois não há um cultivo diferenciado de destaque. Apesar disso, o tomate está presente de maneira muito importante e, com exceção do próprio distrito sede, aparece em todas as demais entrevistas. As localidades de Santo André e São Bento pertencem ao distrito sede Campinas.

Em relação ao distrito Centro, o cultivo de tomate (ilustração 07) e de pepino merecem ser destacados em sua área rural, aparecendo em praticamente todas as entrevistas, apesar de não ser o único distrito em que esses cultivos aparecem. Como este distrito faz limite com todos os demais e localiza-se nas áreas mais baixas e quentes do município, conforme a altitude aumenta, influenciando no clima, as culturas apresentam razoável variação, como por exemplo, a presença de salsa na localidade Lagoa, no caminho para Soledade, vindo do Centro, o cultivo de chuchu em Murineli, a única onde o cultivo foi citado, e o plantio de Brócolis em Grota Funda (ilustração 08). As demais localidades onde realizamos entrevistas pertencem ao distrito Centro: Lajeado, Campo Leal e Lambari.

**Ilustração 7: Cultivo de tomate no distrito Centro (localidade Grota Funda)**



CÔRTEZ 2008

**Ilustração 8: Cultivo de brócolis na localidade Grota Funda (Centro), aumento da altitude favorece variação de culturas.**



CÔRTEZ 2008

Durante a aplicação dos questionários, procuramos destacar as atividades agrícolas, devido ao fato de representarem a maioria deste tipo de produção em relação à pecuária, porém, o distrito Centro apresenta grande destaque de área ocupada por pastagens, principalmente, nas áreas mais próximas ao centro urbano. A localidade de Lajeado foi escolhida como representante da atividade no município. Usamos o termo “escolhida”, pois o senso do pesquisador deve ser levado em consideração nestes casos. Não podemos afirmar que esta seja a área de maior ocorrência da atividade, estando presente em diversas outras localidades próximas ao centro de Sumidouro (locais mais quentes devido à baixa altitude), porém, como o distrito Centro é o que apresenta maior destaque para esta produção e esta não poderia ser deixada de lado, fomos a Lajeado, exclusivamente, para procurar produtores envolvidos com a pecuária.

Podemos caracterizar a atividade pecuária no município como extensiva e relativamente pouco produtiva, pois utiliza grande extensão de terras e não apresenta destaque significativo, tanto em produção, como em ocupação de trabalhadores. Embora a ilustração 09

não seja das duas fazendas onde realizamos as entrevistas, ilustra bem a situação da pecuária no município, com gado criado solto no pasto e sem maiores cuidados.

**Ilustração 9: Gado mestiço criado solto, exemplo de baixa produtividade e grande ocupação do solo**



CÔRTEZ 2008

A dinâmica onde se assenta a pecuária é bastante diferenciada se compararmos com os cultivos pelo município. Podemos considerar que esta produção necessita de mais área, mais investimentos iniciais e conta com pessoas que não estão envolvidas apenas com as atividades agropecuárias. As duas mulheres entrevistadas declararam que trabalham na atividade, porém, uma reside em Nova Friburgo e o marido é militar aposentado, a outra é formada em sociologia, foi criada na cidade e, após a morte do marido, voltou à fazenda para tocar os negócios da família, esta segunda ainda trabalha como fiscal de renda, sendo pluriativa.

A pluriatividade no município já é bastante reduzida, se não considerarmos estes exemplos, que não correspondem com a realidade observada nas demais localidades, ela seria reduzida ainda mais, porém, o trabalho não visa julgar ou criar uma imagem do campo sumidourense. Por isso, a manutenção destas informações nas análises referentes ao campo só a enriquecem e comprovam que o meio rural também é um campo de diferenças.



Com objetivo de facilitar a análise das localidades levando em consideração a produção de cada uma delas, apresentamos as informações com objetivo de destacar o produto e não a localidade na primeira coluna. Desta forma, na segunda coluna, listamos as localidades que as produzem, de acordo com as entrevistas colhidas em campo. Os números entre parênteses, no lado direito dos produtos, representam quantas vezes estes produtos foram citados em campo pelos entrevistados como cultivados em suas terras.

**QUADRO 7: PRODUTOS POR LOCALIDADE**

|                      |  |
|----------------------|--|
| Alface (6)           | Soledade I, Soledade II, Benfica e Arrozal.  |
| Brócolis (10)        | Soledade I, Soledade II, Benfica, Arrozal, São Bento, Santo André e Grota Funda.                 |
| Couve (6)            | Soledade I, Soledade II, Lagoa, Arrozal, São Bento e Santo André.                                |
| jiló (6)             | Soledade I, Lambari, Arrozal, Mariana e Córrego Bonito.  |
| coentro (2)          | Soledade I e Soledade II.  |
| Chicória (2)         | Soledade I e Benfica.  |
| Beterraba (3)        | Soledade I, Soledade II e São Bento.   |
| Agrião (2)           | Soledade I e Soledade II.  |
| repolho (6)          | Soledade II, São Bento, Mariana, Grota Funda e Murineli  |
| Couve-flor (3)       | Soledade II, Campo Leal e Córrego Bonito.  |
| Abobrinha (10)       | Soledade II, Arrozal, São Bento, Mariana, Grota Funda, Córrego Bonito e Murineli.                |
| Salsa (4)            | Soledade II, Lagoa e Santo André.  |
| Feijão (diverso) (6) | Soledade II, Campinas, São Bento, Mariana e Córrego Bonito.                                      |
| Alface hidropônico   | Soledade II.   |
| tomate (11)          | Lambari, Campo Leal, Lagoa, Arrozal, São Bento, Santo André, Mariana, Córrego Bonito e Murineli. |
| pepino (7)           | Lambari, Campo Leal, Lagoa, Arrozal, Mariana, Córrego Bonito e Murineli.                         |
| Berinjela (1)        | Lambari.   |
| Pimentão (8)         | Lambari, Lagoa, Arrozal, São Bento e Córrego Bonito.   |
| cenoura (1)          | Campo Leal.  |
| Nabo (1)             | Campinas.  |
| Milho (2)            | Campinas e São Bento.  |
| vagem (1)            | São Bento.   |
| Aipo (1)             | Santo André.   |
| inhame (1)           | Mariana.   |
| ervilha (3)          | Mariana.   |
| Alho (1)             | Mariana.   |
| cebola (1)           | Mariana.   |
| Caqui (5)            | Mariana e Córrego Bonito.  |

|                             |           |
|-----------------------------|-----------|
| Flores (1)                  | Mariana.  |
| chuchu (1)                  | Murineli. |
| Pecuária – leite e cria (2) | Lajeado   |

CÔRTEZ (2008)

Este quadro reflete de maneira bastante ilustrativa a diversidade produtiva do município, possibilitando o destaque das áreas produtoras. Alguns produtos tem seu cultivo restrito a determinadas áreas do município, apresentando, em alguns casos, grande destaque e concentração, como os exemplos da alface e do agrião (ilustração 10) em Soledade.

**Ilustração 10: Cultivo de agrião em Soledade**



CÔRTEZ 2008

Em outros casos, a pontualidade das culturas no território reflete características específicas não apenas naturais ou tradicionais. Elementos diferenciadores podem ser apontados neste sentido, agregando valor à produção e diferenciação em relação aos demais produtos cultivados, como no caso do cultivo hidropônico em Soledade e as flores de Dona Mariana. Estas produções diferenciadas merecem ser destacadas no contexto municipal, pois apresentam diversas particularidades em relação aos demais cultivos.

Neste caso, além da diversidade de produtos, o município apresenta algumas produções que necessitam de maiores investimentos, qualificação e, conseqüentemente, maior

retorno. Os trabalhadores envolvidos nestas produções, em geral, não desempenham apenas o trato comum e atividades rudimentares de administração. De modo geral, os proprietários são capazes de realizar procedimentos administrativos mais complexos e são acostumados a lidar com montantes financeiros maiores. Nos dois casos, as preocupações destes proprietários não foram as mesmas dos pequenos produtores tradicionais, assim como as soluções encontradas para seus próprios problemas foram bastante diferentes, devido à maior capacidade financeira, mesmo que o nível de instrução não sofra grande variação.

### 3.2.2.1- O exemplo da produção de flores (ILUSTRAÇÃO 11).



CÔRTEZ 2008

Na entrevista que realizamos, o produtor de flores declarou que o principal problema enfrentado por seu empreendimento seria a falta de mão-de-obra e os elevados custos da disponível, e a maioria dos trabalhadores familiares não contratam mão-de-obra externa em suas propriedades, ou o fazem apenas em períodos específicos, como na colheita. Não que outros produtores não tenham abordado este fator, mas o fato é que a mão-de-obra se torna

fundamental para o empreendimento, já que apenas os dois idosos, proprietários, compõem a família.

Para o produtor, esse problema é agravado devido ao grande deslocamento de população das áreas rurais de Sumidouro para cidades maiores em busca de outras alternativas de sobrevivência. Como a mão-de-obra busca serviços urbanos, faltam pessoas para desempenhar a lida com as flores. Entretanto, não podemos afirmar que esteja certo ou errado, pois não quantificamos os fluxos do campo para a cidade. Gostaríamos de destacar que, enquanto a maioria dos trabalhadores familiares apontou, em ordem de importância, 1) os baixos preços conseguidos com a produção, 2) os elevados custos dos insumos, 3) a precariedade das estradas, 4) a falta de transporte próprio e 5) o árduo trabalho no campo como principais problemas. A falta de mão-de-obra disponível, ou disposta a trabalhar na propriedade foi a principal reclamação deste produtor.

Outro elemento exposto pode ser considerado bastante relevante para a confirmação de alguns pontos. Segundo o entrevistado, o clima foi um fator determinante para o cultivo de flores na área onde se localiza sua propriedade. Afirmou, também, que a produção de flores já foi bem maior no passado, sendo abandonada aos poucos. Entretanto, quando indagamos sobre os motivos do plantio, o produtor destacou o fator cultural/tradicional. Segundo ele, uma antiga colonização japonesa na área teria sido responsável pela introdução do cultivo de flores. Entretanto, a maioria deixou o local há algumas décadas. Este fato é bastante relevante, pois o maior produtor de caqui do distrito de Dona Mariana é descendente de japoneses, sendo possível que o cultivo de caqui na área também tenha essa origem.

Para este produtor, é cada vez mais difícil continuar com o cultivo de flores e a família tem planos de acabar com a produção em curto prazo, pois os lucros com a atividade não mais compensam o trabalho dispensado, fato agravado pelo problema da falta de mão-de-obra. Entretanto, os dois senhores não pensam em abandonar o local e visam à diversificação da produção, após o abandono do cultivo (que não é a única fonte de renda, já que os dois são aposentados). Visando substituir o cultivo de flores (em destaque na ilustração 11), eles pretendem começar uma marcenaria, aproveitando os eucaliptos plantados na propriedade para este fim. Desta maneira, pretendem montar uma pequena fábrica de caixas, fundamental para o transporte dos produtos agrícolas para os locais de venda. A transformação de uma produção agrícola de elevado valor para uma produção conjugada (cultivo de eucaliptos e serraria)

necessitará de mão-de-obra voltada para atividades não rurais, que continuará sendo um elemento diferenciador da propriedade.

Como é mais capitalizado, o acesso ao crédito é mais farto e rápido, por isso, o produtor pode mudar de ramo, sem necessidade de deslocar-se para outra área. Sua territorialização está garantida devido ao poder financeiro e, quem sabe, administrativo. O entrevistado afirmou ainda que utiliza crédito com objetivo de financiar não só a produção, como a maioria dos produtores, mas também a compra de maquinário, transporte próprio e realizar benfeitorias na propriedade.

### **3.2.2.2- O exemplo da hidroponia (ILUSTRAÇÃO 12).**



CÔRTEZ 2008

Outro exemplo deve ser destacado uma vez que constitui exceção no município, a hidroponia, com pouquíssima ocorrência (segundo o produtor existem mais duas produções). O produtor, dono da estufa e de mais terras, apresenta convênio com uma rede de supermercados/hortifruti que compra toda sua produção de alface hidropônica. Além disso, ele

ainda produz a “alface tradicional” e comercializa nos moldes do município, ou seja, leva para Teresópolis, Nova Friburgo ou Rio de Janeiro, para seus respectivos mercados produtores.

Não possui elevado nível de escolaridade, apenas até a 4ª série, mas apresenta uma visão empreendedora que o diferencia dos demais. Apesar de ter declarado renda baixíssima, a infra-estrutura utilizada e o nível de sua moradia revelam maiores rendimentos do que nos foi declarado<sup>27</sup>.

Sua capacidade empreendedora deve ser destacada por possuir um diferencial agregador de valor a sua produção, o que diminui a dependência das variações de preços relativos aos produtos tradicionais devido à menor oferta e maiores custos de implantação dos produtos hidropônicos. Além disso, o preço atingido pelos produtos hidropônicos não sofre grande variação, o que aumenta a segurança da produção.

Outro fato que deve ser destacado foi a possível solução apontada por este produtor para diminuir o maior problema destacado por ele para continuar com a produção, os baixos preços conseguidos pelos produtos. Para este produtor, uma política de preços mínimos seria fundamental para garantir mais segurança para a atividade que desempenha. Não devemos avaliar a pertinência da afirmação, mas a diferença em relação à maioria dos entrevistados, que apontaram a melhoria das vias de acesso e o barateamento do frete como principais itens a serem melhorados e, muitas vezes, não conseguiram apontar soluções.

Podemos afirmar que este produtor possui garantias que permitem uma efetiva territorialização, porém, se o nível de instrução fosse ampliado, acreditamos que esta capacidade poderia evoluir sensivelmente. Além disso, consideramos que seria uma boa saída garantir preços mínimos aos produtos, mas devemos alertar para o perigo destas políticas partirem de órgãos públicos, pois poderiam elevar os gastos do consumidor em curto prazo e ter influência decisiva nas taxas de inflação. Acreditamos que os preços devem apresentar um patamar mínimo em decorrência de iniciativas locais, potencializadas com o associativismo.

O associativismo é um ponto que deveria ser destacado nesta discussão. Do total de entrevistados, 80% afirmaram ter conhecimento da existência de associações, sindicatos ou cooperativas. Com algumas exceções, como no caso da pecuária, em que a produção de leite é

---

<sup>27</sup> Gostaríamos de ressaltar que é comum este tipo de comportamento, pois os entrevistadores são pessoas estranhas ao entrevistado e não é possível saber ao certo a finalidade das informações colhidas, além de outros motivos que proporcionam desconfiança e, muitas vezes, informações diferentes da realidade. Entretanto, mensurar exatamente a renda do produtor não foi um dos nossos objetivos principais na pesquisa e acreditamos que possíveis distorções são normais neste tipo de pesquisa.

voltada para a cooperativa de Sumidouro, a maioria afirmou que estas entidades pouco atuam no sentido de melhorar as condições de vida da população envolvida com atividades agrícolas. Os produtores afirmaram que o sindicato é importante para facilitar a obtenção da aposentadoria, não tendo outra função. A inoperância destas entidades desmotiva a associação dos produtores. Alguns afirmaram que chegaram a fazer parte das reuniões e abandonaram quando viram que a associação não refletiria em melhoria nas condições de trabalho, outros apontaram as desigualdades existentes entre os beneficiários dos equipamentos da associação. Um dos produtores afirmou que, enquanto ele esperava para arar sua propriedade com o trator comunitário, a máquina “arava pasto”.

O fato é que a maioria quase absoluta dos produtores entrevistados declarou não acreditar no associativismo como forma de angariar benefícios para seu empreendimento e preferiam não se envolver em “questões políticas”. Esse fato é muito importante de ser abordado, pois a associação é um dos principais instrumentos de redução das pressões sofridas pelo poder do mercado. Uma associação efetiva pode gerar aumento da produtividade, melhoria dos produtos e tomada de decisões em conjunto, possibilitando a melhoria dos preços e a melhora da relação custo/benefício da lavoura.

O trabalho em conjunto é fundamental para diminuir a dependência das oscilações do mercado, para garantir maiores possibilidades de crédito rural e baratear procedimentos como a aragem e o transporte da produção. Até mesmo para garantir o aumento do valor agregado da produção, o associativismo é fundamental.

Os dois exemplos citados, os produtores de flores e a hidroponia são ilustrativos da diferenciação de atividades rurais e entre a própria categoria agricultura familiar existente no município, traduzida em ganhos e investimentos diferenciados. Com objetivo de aprofundar as discussões sobre os entraves presentes na agricultura familiar, optamos por definir os principais problemas presentes no campo sumidourense.

### **3.3- principais problemas identificados e a territorialização de alternativas.**

Este item do trabalho não deve ser considerado elemento inédito, pois nos dedicamos a trabalhar com os principais entraves do desenvolvimento agropecuário no município no

decorrer da pesquisa. Entretanto, neste segmento sintetizamos os principais aspectos observados e apontamos alternativas.

Entre os principais problemas apontados no campo sumidourense, podemos destacar cinco tópicos. Porém, apenas um deles foi apontado pelos próprios agricultores familiares, o quinto item. Os quatro primeiros itens já foram trabalhados em seções anteriores e são apontados por nós como elementos fundamentais para diminuir a submissão do trabalhador familiar aos agentes de poder que atuam no campo. Os principais itens que devem ser destacados são:

- 1- Baixo nível de instrução e reduzido apoio técnico.
- 2- Falta de associativismo.
- 3- Grande dependência às variações de preços do mercado.
- 4- Acesso ao crédito.
- 5- Principais problemas apontados pelos produtores: preço dos insumos e dos produtos produzidos, transporte e estradas.

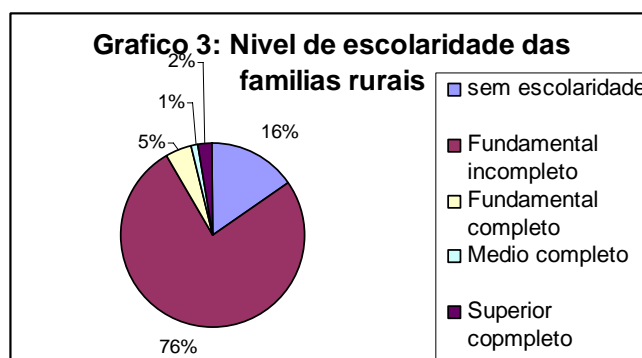
Devemos salientar que, embora os problemas estejam divididos em tópicos, estes não podem ser trabalhados isoladamente. Para que estes problemas sejam esmiuçados e possam apontar caminhos, é fundamental que sejam abordados de maneira integrada.

O primeiro problema apontado por nós, o baixo nível de escolaridade, para a continuidade da atividade agropecuária no município de Sumidouro já foi discutido neste trabalho. Entretanto, buscando inserir algo novo na discussão, associaremos este problema com outro de igual relevância, o deficiente apoio técnico recebido pelos produtores.

Como já abordado, consideramos o baixo nível de escolaridade um dos principais problemas da agricultura familiar no município de Sumidouro. O aumento deste nível, no nosso ponto de vista, seria fundamental para garantir melhor qualidade de gestão da propriedade, além de possibilitar melhor manuseio dos insumos necessários à produção e à garantia de mais alternativas de ocupação dentro e fora da propriedade rural. É importante ressaltar que, embora o nível de escolaridade seja baixíssimo no meio rural sumidourense, esta realidade vem mudando nos últimos anos. Um dos principais problemas apontados pela população, para frequentar a escola, foi a dificuldade de acesso às instituições da rede pública de ensino que ficavam distantes de casa. Nas entrevistas de campo, praticamente todos os produtores apontaram que o acesso à educação melhorou muito nos últimos anos devido à ação



da prefeitura de ceder transporte gratuito para todas as localidades do município. Isso reflete no aumento do nível de escolaridade dos filhos dos produtores e, provavelmente, se refletirá em ganhos em termos de instrução e renda para as gerações futuras. A maioria dos jovens das famílias está estudando, formando um percentual representativo da população no segmento ensino médio incompleto. Porém, os resultados de políticas de ampliação da escolaridade poderão ser sentidos apenas num futuro próximo. A seguir, está o gráfico 3 com o nível de escolaridade dos produtores e familiares entrevistados.



Côrtes (2008)

Todavia, não basta realizar um bom trabalho no que diz respeito ao aumento do nível de escolaridade se o ensino não é adequado à realidade do alunado. Evidentemente que apenas o aumento da escolaridade já representa um elevado ganho para a “zona rural” de Sumidouro, mas esse ganho poderia ser potencializado, se a realidade vivida pelos estudantes fosse parte da pauta curricular.

Onde queremos chegar com isso? Muitas vezes, ao aumentar a escolaridade dos alunos residentes em áreas rurais, há uma valorização do que a maioria da sociedade considera certo, ou seja, a continuidade do estudo até a universidade, entre outras coisas. Porém, o trabalho agrícola não é muito valorizado de maneira geral, sendo que, os estudantes de maior destaque são, freqüentemente, incentivados a seguir carreiras em que a realidade se distancia. De maneira nenhuma, isso pode ser considerado prejudicial, mas assistimos com isso, considerável perda da identidade rural destas pessoas, pois, se afastam das atividades, desenvolvidas pela família.

Isso deve ser um caminho natural para qualquer pessoa ter a liberdade de escolher a atividade que melhor lhe agrada. Entretanto, como a realidade da “zona rural” é bastante difícil, em termos financeiros, há desestímulo à continuidade das atividades. Dificilmente, estes alunos darão continuidade aos estudos, completando no máximo o ensino médio, sem que

isso seja um elemento potencializador de melhorias para a comunidade em que este jovem se insere. Há casos de continuidade dos estudos e melhoria das condições familiares, mas isto também não reflete de maneira efetiva na transformação da realidade local, constituindo uma ação restrita.

Pouco menos da metade dos entrevistados respondeu que gosta de desempenhar a atividade agrícola e que, se pudesse escolher, manteria apenas esta atividade, outros em ordem de importância apontaram que a incerteza sobre os ganhos é um fator fundamental para desmotivar a continuidade, um grupo menor acrescentou que a “lida” no campo é muito árdua, enquanto pequena parcela disse não ter outra opção, pois não tem qualificação suficiente para desempenhar outra função. Acreditamos que uma educação voltada para valorizar a cultura local, com destaque para a agricultura, seria fundamental para garantir uma melhoria significativa nas condições de vida no próprio campo, e não apenas às famílias que conseguirem bancar os estudos dos filhos. Defendemos que incentivar o estudo baseado na realidade agrícola destas pessoas seria uma forma mais eficaz de garantir a melhora das liberdades fundamentais que garantem uma boa qualidade de vida.

Isso não quer dizer que os estudantes, após a conclusão dos estudos estejam condenados, sem escolha, a desempenhar uma função agrícola. Acreditamos que se houver a valorização da cultura local e a organização do pensamento a ponto de garantir o desenvolvimento de atividades diversas nas propriedades, voltadas para a agropecuária ou não, a contribuição para um desenvolvimento local mais bem distribuído será o resultado final.

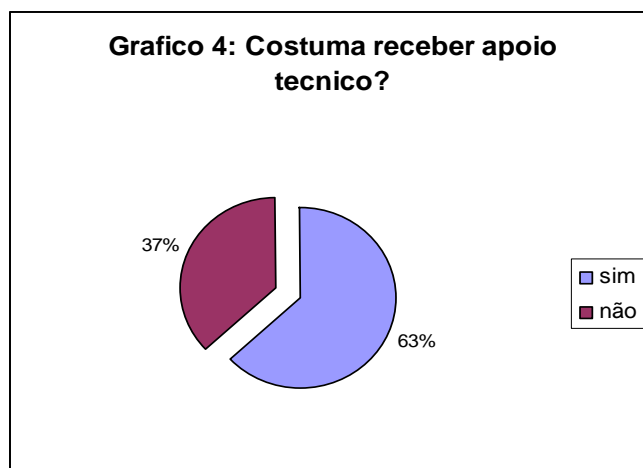
Um bom exemplo desta valorização são as escolas agrícolas. Tivemos a oportunidade de visitar o IBELGA de Nova Friburgo, durante os trabalhos de campo na Região Serrana. A experiência de valorização cultural e apoio à atividade agrícola contida na pauta curricular apresentada pelo professor Altamiro (entrevistado) aponta caminhos diferentes dos traçados pelas políticas municipais em Sumidouro, além disso, segundo o entrevistado, a implantação do colégio e de sua pedagogia da alternância foi fundamental para transformar a própria realidade da comunidade, à medida que toda ela teve que se organizar para que os filhos pudessem desenvolver os projetos obrigatórios nas propriedades familiares.

Consideramos que o IBELGA é o melhor exemplo de fortalecimento da identidade do campo, sem que o produtor tenha que restringir seus horizontes, pois, embora os projetos tenham que ter relação com a produção agrícola, os estudantes não têm conhecimento

direcionado apenas para a continuidade das atividades da família, a diversificação é incentivada, com ganhos para a comunidade. Segundo o professor, a postura dos produtores em relação ao uso de insumos foi alterada e um dos objetivos do ensino seria garantir a redução dos níveis de agrotóxicos utilizados até que a produção orgânica seja atingida. Neste sentido, se a presença da escola agrícola é capaz de fortalecer a identidade das comunidades; podemos afirmar que é uma forma eficaz para garantir maior segurança baseada na educação de qualidade e garantia de maior possibilidade de territorialização dos produtores.

Esta territorialização pode ser entendida pela capacidade dos produtores de garantir a continuidade de sua produção de maneira mais segura, além de diversificar as atividades dentro e fora das propriedades. Além disso, possibilita a manutenção de uma cultura com origem no campo, mantendo a ruralidade viva, mesmo à sombra de urbanidades que chegam a todo momento. Estas urbanidades, porém, não representariam risco de extermínio cultural provocado pela tão propagada globalização dos hábitos. É direito de qualquer população, independente de sua origem e etnia ter acesso a melhorias que elevem sua qualidade de vida. A chegada de urbanidades, desde que atreladas a um processo de valorização das atividades e da identidade local pode ser entendida como enriquecimento da cultura (híbrida) local.

De acordo com o que foi exposto, a instalação de uma escola agrícola é apontada como uma forma interessante de promover o desenvolvimento local sem destruir as raízes rurais das localidades, neste caso, contribuindo para uma abordagem territorial. Contudo, apenas a melhora do nível de escolaridade já deve ser saldada positivamente. O maior problema é que os resultados da melhoria na educação demoram relativo intervalo de tempo para se concretizarem. No momento, com o nível de instrução atual dos produtores familiares, a participação de órgãos como a Emater seria fundamental para promover melhorias na produtividade e garantir maior aproveitamento do trabalho e melhoria na própria qualidade de vida. O gráfico 4 a seguir expressa a percepção dos moradores em relação ao apoio técnico no município.



Côrtes (2008)

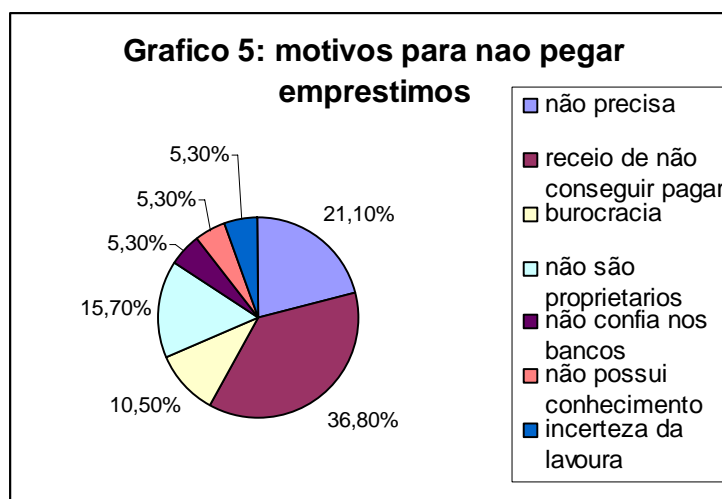
Nas entrevistas em campo, a ajuda do órgão foi considerada importante, pois parcela majoritária dos produtores recebe apoio da EMATER e declarou ser bem atendida. Entretanto, destacaram que, na maioria das vezes, eles têm que chamar os técnicos quando têm problemas e que não há visitas periódicas às propriedades. Podemos considerar então que a atuação da EMATER é fundamental para o campo sumidourense, porém, os conhecidos problemas de falta de verba do órgão afetam a qualidade do atendimento.

A presença e atuação constante destes profissionais seria fundamental a fim de garantir embasamento técnico sobre os problemas enfrentados pelas lavouras, além disso, diminuiria a importância de lojas de insumos, muitas vezes, o único apoio técnico conseguido pelos produtores. Desta forma, além da falta de qualificação e de apoio técnico, podemos apontar a falta de diálogo entre produtores e órgãos oficiais como mais uma deficiência a ser combatida. Até mesmo neste quesito, a implantação da escola agrícola amenizaria os problemas. Com a consequente formação de técnicos agrícolas, a disponibilidade de mão-de-obra especializada seria muito maior, inclusive nas famílias, e os problemas mais facilmente contornáveis.

De acordo com as entrevistas, apesar de existirem sindicatos e, em alguns casos, associações de moradores, estes órgãos pouco ou nada contribuem para melhoria das condições da produção no município. A presença de associações mais fortes poderia atuar no sentido de organizar a atuação dos órgãos públicos no campo, em conjunto com a própria Emater. A falta de organização e de atuação conjunta destes produtores dificulta a realização de atividades relativamente simples e também divide os produtores apenas em torno de seus interesses individuais, eles não se atentam para o fato de que os seus interesses serem

basicamente os mesmos. Até mesmo o acesso à principal política de incentivo do governo para a agricultura familiar (PRONAF) seria potencializada com melhores níveis de associativismo.

Como já trabalhado, anteriormente, o acesso ao crédito pode ser um importante instrumento na potencialização do desenvolvimento do campo, não só sendo refletido em possibilidade de aumento de produtividade, mas na melhoria das condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Porém, o baixo nível de escolaridade, falta de esclarecimento sobre as condições de crédito, baixa atuação de órgãos governamentais no campo e a falta de associativismo são fatores determinantes para que o relativamente baixo índice de crédito (43% dos entrevistados tiveram acesso a algum tipo de crédito) se mantenha. Neste sentido, os motivos apontados pelos agricultores justificando o baixo percentual de acesso ao crédito devem ser destacados, conforme o gráfico 5.



Côrtes (2008)

Entre os principais motivos, o medo de não conseguir saldar a dívida contraída no banco tem o maior destaque, justificado pela incerteza em relação ao sucesso da lavoura e à venda da produção. Porém, como as condições de pagamento são facilitadas e os juros abaixo dos valores de mercado, os produtores com acesso ao crédito acabam tendo também uma diferenciação produtiva significativa. Acreditamos que a falta de conhecimento sobre as condições de pagamento e do próprio acesso ao crédito seja uma das principais barreiras que dificultam a busca por maior capitalização da lavoura. Porém, o nível médio de escolaridade dos trabalhadores rurais é baixo e não pode ser deixado de lado nesta análise. Consideramos que o aumento da escolaridade, também, é fundamental para que o trabalhador rural tenha maior facilidade de acesso ao crédito, à medida que com maior

esclarecimento, o receio de ter acesso ao crédito subsidiado tende a diminuir. Desta forma, os trabalhadores rurais teriam acesso à principal política de fomento para o desenvolvimento no campo pelo PRONAF. Além disso, a própria capacidade administrativa das propriedades tende a se elevar com o aumento do nível de escolaridade.

O próprio nível de associativismo é fundamental para garantir maior e mais organizado acesso ao crédito via cooperativas e associações de produtores/moradores, sendo que os trabalhadores desarticulados são mais fáceis de serem manipulados pelos poderes atuantes no campo sumidourense e se enfraquecem com a tentativa de resolver seus problemas de forma isolada. Para garantir nova perspectiva para a questão do associativismo, devemos relacioná-lo com a possibilidade de melhoria dos preços dos produtos decorrentes de vínculos com as associações. Não é demais lembrar que, de acordo com os moldes do IBELGA em Nova Friburgo, a matrícula dos estudantes implica a associação obrigatória de produtores (pais) à escola, o que influencia decisivamente o desenvolvimento local. Esta associação é extremamente necessária para transformar a realidade local e para garantir a continuidade das matérias curriculares vistas pelos alunos e sua aplicação prática na propriedade da família.

Outro problema que assola os pequenos produtores familiares é o baixo preço obtido pela produção, contra os elevados preços dos insumos. Diversos foram os relatos sobre o baixo ganho da lavoura, o “empate”, ou mesmo prejuízo devido a esses dois fatores. Mais uma vez, a qualificação dos produtores e a falta de apoio técnico podem ser apontadas como fatores decisivos. No caso de Nova Friburgo, na localidade de Várzea Alta, onde está o IBELGA, um dos objetivos é a diminuição gradativa da dependência dos produtores em relação aos insumos químicos. Mesmo que este objetivo não seja atingido, uma diminuição ou o uso correto dos defensivos acarreta considerável economia e melhoria do produto final. Os alunos atingem a consciência de que devem utilizar os insumos na medida certa, garantindo a produção de qualidade.

Enquanto os próprios produtores não adquirem conhecimento para produzir, usando o mínimo de defensivo possível, o papel da Emater é conscientizar essas pessoas em relação ao uso sustentável destes produtos, tanto visando à economia, como à diminuição dos impactos ambientais gerados pelo uso indiscriminado de veneno nas lavouras. Como a atuação do órgão deixa a desejar e a qualificação dos produtores é baixa, os custos são elevados, muitas vezes de forma desnecessária.

Outra alternativa para garantir o aumento da margem de lucro na produção seria conseguir um preço mínimo, como apontado por diversos produtores. Alertamos para os problemas que o estabelecimento de preços mínimos acarretaria se partisse do governo, mesmo que de forma superficial. Acreditamos que esta demanda deva surgir do próprio campo. Porém, iniciativas como essa não podem ser efetivadas de maneira isolada, apenas em conjunto os trabalhadores seriam capazes de controlar a oferta e ter maior autonomia de preços.

Uma alternativa interessante, possível apenas em conjunto, seria a agregação de valor à produção. É evidente que existem diversas maneiras de agregar valor a um produto agrícola. A produção de bens orgânicos é uma delas, mas esta produção esbarra na falta de instrução dos produtores e na falta de apoio dos órgãos públicos. Outra solução seria a industrialização de parte da produção, mas esta esbarra na falta de organização dos próprios trabalhadores. Desta maneira, concordamos com Maluf (2001) quando este aponta que

no que se refere à agricultura familiar, a adoção de instrumentos diferenciados de apoio, principalmente em termos de crédito, garantia de preços e estímulo ao associativismo, deveria articular-se a formas de ampliar o valor agregado e apropriado por esses produtores, como por exemplo através da constituição de agroindústrias regionais de pequeno e médio portes sob controle desses mesmos agricultores. A postura correta de orientar os grandes e médios agricultores a ampliarem o aporte de recursos próprios e obterem crédito às taxas de mercado, deveria permitir priorizar a destinação dos poucos recursos públicos em condições favorecidas aos pequenos agricultores e à produção de alimentos (MALUF, 2001, p. 163).

Neste sentido, o fator natural pode representar uma vantagem e uma desvantagem para a área rural de Sumidouro numa tentativa de implantação de agregação de valor por via industrial. Como o relevo é bastante acidentado, dificultando a modernização do campo e a variação climática é intensa no município, a produção apresentaria grande variação.

Esse fato poderia representar considerável problema para um possível beneficiamento da produção, à medida que não se dispõe de matéria-prima abundante durante todo o ano. Entretanto, a grande variedade produtiva propiciada pelo clima local acarretaria também mais oportunidades de beneficiamento, garantindo safras sazonais para industrialização da mesma forma. Assim, os produtores teriam uma possibilidade a mais de venda de sua produção, desde que atendessem às especificações técnicas/ambientais necessárias. Esta possibilidade deveria ser atrelada a uma associatividade obrigatória para comercializar com a agroindústria que seria responsável por assumir o beneficiamento de uma parcela da produção dos associados, mantendo um preço mais estável e seguro e diminuindo a oferta dos produtos no mercado na

forma natural. Isso evitaria a superprodução/superoferta e o conseqüente desperdício, melhorando os preços.

Analisando as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para manter suas atividades ou melhorarem seus níveis de renda, uma visão sistêmica faz-se necessária. Podemos perceber que todos os problemas encontram-se articulados. Assim, questões como baixa escolaridade, ausência de associativismo, acesso ao crédito, capacidade administrativa formam um ciclo em que um fator contribui para piorar ainda mais as condições de todos os outros. Da mesma forma, o combate a qualquer uma destas barreiras pode gerar condições para amenizar os demais problemas. Nossa abordagem territorial tem como principal objetivo a alteração deste ciclo vicioso para um ciclo virtuoso, em que avanços em alguns setores geram melhora em outros e o resultado final se traduz em ganhos em qualidade de vida, não necessariamente refletindo em aumento expressivo de renda, mas garantindo melhores condições de trabalho, diversificando atividades e evitando a superexploração do trabalhador.

Desta maneira, acreditamos que para solucionar os problemas do campo, todos eles devem ser tratados de maneira integrada, pois desta forma, estaremos contribuindo para a melhoria de todos os elementos que nele atuam de uma só vez, não limitando a atuação do poder público e dos produtores a ações paliativas e ineficazes. A busca por alternativas deve ser incentivada e organizada, visando garantir mais segurança e mais autonomia para os produtores em relação aos poderes desiguais que atuam sobre eles. Acreditamos que, assim, a territorialização dos produtores e de suas atividades e de seus elementos culturais seria garantida de maneira mais efetiva e duradoura, não apenas absorvendo elementos inovadores como garantindo a manutenção da ruralidade.

Simplificando, para garantir maior liberdade para a produção, desatrelando, em partes, sua dependência dos preços do mercado, já que não é possível desvincular-se totalmente dos poderes que atuam no campo sumidourense, em particular, a união e capacitação dos produtores familiares é fundamental. A atuação conjunta seria benéfica para alavancar o crescimento econômico da “zona rural” do município, gerando oportunidades de trabalho em atividades agropecuárias e fora delas. Atividades como turismo poderiam ser potencializadas, aproveitando-se os atributos histórico/naturais do município. Desta maneira, acreditamos que mais do que incentivar estas atividades não-agrícolas como a maioria dos municípios e alguns pesquisadores costumam defender, investimentos em órgãos de apoio



técnico, na qualificação dos trabalhadores e na agregação de valor à produção seriam uma saída mais simples e atenderiam a um maior número de trabalhadores. Geralmente, as iniciativas de diversificação de atividades em áreas rurais tendem a privilegiar uma pequena parcela da população de forma direta, enquanto o restante fica com atividades de baixa remuneração, sendo o setor turístico um ótimo exemplo.

Não defendemos que o desenvolvimento do turismo seja prejudicial para o município, apenas que este não seja o único objetivo das políticas públicas. Se as demais atividades agropecuárias caminharem integradas e gerando aumento das liberdades fundamentais, a atividade turística poderia surgir como forma de diversificação econômica, não sendo vista como saída para um campo arruinado e inchado de trabalhadores sem opção e ocupação.

## **Considerações finais**

Diversas discussões foram realizadas no decorrer deste trabalho com objetivo de auxiliar na análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ. Para isso, procuramos desenvolver temáticas relevantes para o aprofundamento e formação de conceitos adequados às proposições da pesquisa. Acreditamos que as discussões realizadas foram fundamentais para a formação de uma concepção de agricultura familiar condizente com a realidade, pois foi dotada de conteúdo acadêmico e reforço político e empírico.

Consideramos que o presente trabalho cumpriu com o objetivo principal de analisar a agricultura familiar no município de Sumidouro, pois traçamos um perfil de suas características básicas, como condições de vida e produção. Em relação aos objetivos secundários, analisamos as teorias que tratam das transformações contemporâneas no ambiente rural, concluindo que embora essas transformações sejam inegáveis, elas atingem o espaço de maneira diferenciada, heterogênea, e suas características não podem ser exportadas sem profunda discussão sobre o nível de inserção destes territórios num processo transformador. Por isso, embora algumas áreas rurais estejam realmente se urbanizando como forma de expansão do urbano para o rural, esse processo não pode ser padronizado, à medida que, na maioria dos casos, ele ainda não pode ser observado.

Completamos o objetivo secundário seqüente, destacando a relação existente entre o direcionamento de políticas públicas de auxílio à categoria agricultura familiar e a valorização das discussões relacionadas ao assunto. Além disso, buscamos uma definição para o termo agricultura familiar adequado às necessárias discussões teóricas e à forte carga política que envolve o tema.

Assim, a própria análise das características da agricultura familiar no município de Sumidouro nos permitiu avaliar a capacidade de territorialização desses trabalhadores que, embora não devam ser considerados multiterritoriais, devido a sua reduzida inserção em meios globalizantes, também não podem ser considerados monoterritoriais, pois vivenciam alguns territórios. Mesmo assim, sua capacidade territorial se aproxima mais de uma monoterritorialidade do que de uma multiterritorialidade, pela reduzida capacidade de vivência simultânea em diversos territórios. Após analisarmos essas condições, atingimos o último objetivo secundário, elaborando propostas que reduzissem a desigualdade entre os poderes que

atuam sobre os trabalhadores familiares e sua capacidade de resistência, buscando melhorar as liberdades dos mesmos.

Em relação ao questionamento central, consideramos que embora o campo sumidourense não esteja imune às transformações que ocorrem no campo brasileiro, o ritmo das transformações que atingem nosso recorte é ainda lento, inclusive, mais lento do que as transformações ocorridas em alguns de seus municípios vizinhos. Os questionamentos secundários, apesar de resolvidos ao atingirmos os objetivos propostos, devem ser destacados. Desta maneira, consideramos que existe intensa relação entre o desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar e a valorização do uso do termo na academia. Além disso, analisando as características desses trabalhadores, consideramos que estes não podem ser considerados multiterritoriais, nem tampouco monoterritoriais, mesmo que uma definição baseada nas características analisadas se aproxime mais de uma condição restritiva a diversas territorializações/territorialidades.

Como forma de recuperar o que foi abordado na dissertação, destacamos no primeiro capítulo as transformações contemporâneas do campo brasileiro, analisando as diferentes visões sobre estas mudanças e suas conseqüências para o ambiente rural. As principais correntes em destaque foram a que defende um processo de urbanização do campo decorrente destas transformações, formando um “novo rural”; a teoria que enfoca a manutenção da “ruralidade” como forma de resistência às forças urbanas transformadoras do campo e garantia de continuidade e desenvolvimento de uma identidade rural; por fim, destacamos a teoria que aponta o ambiente urbano como foco das transformações no campo, enfatizando a chegada de “urbanidades” no rural, suficientes para promover intenso processo de transformação, mas não para definir a urbanização deste ambiente. Porém, devemos destacar que, em todas as correntes de pensamento, as transformações no campo, mesmo que diversas, estão relacionadas a novas atividades e ocupações não agrícolas, ou ainda a intensificação da pluriatividade entre as famílias.

Posteriormente à análise das transformações do/no campo brasileiro, no segundo capítulo, destacamos a diversidade existente na concepção de agricultura familiar, categoria que reúne extensa gama de trabalhadores em um único grupo. Com objetivo de garantir uma visão mais ampla da noção de agricultura familiar, inserimos na discussão e na sua definição, questões políticas relevantes. Desta maneira, a recuperação do uso do termo na academia foi

acompanhado de um histórico das políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, os principais favorecidos por elas e o seu funcionamento, baseado na liberação de crédito subsidiado. Analisamos também como a mudança das políticas públicas, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar contribuiu decisivamente para o aumento do tratamento acadêmico sobre o tema.

As políticas públicas, desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, passaram a atuar no sentido de garantir condições mínimas para manutenção dos trabalhadores rurais na terra, com foco na agricultura familiar. Contudo, visando aumentar a abrangência dos atendidos por estas políticas, diversos trabalhadores não considerados como agricultores familiares foram inseridos como tais. O incremento da noção de agricultura familiar foi importante, pois garantiu acesso às políticas públicas a um maior número de famílias e contribuiu para a formação de uma categoria homogênea em termos de reivindicação, mas heterogênea no conteúdo, porém, eficaz para agregar maior poder às lutas pelos interesses dos trabalhadores rurais.

No terceiro capítulo, além de incluir na discussão sobre a territorialidade da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ alguns dos elementos trabalhados nos capítulos anteriores, apontamos alguns caminhos para que a agricultura familiar atuante no município diminua a assimetria existente entre os poderes que atuam no campo sumidourense e suas práticas.

Num primeiro momento, a noção de poder e o conceito de território foram discutidos com objetivo de analisar a desigualdade no jogo de poder existente no campo sumidourense e a dificuldade de manter a territorialização primordial da agricultura familiar num horizonte de incertezas. Posteriormente, apresentamos os elementos que potencializam o ambiente de insegurança característico da atividade agrícola na área, tais como a falta de qualificação do produtor, a dificuldade e receio de acesso ao crédito, a total dependência do mercado e a falta de associativismo.

Aliados a esses elementos, as precárias condições de trabalho e a insegurança relativa à colheita provocam dificuldades para a manutenção dos trabalhadores nas atividades agrícolas, além comprometer a preservação da ruralidade/identidade rural. O agravamento dos problemas causados pelas transformações no campo decorre ainda do fato das mudanças oriundas do ambiente urbano, geradoras de transformações dos hábitos de consumo e difusoras

de características urbanas (urbanidades) no cotidiano rural aumentarem as necessidades das famílias sem que estas possam potencializar sua capacidade de obtenção de receita.

Entretanto, devemos considerar que as transformações no ambiente rural do município de Sumidouro/RJ ocorrem em ritmo mais lento se comparadas com outras áreas, dos municípios vizinhos. A chegada de “urbanidades” transforma a realidade do campo, porém, não garante a homogeneização destas transformações. A análise da pluriatividade e da atividade turística no município comprova esta afirmação, pois, ao contrário de outras áreas da própria Região Serrana, Sumidouro não apresenta elevados percentuais de pluriatividade, nem destaque para as atividades turísticas no ambiente rural.

Contudo, podemos considerar que existe considerável esforço para transformar o município em destino turístico de maior relevância, principalmente por parte da prefeitura municipal. Acreditamos que o incentivo à diversificação das atividades na área seja um caminho para garantir maior distribuição de renda e opções de trabalho, entretanto, consideramos que a produção familiar deveria receber maior destaque num município em que mais de 80% da população reside em áreas rurais.

O incentivo a atividades não agrícolas é louvável, mas o abandono das agrícolas em detrimento deste incentivo não deve fazer parte da política local. Apesar de geradora de empregos, a atividade turística não pode ser considerada, na maioria das vezes, como exemplo de garantia de inserção maciça da população. Apenas um pequeno grupo costuma se beneficiar destas atividades e a remuneração média dos envolvidos em trabalhos de apoio costuma ser reduzida. Entretanto, por constituir remuneração certa como caseiro, faxineiro, entre outras funções, muitos trabalhadores preferem trocar as atividades agrícolas pelas oferecidas com o crescimento de atividades não agrícolas.

Concordamos que a população deve ter a liberdade de escolher a função desempenhada na sociedade, porém, consideramos que o apoio à atividade agrícola poderia gerar benefícios maiores do que o incentivo a outras atividades, principalmente relacionados à distribuição de renda no campo e aumento de autonomia. Além disso, a chegada de novas atividades provoca conflitos de interesses e de territorialidades distintas no campo.

A melhoria das condições de trabalho e renda nas atividades rurais, no nosso entendimento, deveria compreender os maiores esforços, pois é um fator determinante para a manutenção da territorialidade/ruralidade destes trabalhadores, além de abranger maior número

de beneficiados que uma inserção pontual de novas atividades. Apesar das atividades agropecuárias não serem o único fator determinante da ruralidade, consideramos que a sua manutenção é fundamental para garantir a valorização da cultura local, pois o seu enfraquecimento, conseqüentemente, enfraquece, também, a identidade rural.

Porém, devemos deixar claro que não defendemos neste trabalho que as atividades agropecuárias devem ser as únicas desenvolvidas no campo, nem tampouco que a ruralidade/identidade/territorialidade primordial da agricultura familiar seja “protegida” contra influências externas. A troca cultural é considerada por nós como enriquecedora e a prática agropecuária, se bem executada, pode ser desenvolvida com atividades não-agrícolas. Não concordamos é com a criação de políticas que favoreçam atividades não agrícolas em detrimento da melhoria das condições das tradicionalmente desenvolvidas, ou seja, uma destruição gradual da cultura local com a transformação da realidade no campo.

Por isso, o incentivo à dinamização das atividades agropecuárias compreende um dos principais elementos apontados por nós, para garantir crescimento econômico mais equitativo e aumento das liberdades entre os pequenos produtores familiares numa abordagem territorial. Conseqüentemente, a manutenção e melhora das atividades garante a potencialização da territorialidade e territorialização das famílias, possibilitando inclusive maior acesso aos elementos transformadores do rural advindos do meio urbano. Desta maneira, o incentivo a atividades rurais poderá, posteriormente, refletir-se também no aumento das atividades não agrícolas, devido à melhoria na autonomia deste produtor, principal beneficiário destas mudanças.

Mesmo num município como Sumidouro, onde as atividades não agrícolas não apresentam destaque significativo, existem diversos conflitos de interesses e atuações de poderes assimétricos. A insegurança na produção e o baixo rendimento comprometem a qualidade de vida dos produtores familiares por limitar sua liberdade de escolha e consumo a patamares bastante restritos. Além desta limitação, a própria territorialização destes produtores é comprometida, pois a constante ameaça de não conseguir o cumprimento dos compromissos assumidos pode levar a um perigoso processo de desterritorialização. Mesmo que este processo seja acompanhado de outro de reterritorialização podendo ser denominado de desreterritorialização, a obrigatoriedade do abandono das atividades no campo compreende

profunda agressão à cultura local e perda de identidade se este trabalhador e sua família forem obrigados a migrar para áreas urbanas periféricas.

Contudo, acreditamos que a saída do campo para um ambiente urbano não significa a destruição total da identidade rural desta população. O modo como estes migrantes lidam com as mudanças decorrentes da alteração do cotidiano definem um maior ou menor processo de perda desta identidade. Acreditamos que resquícios do passado não são apagados, constituindo lembranças e experiências positivas e negativas vividas no campo, componentes da identidade desta população e contribuintes de uma marcante hibridização cultural ao permitirem múltiplas territorialidades.

No caso dos produtores familiares do município de Sumidouro, a capacidade de territorialização e territorialidade são restritas se comparadas com os habitantes do planeta mais inseridos num processo de globalização, a experiência concreta acaba se firmando como principal agente gerador de territórios. Chegamos a essa conclusão devido à constatação de que não há grande capacidade de inserção global destes produtores familiares, pois sua capacidade de acesso a meios de comunicação mais sofisticados é reduzida. Esta capacidade reduzida pode ser traduzida por parcos e incertos ganhos e baixa qualificação para inserção nestes processos.

O desconhecimento assume papel mais decisivo do que a falta de recursos, pois, hoje, existem diversas formas de acesso aos meios globais de comunicação e informação, sem haver a necessidade de compra dos equipamentos. Por isso, a falta de conhecimento deve ser vista como uma barreira mais importante do que ausência de condições financeiras para a inserção efetiva num processo global possibilitador de expansão das territorialidades destes produtores.

Essa limitação deve ser vista como grave deficiência. O acesso a informações e melhores condições de vida é um direito que deveria se expandir a todos, independente do ambiente em que residem. Como destacamos na pesquisa, a mescla cultural é fundamental para o enriquecimento da própria cultura local e da expansão das territorialidades, por isso, o problema deve ser combatido, mesmo que indiretamente.

Os elementos apontados como dificultadores da dinamização da agricultura/produção familiar no município de Sumidouro, identificados em questionamentos em campo, devem ser destacados. Acreditamos que a melhora destes aspectos, aumentando a capacidade de barganha do produtor e, conseqüentemente, de sua liberdade de escolha, contribuirá para que, num

intervalo médio de tempo, pelo menos os descendentes diretos tenham a possibilidade de inserção efetiva num ambiente global, fato que pode contribuir para aumentar a dinamização da produção ou a chegada de novas atividades ao ambiente rural, mesmo que se traduza também em aumento nos custos de vida.

A análise individual e coletiva dos elementos dificultadores das atividades agrícolas nos permite afirmar que a amenização dos problemas advindos destas deficiências poderá ser alcançada somente com atuações que garantam avanços em todos os aspectos. Mesmo que apenas algumas deficiências sejam resolvidas, os resultados seriam suficientes para melhora na qualidade de vida e oferta de liberdades.

Assim, se houvesse aumento na oferta de crédito aos produtores familiares e melhora nas condições de pagamento e juros, as mudanças seriam significativas. Porém, a disseminação de conhecimento e o conseqüente esclarecimento dos riscos e benefícios de tomada dos empréstimos agiria como elemento potencializador desta política, com resultados mais eficientes que apenas aumento da oferta.

Da mesma forma que o aumento das vagas e melhora no sistema de transporte gratuito para as escolas do município apresentam resultados positivos em médio prazo (algumas décadas), o fornecimento de educação voltada para a realidade dos produtores alcançaria resultados ainda mais importantes, pois não seria um elemento dissipador, mas agregador de esforços para mudança da realidade local. Como a formação foi voltada para melhora das condições de produção, a experiência adquirida pode provocar, até mesmo antes da formação definitiva, melhora significativa na estrutura produtiva familiar (a propriedade familiar funciona como expansão das atividades escolares) e em menos tempo do que o retorno obtido com a educação tradicional.

Além disso, a matrícula numa escola agrícola tem como pré-requisito a associação obrigatória dos produtores à associação de produtores rurais e/ou à associação formada pela escola. Com isso, a capacidade de barganha aumenta, além das possibilidades de garantir maior acesso a insumos mais baratos devido ao aumento do volume das compras em conjunto e abre a possibilidade de organização para formação de projetos agroindustriais com objetivo de direcionar parte da produção das famílias. O direcionamento de parte da produção para o beneficiamento, além de diminuir as perdas e a oferta no mercado de produtos in natura,



garantiria maior segurança nos preços, pois, pelo menos parte da produção, estaria voltada para o beneficiamento a preços previamente estabelecidos.

Assim, o aumento da oferta de crédito, aliado à melhora da qualificação dos produtores, juntamente com uma educação especializada em formação de empreendedores no campo, melhoria no percentual de associativismo decorrente da própria criação da escola agrícola e a possibilidade de agregação de valor à produção e conseqüente diminuição dos riscos de “empate” (gíria usada pelos produtores quando não há lucro nem prejuízo na lavoura) devem ser considerados como fundamentais para garantir a melhoria da qualidade de vida e possibilidade de escolha no campo.

Posteriormente, essas características evoluiriam para melhora no manejo de insumos, disseminação de cultivos orgânicos, ações de solidariedade etc. O aumento da capacidade de decisão e escolha estaria garantido e as atividades não agrícolas seriam uma forma de complemento de renda, assim como a pluriatividade. De maneira nenhuma ignoramos o contexto capitalista em que a sociedade brasileira está inserida, fato que impede condições de equidade efetivas no campo ou em qualquer ambiente, entretanto, mesmo que mudanças no sistema não sejam possíveis, acreditamos que alterações na forma de produzir e nas condições de vida possam ser refletidas em ganhos em liberdade e qualidade, numa abordagem territorial que procure melhor sustentabilidade produtiva.

Para isso, a possibilidade de garantir um ambiente de solidariedade ao invés das tradicionalmente competitivas ações de mercado, significariam um grande passo rumo à garantia de liberdades fundamentais. Ainda hoje, as atividades agrícolas recebem destaque por conter diversas relações consideradas não capitalistas, mesmo que complementares à forma de reprodução do capital. Por essa razão, entre outras, acreditamos ser possível à implementação de visões diferenciadas e pouco comuns numa sociedade capitalista, visando à diminuição da exploração das camadas mais empobrecidas e, conseqüentemente, garantindo-lhes melhores condições de trabalho e de vida. Não acreditamos que, hoje em dia, os trabalhadores rurais devam trabalhar apenas para suprir suas necessidades básicas de alimentação e vestimenta, por exemplo. Consideramos que a ampliação das necessidades básicas destes trabalhadores seja uma característica natural e pertinente, e por isso a atividade agrícola deve ser rentável o suficiente para garantir-lhes estes avanços. É claro que etapas precisam ser cumpridas, como a garantia de segurança alimentar, para que seja possível avançar para outros objetivos,

entretanto, não podemos nos acostumar com a idéia de desigualdade sem que existam opções para sua redução.

Assim, acreditamos que o exercício de reflexão e procura de soluções deve fazer parte do trabalho acadêmico. Além de procurarmos ações políticas com intuito de inserir as possíveis alternativas nas pautas de geração de políticas públicas, abrimos discussões na academia e fora dela sobre os temas, apontamentos e suas possibilidades de aplicação.

Isto posto, a própria noção de desenvolvimento deve ser revista e não confundida com crescimento econômico como comumente acontece. O desenvolvimento deve atuar para diminuir as desigualdades e aumentar as liberdades, garantindo vida digna a todos os trabalhadores. No caso específico dos trabalhadores rurais familiares, não podemos garantir que os apontamentos desenvolvidos neste trabalho sejam suficientes para possibilitar melhorias em suas condições de vida e acesso a liberdades, porém, acreditamos que contribuem para elevar a capacidade de territorialização destes trabalhadores e continuidade das atividades de maneira mais segura. A hibridização cultural atuante também como fator multiplicador de territorialidades não é vista por nós como elemento prejudicial à identidade rural (ruralidade), apenas nos caos específicos em que as urbanidades ou transformações do campo contribuem para a destruição cultural e o conseqüente empobrecimento da cultura local. Entretanto, esta avaliação é tão delicada quanto complexa. Até que ponto uma cultura está sendo destruída ou hibridizada? Qual o interesse real dos principais envolvidos nesta discussão, os trabalhadores rurais familiares?

Estes questionamentos ainda não foram respondidos, porém, a busca por uma abordagem complexa, garantindo o advento da incerteza nas discussões nos parece adequada, principalmente, se relacionada com elementos voltados para atividades agropecuárias, onde este sentimento incerto está sempre presente. Nossos apontamentos não visam à eliminação da incerteza, até mesmo por agregar a agricultura familiar como principal foco. Esta categoria, tão complexa e heterogênea permite que as discussões territoriais e a aplicação de diversas possibilidades e territorialidades sejam não apenas possíveis como necessárias e com elevados graus de imprevisibilidade, como a maioria das atividades humanas.

Acreditamos que melhorias nas condições de vida e aumento das liberdades são elementos fundamentais para garantir ganhos na capacidade de territorialização, multiplicação de territorialidades e, por que não, na inserção destas pessoas num contexto territorial em rede.

Num mundo cada vez mais globalizado e informacional, a negação destes elementos a qualquer grupo de pessoas deve ser visto como processo de exclusão forçado a novas alternativas de apreensão dos seus próprios territórios, além de sua expansão multiterritorial, multidimensional e multiescalar.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12)

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso da terra. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-8, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas: Hucitec. 2ª ed. 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO, João Carlos. Agricultura Familiar: Realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 149 – 175.

ALVES, Eliseu. CONTINI, Elísio e HAINZELIN, Étienne. Transformações da agricultura brasileira e pequena agropecuária. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.22, n. 1, p. 37-51, jan./abr. 2005.

BANCO DO BRASIL (Diretoria de Agronegócios). O atendimento à agricultura familiar. Revista da política agrícola. nº 4, p. 26-35. Out./Nov./Dez. 2004.

BASTIDE, Roger. Brasil, terra de contrastes. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959. 282 p.

BELIK, Walter e PAULINO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: Ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 95 – 120.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos. Agricultura Familiar: Realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 57 – 104.

BLUME, Roni. Território e ruralidade: A desmitificação do fim do rural. Porto Alegre – RS (UFRGS). 2004. Dissertação de mestrado.

CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, 233p. (Coleção Documentos Brasileiros).

CASTRO, Antônio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1969. 191 p.

CARNEIRO, Maria. Ruralidade: novas identidades em construção. In: *Revista Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: 1998.

CARNEIRO, Maria. *Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade* (versão preliminar). Campinas: NEA- Instituto de Economia – UNICAMP, 2001 .

CIDA – COMITÊ INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola – Brasil. Washington – DC: União Pan-Americana/ OEA, 1966. 649p.

CORADINI, Odacir L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, Odacir L., FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 11-90.

CÔRTEZ, Cesar Pessôa. Interações espaciais no município de Sumidouro/RJ. Rio de Janeiro – RJ (UERJ). 2005. Monografia de graduação.

CÔRTEZ, Cesar Pessôa. As políticas públicas no município de Sumidouro/RJ analisadas com base numa periodização histórica. Rio de Janeiro – RJ (UERJ). 2006. Monografia de especialização.

DAL-ROSSO, Sadi. Pequena produção e custos de reprodução da força de trabalho: críticas e hipóteses alternativas. Brasília. UNB/ICH, CPGS, 1980.

DELFINO NETTO, Antonio. As informações sobre agricultura num programa de desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_ *Problemas econômicos da agricultura brasileira*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas/USP, p. 75-127, s.d.

FREDERICQ, Antoinette. A “Babá” dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, Odacir L., FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 91-182.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CIDE, 2003.

FURTADO, Celso Monteiro. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 32ª ed.

FURTADO, Celso Monteiro. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1974.

- GARCIA JUNIOR, Afrânio R. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos agricultores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 236 p.
- GOMES, Sebastião Teixeira. Condicionantes da modernização do pequeno agricultor. 19ª ed. São Paulo: IPE/USP, 1986. 181p.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Agricultura e indústria: o caso do tomate em Taquaritinga, SP. Piracicaba, 1977. 122 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- GUANZIROLI, Carlos E...[et al.]. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Editora Contexto, 2ª ed., 2006.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Ética, Planejamento e construção democrática do espaço*. Rio de Janeiro 28 de maio a 1 de junho de 2001. Vol, III, p. 1775-1783. 2001.
- HEREDIA, Beatriz Maria A. A moradia da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p. (Estudos sobre o Nordeste, 7).
- HESPANHOL, R. A. de M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 354 f. Tese (doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- KAGEYAMA, Angela. Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Campinas, 1985. 463 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Trad. Ângela M.N. Tijiwa. Campinas: Edit. Da Unicamp, 1993. 336 p. (Coleção Repertórios).
- LAMARCHE, Hugues (coord.); Tradução: Frédéric Bazin. Agricultura Familiar: Do mito a realidade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LAMBERT, Jacques. Os dois brasis. São Paulo: Nacional. 1959. 277p.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1963.
- LEITE, Sergio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio Pereira. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 53 - 93
- LIEDKE, Elida R. Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Brasília, 1977. 130 p. Dissertação (Mestrado) – Dep. De Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- LIMA, Eli Napoleão de. Novas ruralidades, novas identidades. In: MOREIRA, Roberto José.. (Org.). *Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. 01 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, v. 01.
- LOCATEL, Celso. *Agricultura e ruralidade: uma abordagem. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis*. 2004 (tese de doutorado) – UNESP - Campos de Presidente Prudente, São Paulo 2004.
- LOPES, Juarez R. B. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 22, p. 43-110, 1977.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 135 p.
- LUTHER, Alessandra. Reconfiguração do território: transformações sócio ambientais em Arroio Grande/ Santa Maria – RS. 2005. Dissertação de mestrado. 93 f.
- MALUF, Renato S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sérgio Pereira. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 145- 168.
- MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar,pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.
- MARTINE, George. Êxodo rural, concentração de terras e fronteira agrícola. In: \_\_\_\_\_, GARCIA, Ronaldo G. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. p. 59-80.
- MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira Editora, 1973. 178p.

- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira Editora, 1975. 161 p.
- MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do <<urbano>> e do <<rural>>: alguns exemplos e implicações teóricas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. São Paulo, 1987.
- MOLINERO, Fernando. La urbanización del campo: la inversión de las tendencias tradicionales em los espacios rurales. In: MOLINERO, Fernando. *Los espacios rurales: agricultura y sociedad en el mundo*. Barcelona: Ariel Geografía, 1990.
- MOREIRA, Roberto J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, p. 41-55, n. 3, jul./set. 1981.
- MOREIRA, Roberto José. *Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação*. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA, 2a ed. N.1, 2002.
- MOREIRA, Roberto José. Identidades sociais em territórios rurais fluminenses. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo e ALMEIDA, Elimar Pinheiro. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- NAKANO, Yoshiaki. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro da agricultura. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 3, jul./set. 1981.
- NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212 p.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: Quantos ancoradouros! Retirado de [www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006\\_bibliografia/Agricultura\\_Familiar.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf) - (Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária)
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, LEWIS, David M.. Estudo comparativo do desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1968.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP*, n. 1, p. 06-78, 1976.



PAIVA, Ruy Miller. O mecanismo de autocontrole no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura. *Revista Brasileira de Economia*, n. 03, p. 05-38, 1968.

PAIVA, Ruy Miller. Elementos básicos de uma política em favor da agricultura brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, n. 2, p. 209-44, jun. 1974.

PAULILO, Maria Ignez S. A fumicultura no sul do estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO ARGENTINO E LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA RURAL “EL HOMBRE Y LA TIERRA”, I, 1985, Buenos Aires. Congresso... Buenos Aires, 1985. s.p.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. 217p.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Bairros rurais paulistas. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. 17, p. 63-205, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: USP, 1973. 243 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo. Ática. 1993.

RANGEL, I. *A Questão Agrária Brasileira*. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. 74 p.

REIS, José. Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. In: *Congresso de Estudos Rurais- Território, Sociedade e Política: Continuidades e Rupturas, da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais: 1º*, 2002. Universidade de Trás-os-Montes, Vila Real, Portugal.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

RUA, João . Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo. In: *I Encontro de Grupos de Pesquisa - Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais*, 2005, Rio de Janeiro. I Encontro de Grupos de Pesquisa, 2005.

SANDRONI, Paulo. *Questão agrária e campesinato*. São Paulo: Polis, 1980. 104 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª ed. 2007.

SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan G. F. Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: *Jornadas de intercâmbio y Discusión: el desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial*. FLACSO-Argentina-Universidade de Buenos Aires/CONICET. 23-24 de junho de 2005.

SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. 207 p.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras. 2000.

SILVA, Eduardo Sol Oliveira da. A inserção da agricultura familiar nas redes informacionais. IN: (CD) MARAFON, Gláucio J. (org.) I Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura e desenvolvimento regional e transformações espaciais, 2005.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. In: ANGELO, Miguel. Território e prostituição na metrópole carioca. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Editora Ecomuseu Fluminense, 1ª ed., 2002.

SILVA, José Graziano da (Coord.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978. 240 p.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192 p.

SILVA, José Graziano da. Mas qual reforma agrária? Reforma Agrária, Campinas, v. 17, n. 01, p. 17-60, abr./jul. 1987.

SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. In: *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.7, nº 1, p.43-81, 1997.

SILVA, José Graziano da. Tecnologia e Agricultura Familiar.-2.ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SIQUEIRA, Deis e OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. In: *+Uma nueva ruralidad en América Latina?* Barcelona: 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de., COSTA, Paulo César da e CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- SOUZA, Paulo Renato. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, 1980. 190 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 159 p. (Agricultura e Sociedade).
- TAVARES DOS SANTOS, José V. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978. 172 p.
- UNWIN, Tim. El lugar de la geografía. Madrid: Gráficas Rogar S. A., 1995. 342 p.
- VEIGA, José E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991. 219 p. (Estudos Rurais, 11).
- VELHO, Otávio G. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178 p.
- VELHO, Otávio G. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: Difel, 1976. 261 p.
- WANDERLEY, Maria N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de difusão de tecnologia, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, 1985.
- WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu/MG. Anais... Caxambu: ANPOCS. S.p.

**Anexos**